Francisco Valente Fumo, PhD
Bonifácio da Piedade, PhD

A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES AFRICANOS EM MOÇAMBIQUE

O CASO DOS REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E IMIGRANTES ECONÓMICOS

Francisco Valente Fumo, PhD

É Sacerdote Católico, Director Geral do Secretariado da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) e Docente Universitário, Professor Auxiliar. Doutor em Migrações Internacionais e Cooperação para o Desenvolvimento pela Universidade Pontifícia de Comillas - Espanha; Mestre em Bioética (Ética Médica) pela Universidade Pontifícia de Comillas - Espanha; Mestre em Teologia Moral e Pastoral pela Universidade Pontifícia de Comillas - Espanha; Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica Santo António de Múrcia - Espanha; Mestre em Educação – Ensino de Filosofia – pela Universidade Pedagógica de Maputo. Licenciado em Filosofia e Teologia. É autor do livro “Inmigrantes en Europa: un asunto de la bioética social” e de vários capítulos de livros, entre eles: “Salgo a la calle y muero de la COVID-19 o me quedo en casa y muero de hambre”, publicado no livro La humanidad puesta a prueba: bioética y COVID-19 (Universidad Pontificia Comillas, 2020); e “O cuidado dos enfermos terminais e escassez de recursos em Moçambique: uma proposta da bioética”, inserido no livro Xn : Pensar e agir ético, que teve como coordenador o Professor Brazão Mazula. Tem também muitos artigos na área de Bioética, Ética, Saúde Pública, Migrações Internacionais, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação publicados em revistas estrangeiras e nacionais.

Francisco Valente Fumo, PhD
Bonifácio da Piedade, PhD

A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES AFRICANOS EM MOÇAMBIQUE

O CASO DOS REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E IMIGRANTES ECONÓMICOS

TÍTULO DA OBRA

A integração dos imigrantes africanos em moçambique: o caso dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos

AUTORES

Francisco Valente Fumo, PhD

Bonifácio da Piedade, PhD

EDIÇÃO

1ª edição, 2026

EDITOR / EDITORA

Aidiyas

REVISÃO DE TEXTO

Isaías Mavota

Orlando Bahule

DESIGN / MAQUETIZAÇÃO

TICOR Creative Lab

CAPA / ILUSTRAÇÕES

Ferdinando Simango

Tiragem

1000

ORGANIZAÇÃO

CEMIRDE

FINANCIADOR

CCFD

IMPRESSÃO

Aidiyas

ISBN

978-989-36605-2-2

DEPÓSITO LEGAL

DL/BNM/2359/2026

MAPUTO, MARÇO DE 2026

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS 9

PREFÁCIO 11

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I — MARCO TEÓRICO 25

1.1 Refugiado 26

1.2 Requerente de Asilo 30

1.3 Migração e Imigrante 30

1.4 Teoria do Investimento do Capital Humano 33

1.5 Teoria da Nova Economia das Migrações 33

1.6 Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado 34

1.7 Causas da Imigração 35

1.8 Integração Laboral, Social e Cultural 36

1.9 Integração e Direitos Sociais 40

1.10 Imigração em Moçambique 42

CAPÍTULO II — METODOLOGIA 45

2.1 Contextualização 45

2.2 Problema 46

2.3 Relevância 48

2.4 Tipo de Estudo 49

2.5 Objectivos 50

2.6 Amostra 51

2.7 Descrição do Local do Estudo 51

CAPÍTULO III — APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E IMIGRANTES ECONÓMICOS NA REGIÃO SUL DE MOÇAMBIQUE 55

3.1 Contextualização 56

3.2 Amostra das Províncias de Maputo e Gaza 57

a) Causas da Imigração (atracção e expulsão) 59

B) Trajectória Migratórias 68

C) Integração laboral 73
D) Integração social e cultural 87
E) Integração Religiosa 102
F) Acesso aos direitos sociais 105

CAPÍTULO IV — APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E IMIGRANTES ECONÓMICOS NA REGIÃO CENTRO DO PAÍS 111
4.1 Contextualização 112
4.2 Causas da Imigração (atracção e expulsão) 113
4.3 Trajectória Migratórias 121
4.4 Integração laboral e Social 128
4.5 Integração cultural e religiosos 136
4.6 Acesso aos direitos sociais 140
4.7 Similitudes e diferenças entre a imigração da zona Sul e Centro do país 142

CAPÍTULO V — APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E IMIGRANTES ECONÓMICOS NO NORTE DO PAÍS 145
5.1 Contextualização 146
5.2 Província de NIASSA 147
5.2.1 Causas da Imigração (atracção e expulsão) 148
5.2.2 Trajectórias Migratórias 150
5.2.3 Integração laboral 152
5.2.4 Integração Social e Cultural 155
5.2.5 Integração Religiosa 158
5.2.6 Acesso a Direitos Sociais 160

5.3 Província de Nampula 163
5.3.1 Causas de imigração 164
5.3.2 Trajectórias Migratórias 168
5.3.3 Integração Laboral 171
5.3.4 Integração Social e Cultural 177
5.3.5 Integração Religiosa 183
5.3.6 Acesso a Direitos Sociais 184
5.4 Província de Cabo Delgado 187
5.4.1 Causas da Migração 188
5.4.2 Trajectórias Migratórias 194
5.4.3 Integração Laboral 199
5.4.4 Integração Social e Cultural 203
5.4.5 Integração Religiosa 208
5.4.6 Acesso a Direitos Sociais 212
5.4.7 Similitudes e diferenças entre a imigração as províncias da zona norte 214

CAPÍTULO VI — DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES EM MOÇAMBIQUE 217
6.1 Causas de migração 218
6.2 Integração laboral 224
6.3 Integração social e cultural 229
6.4 Integração religiosa 234
6.5 Acesso aos Direitos Sociais 235

CONCLUSÃO 241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 245

AGRADECIMENTOS

A realização da Pesquisa sobre a Integração dos Migrantes Africanos em Moçambique: O Caso dos Refugiados, Requerentes de Asilo e Imigrantes Económicos não teria sido possível sem a colaboração e o empenho de todos os intervenientes envolvidos no âmbito da investigação. Eles aceitaram partilhar as suas experiências de vida em torno de um tema tão actual e que retrata histórias vividas num contexto migratório complexo. Agradecemos de maneira especial à CEMIRDE e à CCFD pela oportunidade, confiança depositada em nós e por todo o apoio técnico garantido para que a materialização deste projecto.

PREFÁCIO

A migração é uma realidade antiga na história da humanidade e das sociedades. As pessoas deslocam-se por motivos diversos, como razões económicas, trocas comerciais, trabalho, guerras, conflitos, violência, desastres ambientais, estudos, reunificação familiar ou procura de melhores condições de vida. Em África, os fluxos migratórios são particularmente intensos, fomentados por laços históricos, linguísticos, culturais e económicos que ultrapassam as fronteiras políticas relativamente recentes. A realidade migratória de Moçambique insere-se na mesma dinâmica. A presença de imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo provenientes de países africanos é um facto inegável.

A investigação realizada pelo Prof. Doutor Pe. Francisco Fumo e Prof. Doutor Bonifácio da Piedade, PhD sobre a integração deste colectivo no território moçambicano mostra que muitos procuram construir novas oportunidades de vida nas diversas localidades deste território. A pesquisa foi realizada em três regiões do país: Norte, Centro e Sul. No Sul, foram abrangidas as províncias de Maputo e Gaza; no Centro, Tete; e no Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Na província de Nampula está situado o Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane. A investigação mostra que a existência deste centro é um dos factores que levam os refugiados a escolherem Moçambique como destino em busca de protecção.

Os migrantes africanos que chegam a Moçambique vêm de contextos muito diversos. Os entrevistados são originários principalmente do Burundi, da Nigéria, da República Democrática

do Congo, do Ruanda e da Costa de Marfim. Cada um carrega consigo histórias, expectativas e desafios específicos do seu país de origem. No entanto, todos partilham a experiência comum de atravessar fronteiras internacionais em busca de segurança, emprego e um futuro mais promissor. A forma como estes migrantes são acolhidos e integrados na sociedade moçambicana revela os valores e a capacidade de adaptação não apenas da população moçambicana, bem como das estruturas institucionais do país. Por conseguinte, para além dos estrangeiros, foram também entrevistados cidadãos nacionais. A maioria dos cidadãos nacionais entrevistados trabalha em instituições públicas e religiosas que lidam com a população migrante. Os testemunhos e as narrativas descritas tanto pelos nacionais como pelos estrangeiros evidenciam a cultura de acolhimento e de adaptação mútua.

A integração não é, contudo, um processo unilateral. Não depende apenas da disposição da sociedade de acolhimento nem apenas da iniciativa dos próprios imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo. Trata-se de um processo bidirecional, construído no dia-a-dia, nas interacções quotidianas nos mercados, nos bairros, nas escolas, nos locais de trabalho e nas paragens de transporte público. É nestes espaços de encontros que se constroem pontes culturais, se negociam identidades e se redefinem as fronteiras da pertença social. A investigação abrange múltiplos aspectos da integração, desde as políticas públicas, os enquadramentos legais que regulam a presença de estrangeiros em Moçambique até às experiências concretas dos migrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo no acesso ao trabalho, à habitação, à educação — sobretudo no que se refere às crianças — e aos serviços públicos, sociais e locais de culto (integração religiosa). Igualmente importantes são as dimensões simbólicas e culturais que surgem nas entrevistas. As dimensões mais destacadas referem-se às percepções, aos preconceitos, às formas de solidariedade e aos mecanismos de adaptação

que moldam a convivência entre as diferentes comunidades de migrantes e os nativos.

Este trabalho de investigação surge num momento particularmente oportuno, marcado por conflitos, violências, guerras, desastres ecológicos, alterações climáticas, tensões sociais, crises económicas e insegurança alimentar no mundo. Estes factores, conhecidos como "factores de expulsão", levam à saída da população para destinos mais atractivos e favoráveis. Os fluxos migratórios estão a intensificar-se, sobretudo no interior de África, como demonstra a investigação, e as fronteiras são simultaneamente atravessadas e reforçadas. Por conseguinte, parece essencial desenvolver uma visão informada e humana sobre os fenómenos migratórios. A investigação alcança este objectivo ao concluir que a integração não deve ser entendida como um processo de assimilação que apaga identidades, mas sim como um diálogo contínuo entre diferenças. Neste diálogo, tanto a sociedade de acolhimento como os migrantes participam na construção de um espaço comum.

Por fim, ao realizar este trabalho de investigação, os autores contribuem para um debate mais amplo sobre o papel da imigração no desenvolvimento social e económico de Moçambique. Com frequência, as discussões públicas sobre imigração são dominadas por discursos simplistas que realçam os riscos ou as tensões, sem considerarem a complexidade dos processos sociais envolvidos. No entanto, a investigação demonstra que as sociedades que conseguem gerir a diversidade de forma inclusiva tendem a tornar-se mais dinâmicas, criativas e resilientes. Neste sentido, mais do que um desafio para Moçambique, a imigração surge como uma oportunidade para construir futuros partilhados.

Pe. Avelino Chico, SJ

Chefe de Gabinete

Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a questão da integração dos imigrantes africanos (refugiados, requerentes de asilo e os imigrantes económicos) em Moçambique. A integração, objecto deste estudo, abrange a dimensão laboral, a convivência cultural, a vida religiosa e os aspectos sociais. No entanto, talvez o número dos refugiados e requerentes de asilo de origem africana não seja um motivo convincente, mas o crescimento de narrativas negativas em relação aos imigrantes constitui um fundamento mais plausível. Em Moçambique, as narrativas que aparecem nos media é de que as pessoas que chegam sem autorização são migrantes ilegais. Chegam em camiões e de forma clandestina.

Para a compreensão holística deste fenómeno em todo Moçambique, houve necessidade de dividir o campo da pesquisa em três regiões, designadamente: Norte, Centro e Sul. Na região Sul, teve-se informantes da Província e Cidade de Maputo, como também da Província de Gaza. Maputo, sendo a capital de país, atrai muitos imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo. Há uma percepção por parte destas pessoas de que há muitas possibilidades económicas em Maputo, comparativamente a outras capitais provinciais. Ademais, para alguns, Maputo é um corredor para a África do Sul. Na Província de Gaza, apesar de ser menos desenvolvida, há imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo que preferem fixar-se definitivamente nela.

Na região Centro do país, concentrou-se a atenção na Província de Tete, por esta fazer fronteira com três países: Zimbabwe, Malawi e Zâmbia. É uma principal porta de entrada para o país via terrestre. É mister acrescentar-se também que esta província constitui um atractivo por causa da mineração do carvão.

No Norte do país: Niassa tem fronteiras porosas que possibilitam a entrada de muitos em situação irregular; Cabo Delgado é conhecido não apenas pela situação actual do terrorismo, mas como uma das principais fontes de recursos minerais; Nampula tem a particularidade de albergar o campo de refugiados de Maratane, no qual estiveram alguns refugiados que hoje residem em várias partes de Moçambique.

Os conteúdos ou elementos considerados durante as entrevistas, para se conhecer a integração dos imigrantes em Moçambique, foram:

a) A trajectória migratória: este elemento engloba a intenção de migrar, as dificuldades durante o processo migratório, as causas que levam as pessoas a migrar, a legalização da sua residência no país de acolhimento;

b) Na integração laboral e social, considerou-se o facto de a pessoa ter um emprego ou exercer uma actividade económica, a obtenção da casa para morar, a convivência com os vizinhos e a partilha de mesmos hábitos.

c) A integração cultural e religiosa inclui itens como aprendizagem da língua, adopção dos hábitos e costumes da cultura moçambicana, a prática religiosa no país de acolhimento comparativamente ao país emissor.

Os três elementos que se estudam nesta pesquisa estão intrinsecamente relacionados. A trajectória migratória pode condicionar o acesso aos direitos sociais. Isto entende-se se tivermos em conta que alguns, por causa da sua trajectória, chegam aos países de acolhimento em situação administrativa irregular. A consequência disso é que não terão acesso ao trabalho, tampouco aos outros direitos sociais e económicos. Se os imigrantes não acedem aos direitos sociais, a convivência e o intercâmbio cultural com os nativos podem estar comprometidos, pelo facto de eles não se sentiram parte da comunidade em que vivem.

Para o conhecimento destes elementos, foram entrevistados, a partir de questionários semiestruturados, três grupos diferentes de informantes. A secção de metodologia descreve melhor a composição de cada um destes grupos. O primeiro grupo é composto pelos imigrantes, especificamente refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos. O segundo grupo é dos profissionais de diversos campos. O terceiro, dos líderes religiosos. Com eles, como sujeitos entrevistados, obteve-se

várias informações a respeito dos imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo, compreendendo as causas de imigração, o nível de integração social, cultural e laboral e sobretudo o nível de satisfação em relação à convivência entre os moçambicanos e os imigrantes, sem pôr de lado as dificuldades que estes imigrantes enfrentam no seu dia-a-dia, nos diferentes âmbitos da vida social frequentados por eles.

Os campos de integração que interessaram esta pesquisa foram o laboral, o social (incluindo os direitos sociais básicos como educação e saúde), o cultural e o religioso. Este último campo, o religioso, apresenta alguma superficialidade porque durante as entrevistas certos informantes não se sentiram muito à vontade em dar detalhes sobre o assunto religioso.

No contexto da mudança da situação migratória, ocorrida nos anos após a guerra civil, Moçambique passou de um país emissor e de trânsito de migrantes a um país acolhedor. É necessário não só compreender os fluxos (balanço entre saídas e entradas de migrantes), mas também a integração dos que escolheram ou continuam a escolher este país como lugar de residência.

Moçambique passou a ser um país de acolhimento de imigrantes, por vários factores, entre os quais destacamos a relativa paz, que se viveu depois da Assinatura dos Acordos de Roma, em 1992, o crescimento económico e a descoberta da mineração como uma actividade em expansão.

Em relação à mineração, deve-se ter presente a presença de grandes projectos, que iniciaram as suas actividades no ano 2000, tais como a exploração do gás natural (Pande e Temane),

as areias pesadas de Moma, o carvão em Moatize. Sublinhe-se que Moçambique tem grandes reservas de ferro, carvão, grafite, titânio, tântalo, gás natural e petróleo. Factores externos como os conflitos étnicos e políticos que assolaram os países como Ruanda, Burundi, Sudão do Sul, República Democrática de Congo, entre outros, estiveram na causa expulsão de muitos cidadãos. Alguns destes escolheram Moçambique como país de acolhimento. Outro factor ainda é o processo da desertificação que se verifica nos países de Sahel (países que se encontram perto do deserto do Sahara).

Este estudo surgiu com intuito de compreender o nível da integração dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos em Moçambique. É um estudo incipiente e pioneiro, porque os tratados sobre migração em Moçambique se concentram fundamentalmente nos aspectos de segurança, porosidade de fronteiras, migrantes em situação administrativa irregular (erroneamente chamados migrantes ilegais), e aspectos legais e administrativos das autorizações de entrada e residência no país. A pesquisa centra-se de modo especial nos imigrantes de origem africana, por isso a sua parcialidade. A justificação para esta delimitação prende-se substancialmente com o facto de este grupo populacional ser o mais atendido pela CEMIRDE (Comissão Episcopal para Migrantes, Refugiados e Descolados).

A CERMIDE é uma comissão da Conferência Episcopal que, na década de 90, foi criada para atender às situações dos deslocados de guerra da civil. A sua missão é estar presente no meio dos migrantes, refugiados e deslocados através da assistência humana, espiritual, pastoral, jurídica e, quando for possível, material. Ela já realizou estudos sobre o tráfico

humano em todo o país e tem programas de migração segura. Neste momento, a sua preocupação é a integração dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos.

Se tivermos em conta as temáticas, pode-se considerar as seguintes: tipos de migração, sua origem, trânsito e destino; migrações e desenvolvimento; imigração ilegal e internacional. Da literatura sobre este assunto, há que destacar a obra de Adriana Ribeiro sobre a Imigração Ilegal em Moçambique, publicada no ano de 2022; as Reflexões sobre uma política de Migração de Inês Macamo Raimundo de 2009; Francisco Wetimane escreveu também sobre a imigração ilegal, estudando especificamente o caso dos migrantes somalis em 2013; Laura Chappell e Dhananyan Siriskandarah desenvolveram o tema do impacto da Migração no desenvolvimento em 2007.

Estudar a integração das pessoas que vivem aqui há muitos anos é fundamental, porque se compreende que Moçambique não é mais um país monocultural, mas sim multicultural e acolhedor, no qual convivem pessoas autóctones e aquelas que nasceram em outros países, que chegaram ao país por diversos motivos.

O estudo preocupa-se em compreender a integração porque, de acordo com as estatísticas do ACNUR, Moçambique tem mais de 29,8 mil refugiados, dos quais 25 mil são requerentes de asilo. Do total de refugiados, 25% são crianças (ACNUR, 2022). Depois do encerramento dos centros de Boane e Bobole, Maratane passou a ser o único centro de refugiados. Actualmente abriga cerca de 9.500, 63% provenientes da República

Democrática do Congo, e 32% são de origem burundesa e os restantes são de Ruanda e Somália.

A recolha de dados da investigação ocorreu no período de Abril de 2023 a Fevereiro de 2025. A partir de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, teve-se como informantes três grupos. Os requerentes de asilo, refugiados e imigrantes económicos formavam o primeiro grupo. Os funcionários das instituições (SNAMI, CNUR, INAR, PGR, PRM e SERNIC) que trabalham com assuntos de migração constituíram o segundo grupo. O último grupo de informantes foi o dos líderes religiosos (fundamentalmente foram entrevistados líderes religiosos católicos e muçulmanos).

A autonomia dos participantes foi garantida visto que toda a entrevista foi antecedida de um diálogo com o informante, onde o ajudante de campo, seguindo o roteiro entregue pelos pesquisadores, dava a informação sobre o objectivo, método, benefícios e, possíveis riscos, da investigação. Para formalizar este acto, entregava-se a cada participante a folha para o consentimento informado para que pudesse ser assinado.

No tocante à confidencialidade, todas as entrevistas foram feitas em lugar reservado, que permitia apenas ao informante e ao pesquisador terem conhecimento da informação. Como muitos dos informantes são comerciantes, o encontro foi no seu local de negócio, mas, em todos os casos, teve-se o cuidado de buscar um lugar mais tranquilo para a entrevista e, assim, garantir a confidencialidade. Os informantes tiveram, também, de dar o seu consentimento sobre o uso do gravador, ao que muitos não se opuseram.

Feitas as entrevistas, as gravações em áudio foram transcritas e, para garantir a privacidade, os nomes foram codificados. A codificação foi feita seguindo critérios diferentes, por isso ela é explicada na apresentação dos dados por região.

Ao considerar-se, em cada região, três grupos diferentes de informantes foi possível fazer uma triangulação dos resultados e garantir a fiabilidade da investigação. O cruzar a informação dos diversos interlocutores foi importante para conhecer a fundo a situação real da integração dos requerentes de asilo, refugiados e imigrantes económicos.

Em relação à estrutura, além da presente introdução, o trabalho começa com um marco teórico, no qual se esclarecem os conceitos a serem utlizados na pesquisa. Parecem centrais os conceitos de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, por causa da sua proximidade epistemológica. Igualmente pareceu imprescindível trazer as causas da imigração, o conceito de integração social, cultural e religiosa. Também foi importante trazer algumas teorias de integração, ainda que de modo tímido, visto que não era relevante, já que se tinha como objectivo estudar a situação da integração dos imigrantes em Moçambique.

Na metodologia, é feita a contextualização, a problematização, indica-se o tipo de estudo, a sua relevância e os objectivos, descreve-se a amostra e o local de estudo.

Depois da metodologia, apresentam-se os resultados da pesquisa das três regiões de Moçambique. Estes são apresentados por províncias, seguindo um esquema que começa com as causas da imigração, seguida da descrição da integração laboral, depois segue a avaliação da integração cultural e religiosa. Em termos de sequência, começa-se pela região Sul (Província de Maputo e Gaza), Centro (Província de Tete) e Norte (Províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delegada).

CAPÍTULO I
MARCO TEÓRICO

O marco teórico refere-se a termos que constituem o âmago da investigação. Visto que os termos refugiado, requerente de asilo, migrante, integração e imigrantes são polissémicos, pretende-se o seu significado no contexto desta pesquisa académica. Busca-se o seu entendimento científico para maior percepção do estudo.

1.1 Refugiado

O termo refugiado tem sido discutido sob ponto de vista do seu significado, tomando significados variados de acordo com as suas características. Por isso, nesta secção apresentamos este conceito partindo de algumas situações e olhando os âmbitos internacionais.

Em temos históricos, Souza (2019) esclarece que este termo não apareceu em sua forma sistematizada num primeiro momento como aparece nos dias de hoje, mas sim trata-se de uma construção feita à luz de vários pensamentos e intenções e o seu aperfeiçoamento dependeu dos valores a ele atribuídos, tendo em vista os aspectos sociais e culturais. Nesta perspectiva, entende-se que o conceito de refugiado tomou o seu significado tendo em conta principalmente os factores sociais e políticos de um determinado país. Na linha de pensamento de Souza (2019), pode-se dizer, que o termo refugiado está relacionado com os movimentos migratórios de pessoas entre territórios e estados. Como se sabe, a evolução dos movimentos migratórios fez e continua a fazer a história humana, motivada por vários factores que estiveram na origem do seu surgimento.

Dentre os vários factores dos movimentos migratórios podem ser destacados os de natureza leve (busca de emprego, segurança, ou estabilidade no país de destino) e os de natureza grave (guerras, fome, revoltas, epidemias e tragédias). Assim, pode-se perceber que as pessoas deslocadas para um outro espaço podem receber várias designações, dependendo das suas características e do contexto local a que elas estão sujeitas e, sobretudo, das características do seu trânsito (saída de uma região para outra e de um país para outro).

Desta forma compreende-se que a história foi marcante para uma percepção mais profunda de um conceito influenciado por várias situações ou contextos e que a sua análise depende, também, dos contextos socais, políticos e económicos dos vários momentos a evolução histórica.

Assim, Park (2025) salienta que o carácter de refugiado está relacionado com a evidência de suas necessidades relegadas diferentemente do migrante que se desloca em busca de melhores condições de vida. Park (2025) na sua definição do termo, refere que o refugiado se desloca em busca de alguma condição de vida e por esta razão nem todo o refugiado pode ser considerado um migrante, mas migrante pode ser considerado refugiado. A natureza da situação de um refugiado denota uma condição incidental e transitória.

Souza (2019) refere que o conceito de refugiado foi usado regionalmente desde e a modernidade para designar pessoas deslocadas em função de guerras civis, revoltas, epidemias e entre outras.

Assim, refugiado é a pessoa que [...], temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de origem e que não pode ou em virtude desse temor não quer valer-se de protecção desse país ou que, se não tem nacionalidade e encontra-se fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados, 1951)

Da Silva (2012) explica que termo refugiado na sua definição obedeceu a certos critérios antes da convenção da organização da Nações Unidas em 1951 e esses critérios foram distintos para explicar que é o refugiado.

A Convenção de Genebra, carta magna dos refugiados e requerentes de asilo, conceitua o refugiado como pessoa que vive fora do seu país de nascimento ou de residência habitual por estar a fugir da perseguição movida por conflitos étnicos, políticos, religiosos, filiação em determinado grupo social ou das suas opiniões políticas, e que não pode ou não quer a protecção desse país, assim como aí regressar, devido ao medo da perseguição.

> No referido documento,
> refugiado é aquele que sofre perseguição
> pelos seguintes motivos:
>
> "raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da protecção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele"
>
> (Convenção Relativa ao Estatuto
> dos Refugiados 1951, art. 1 par.. 2)

No caso de conflitos armados e violência, as pessoas são reconhecidas como refugiados prima face. Não é necessário fazer

entrevistas para apurar que essas pessoas precisam de protecção internacional.

Lobo e Marcelino (2025) afirmam:

> Migração vem do Latim migro que significa ir de um lugar para outro", neste caso o processo de migração é associado a pessoas e não a objectos como meios de transporte. A migração contempla o processo de saída e entrada de pessoas em um determinado país que se estabelece como através de conceitos de emigração (saída de pessoas de um país) e imigração (entrada de pessoas em um país) (p.1).

O refugiado distingue-se do migrante económico porque ele sai do seu país sem previa preparação para tal, em termos de documento para viagem e meios para sua sobrevivência. Também é considerado refugiado aquele que não tem nacionalidade, mas encontra-se fora do país em que tem residência habitual.

O termo refugiado estende-se ao cônjuge, aos ascendentes e descentes, como também aos membros da família que dependam economicamente de um refugiado. Ressalta-se que as pessoas que são obrigadas a saírem do seu país de origem por questões climáticas também são chamadas refugiadas por razões ambientais.

1.2 Requerente de Asilo

Em alguns contextos, tem-se gerado confusão entre os termos refugiado e requerente de asilo. O requerente de asilo é uma pessoa que declara ser refugiada, mas a sua pretensão deve ainda ser verificada pelas autoridades responsáveis pelos procedimentos de asilo. Aqui, devemos dizer que cada país, sendo soberano, tem procedimentos próprios para que uma pessoa, que pede protecção internacional, passe a ser considerada refugiada.

Neste sentido, quando o país anfitrião concede a protecção internacional à pessoa que a pede, esta ganha o estatuto de refugiado. Nem todas as pessoas que requerem asilo são reconhecidas como refugiadas; mas todos os refugiados, em algum momento, foram requerentes de asilo.

1.3 Migração e imigrante

O termo imigrante equivale à definição científica de migrante económico, como é o caso daquele que chegou a Moçambique em busca de melhores condições de vida ou oportunidades laborais. Há uma representatividade na amostra das entrevistas. Este colectivo veio a Moçambique em busca de novas oportunidades. Não saiu do seu país por causa de conflitos, perseguições ou mudanças climáticas.

Não obstante a definição acima, deve-se ter em conta que situações extremas de pobreza o vulnerabilidade económica em alguns países africanos afectados por grave insegurança social podem forçar uma pessoa a deslocar-se do país que o viu nascer para outros com mais oportunidades. Por essa via, pode-se enquadrar os imigrantes económicos nos migrantes forçados.

OIM (2008) entende que emigração é o acto de sair de um estado com o propósito de se fixar noutro. Nesta linha de pensamento Raymond (2009) enfatiza que este processo de sair de um indivíduo de determinado território para outro é por motivações económicas, culturais e naturais, no geral. Como se nota, as condições económicas que Moçambique tem em termos de potencialidade atrai os cidadãos estrangeiros a escolher como país de destino.

Os migrantes não se encaixam no âmbito de aplicação da Convenção de Genebra, já que não se enquadram na definição de refugiados. Em termos específicos, a Convenção de Genebra não se aplica a pessoas que tiveram de deixar o seu país por motivos económicos, pois essas pessoas não foram perseguidas, nos termos dos cinco fundamentos especificados na Convenção de Genebra. Assim, os migrantes não têm direito a receber asilo, porém, poder-lhes-ão ser atribuídos direitos de residência pelo país anfitrião.

Antes de entrarmos em pormenores sobre o processo migratório em Moçambique, convém sublinhar que se trata de um assunto que carrega consigo uma história relacionada com vários factores, sobretudo acerca do seu surgimento. Neste sentido, vamos definir, em poucas palavras, o que é migração e como ela acontece. A migração é movimento de pessoas do seu lugar de residência habitual a um novo lugar de residência, seja através de uma fronteira internacional ou dentro do seu país (OIM, 2024). A primeira chama-se migração internacional e a segunda é considerada migração interna. Este estudo considera a migração a longo prazo, isto é superior a 12 meses, que, segundo o relatório sobre as Migrações no Mundo, se estima em 281 milhões no mundo. Embora as pessoas que vivem fora do país onde nasceram correspondam apenas a 3,6% da população mundial, está a crescer o número de pessoas que cruzam as fronteiras internacionais para fixar noutro país a sua residência. Maior parte desta migração tem como principal causa a busca do trabalho.

Patrício (2015) explica que a complexidade da trajectória e dos fluxos migratórios tem tido como resultado o estudo e debate em torno das migrações a partir de várias perspectivas das ciências (economia, história, sociologia, geografia, antropologia, psicologia social, demografia entre outras). Este autor defende que apesar de existirem aspirações teóricas construídas para explicar as migrações, ainda há ausência de uma teoria geral das migrações, o que significa que os resultados obtidos a partir de várias pesquisas sobre migração estão aquém da exigência de uma realidade complexa e dinâmica. Falando das razões da porosidade e fragmentação das teorias migratórias, Massey et al. (1990) apresentam que há quatro dimensões de conflito.

A primeira versa sobre se o fenómeno de migração deve ser estudado de forma sincrónica ou diacrónica; a segunda, que está ligada à acção de migrar, coloca a questão se a migração seria melhor aprofundada a partir da acção do indivíduo ou a partir de uma análise estrutural; a terceira traz consigo o pensamento da unidade de análise, se pode ser o indivíduo, o agregado doméstico, a comunidade, a região geográfica ou outra; a quarta, que se relaciona com o impasse existente quanto ao saber se a ênfase deve ser colocada nas causas ou nos efeitos das migrações.

A este respeito, Hollifield (2000) salienta que há uma necessidade de fazer uma análise interdisciplinar que permita a incorporação de várias teorias com a ideia de encontrar pontos comuns. Neste sentido, Peixoto (2004) refere que houve progressos ao destacar dois postulados que viriam a tornar-se aspectos principais nos estudos de fenómenos migratórios, a saber:

a) Migração e distância - o ponto central neste postulado é que se deve perceber que muitos migrantes se deslocam para curtas distâncias e os que se deslocam para muito longe optam em fazê-lo para grandes centros de comércio e indústria.

b) Migração por etapas - trata-se de uma situação de atracção de migrantes para uma cidade em rápido crescimento..

Estes movimentos são explicados pelas teorias a seguir.

1.4 Teoria do investimento do capital humano

Nesta teoria os indivíduos avaliam racionalmente os custos e benefícios futuros com o seu próprio investimento no momento de migrar. A ideia destas acções de investimento pressupõe que os esforços aplicados na educação favorecem o aumento de rendimento e da produtividade, uma vez que as pessoas passam a estar munidas de conhecimento (Becker, 1993).

Arango (1985), falando dos factores de atracção, explica que estes podem oferecer ao possível migrante maior grau de satisfação no país de destino. Neste sentido compreende-se que o indivíduo migrante decide aderir a este fenómeno depois de fazer alguma análise comparativa sobre as vantagens.

1.5 Teoria da nova economia das migrações

Esta teoria está assente na ideia de que o agente que procura a máxima utilidade das deslocações não é o indivíduo, mas a família. Esta teoria faz uma abordagem das migrações, a qual não se centra na determinação individual de migrar, mas sim num conjunto de indivíduos que estão ligados..

1.6 Teoria do mercado de trabalho segmentado

Esta teoria procura explicar as razões da existência de trabalhos precários e de baixa produtividade e outros factores a ele relacionados. Ela fundamenta-se na ideia de que as migrações internacionais obedecem a uma procura constante de força de trabalho nos países industrializados, os quais se caracterizam em segmentação do mercado de trabalho (Patrício, 20215).

Uma outra perspectiva que condiciona a imigração refere-se às condições de vida. Neste fio de pensamento, Peixoto (2002) sublinha que se pode considerar a imigração como forma de busca de melhores condições de vida, ao entender que existem imigrações que não são motivadas por questões económicas.

As redes migratórias podem depender de um conjunto de laços sociais que ligam as comunidades de uma determinada origem a um ponto de destino (Massey,1990). Nesta perspectiva, compreende-se que os laços entre povos podem influenciar o fenómeno migratório. Estes laços podem ser influenciados por uma aproximação cultural onde os povos que partilham alguns idiomas.

As teorias apresentadas ajudam a entender que a imigração é um fenómeno que deve ser estudado tendo em vista várias situações contextuais. O seu conceito também pode ser entendido de acordo com a dinâmica dos movimentos migratórios ao longo do tempo.

A imigração é um movimento de pessoas de entradas com ânimo permanente ou temporária e com a intenção de trabalho, bem como a fixação de residência, de pessoas ou grupo de pessoas de um determinado espaço num país ou num continente.

Lobo e Marcelino (2025) defendem que a imigração vista nas teorias migratórias requer um conhecimento profundo do contexto do seu surgimento, pois não se pode falar de imigração sem antes falar de migração enquanto base de análise do sistema migratório que se estrutura em duas dimensões, sendo a emigração e imigração.

1.7 Causas da imigração

As causas da imigração podem ser analisadas sob seis perspectivas, a saber: histórica, geográfica, económica, condições de vida, cultural e social.

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (2011) diz que falar da imigração em Moçambique evidencia um conhecimento das características de um país com a sua evolução histórica desde os aspectos políticos até os socioculturais. No âmbito histórico, pode sublinhar-se que Moçambique é um país da África Austral com relações económicas privilegiadas com a República da África do Sul. Esta situação, por um lado, atrai os imigrantes para a escolha de Moçambique como o país de destino. Por outro lado, Moçambique vem sendo um dos grandes palcos de um fenómeno caracterizado por imigração sem precedentes e bastante acentuado, cuja procedência é Etiópia, Somália, região dos Grandes Lagos da África e Médio Oriente (AULP, 2011).

Na perspectiva geográfica, entende-se como um aspecto que atrai as imigrações a sua localização, o que concorre para a sua escolha como país de destino.

Patrício (2015), falando das causas de imigração no norte de Moçambique, sublinha que a localização da país e suas potencialidades económicas e fragilidade das instituições do Estado no controlo das imigrações constituem factores apelativos para entrada de imigrantes de várias partes do mundo, com destaque para os imigrantes africanos que saem dos seus países de origem por várias razões.

Peixoto (2022), falando das causas, associa a imigração como uma forma de busca de melhores condições de vida, ou seja, as pessoas imigram para outros países porque estão convencidas de que no país de destino encontrarão uma forma mais digna e segura para viver e fazer a sua vida mediante as várias actividades. É esta outra perspectiva de atracção, que tem a ver com as condições económicas favoráveis de que Moçambique dispõe.

1.8 Integração laboral, social e cultural

Quando uma pessoa sai do seu país (emigra) e decide viver noutro país (imigra) deixa para trás o mundo conhecido, o solo que o viu a nascer, e abraça o desconhecido. Isso exige audácia de se inserir e adaptar-se a novas sociedades. É nesta linha de pensamento que podemos definir a integração dos imigrantes como o processo pelo qual há adaptação mútua entre dois seguimentos socioculturais diferentes, mas iguais em direitos e obrigações, e não como um processo de ajuste unilateral do polo dominado. Em termos conceptuais, a integração dos imigrantes pode ser definida como um processo bidireccional entre as pessoas migrantes e as sociedades, através do qual estas pessoas se incorporam à vida social, económica, cultural e política da comunidade receptora (OIM, 2019).

A integração implica uma incorporação na sociedade de acolhimento e uma participação plena nos campos económico, social,

cultural e político, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade. A este respeito, Álvarez (2018) ensina que uma integração com êxito implica acesso aos direitos e serviços (educação, saúde, moradia, oportunidade laborais, etc.), também tem em conta a adaptação cultural mútua, tanto das pessoas migrantes como da população do país do destino, a inclusão financeira, entre outros bens sociais.

Daí que a integração seja um processo gradual, harmónico, ao qual a sociedade deve prestar atenção no dia-a-dia, porque leva consigo responsabilidades e trocas entre as pessoas migrantes e as comunidades e se sustenta através de conceitos afins à inclusão e coesão social.

A integração exige dos imigrantes adaptação à sociedade de acolhimento; porém, da parte dos nativos, espera-se a adaptação à diversidade e ao diferente. A sociedade acolhedora não só deve aceitar a diversidade, mas fundamentalmente deve respeitá-la. Deve-se ressaltar que, da sociedade de acolhimento, se espera também que esta conceda aos imigrantes oportunidades e direitos iguais aos dos nativos sem discriminação, acompanhados de uma participação activa na vida social, económica e política do país acolhedor. A integração é o melhor caminho para se chegar à coesão social, visto que ela promove a solidariedade e a confiança mútua.

Para que se efective a integração social, são importantes as características do imigrantes, a adaptação da sociedade acolhedora e as redes sociais que os migrantes possuem, tais como a sua idade, a formação académica, a experiência profissional, o conhecimento do idioma do país acolhedor e a capacidade de adaptação cultural. Em relação à comunidade acolhedora, é importante que haja políticas integradoras e disponibilidade de empregos. As redes sociais são um elemento importante porque oferecem apoio e facilidades de integração aos imigrantes.

A integração, por ser multidimensional e responder a enfoques transversal e multissectorial, ela engloba distintas esferas. No entanto, dada a coesão que criam nos migrantes, as dimensões económica, social, cultural e política são as estudadas para compreender a integração (Gońda, M.; Pachocka, M. et Podgórska, K., 2020). Neste estudo, apenas se abordam as dimensões: social, laboral, cultural e religiosa da imigração.

A dimensão social da integração tem a ver com a não discriminação e o acesso aos direitos sociais como a educação e saúde. Entre outros aspectos, incluímos também o acesso à moradia, à reunificação familiar, a interacções com a comunidade onde o migrante reside, à protecção dos direitos, à assistência em situações de vulnerabilidade, ao apoio legal e à informação oportuna (OIM, 2021).

Sendo este um estudo exploratório e descritivo interessa compreender, de maneira especial, a interacção entre os migrantes e os nativos dentro das comunidades onde eles vivem. Neste sentido, chama atenção o facto de a opinião pública sobre os migrantes, ao menos nos meios de comunicação, não ser muito positiva, dada a frequente veiculação de notícias sobre migrantes e refugiados que tentam entrar no país de forma irregular, sem apresentar todos os requisitos administrativos exigidos pela lei moçambicana.

Em relação à dimensão económica, esta engloba a participação laboral, económica e financeira das pessoas migrantes, assim como os impostos que pagam nos países de acolhimento. Entre os migrantes e refugiados, a taxa de empregos formais é muita baixa, porque, em muitos casos, os seus negócios se localizam no mercado informal (OIM, 2021).

Aqueles que se dedicam ao garimpo, fazem-no de forma artesanal e informal. Por isso, a taxa da integração económica dos

migrantes, na perspectiva laboral, é um assunto crucial a estudar. Ainda, revela-se interessante investigar sobre o acesso ao crédito público e privado por parte dos migrantes.

A integração cultural pode ser vista como adaptação aos novos ambientes, o intercâmbio e o desfruto das culturas, idiomas, normas sociais, valores, tradições e comportamentos da comunidade receptora (OIM, 2021). Ainda engloba a inclusão e a coesão ao nível local, o fortalecimento das relações entre a comunidade de destino e as pessoas migrantes. Para avaliar o nível da integração, é importante ter em conta o uso diferenciado ou comum do idioma nacional ou local, os costumes e as tradições por parte dos migrantes e dos nativos.

Para qualquer país de acolhimento dos migrantes, a integração é geradora de benefícios, já que enriquece culturalmente o país, cria maior coesão social. A presença dos migrantes contribui para o aumento da tributação, dinamiza o mercado laboral e cria maior participação cidadã. Os próprios migrantes, através da integração, podem ter mais protecção dos seus direitos, acessos aos serviços sociais básicos, a possibilidade de reunificação familiar, maior bem-estar emocional, social e económico.

Em relação aos modelos teóricos de integração dos migrantes, conhece-se o assimilacionista, que concebe a integração como um processo através do qual as unidades ou os elementos de uma sociedade participam nas actividades e assumem os valores do grupo maioritário desta sociedade. Compreende-se que a integração nasce deste processo das culturas que se assimilam e se comunicam, com a boa vontade da integração dos migrantes (Taguiff e Weil 1990). O modelo assimilacionista centra-se fundamentalmente na cultura e esquece outras dimensões da integração, como o acesso aos direitos, a dimensão económica e a financeira.

Em contra partida, há modelos que se orientam pela adaptação mútua. Para estes modelos, no processo de integração a minoria incorpora-se na sociedade receptora em igualdade de condições, direitos, obrigações dos nativos, sem, com isso, supor a perca da identidade cultural dos migrantes. A maioria aceita e procede às mudanças normativas, institucionais e ideológicas para que isso seja possível.

Um terceiro modelo seria o isolamento. Neste modelo, os migrantes e refugiados mantêm intactos os seus valores, normas e cultura, sem adquirir o estilo de vida do país de acolhimento. Para alguns autores, como Pumares (1998), este conceito aproxima-se ao multiculturalismo, onde se formam minorias étnicas sólidas, com fortes símbolos identitários e com a manutenção da cultural do país de origem.

Neste trabalho, a base de análise será o modelo de adaptação mútua, que parece o mais adequado para compreender o nível da integração dos colectivos estudados.

1.9 Integração e direitos sociais

A abordagem sobre a migração e direitos sociais tem sido discutida em vários fóruns, ao nível nacional e internacional, numa altura em que a onda das migrações tende a acelerar ao nível mundial devido a várias situações, algumas de índole económica e outras de natureza política no país de origem. À luz das discussões voltadas para o reconhecimento dos direitos sociais dos migrantes, existem declarações e convenções ratificadas por vários países do mundo, para defender e proteger esta classe de migrantes.

Um dos grandes objectivos do estabelecimento dos direitos sociais passa necessariamente pelo respeito e valorização pela dignidade humana, tendo em conta que nenhuma pessoa, independentemente da sua condição, deve ser privada dos seus direitos.

Quando se fala de migração e direitos sociais, entende-se que os indivíduos considerados migrantes devem gozar os direitos como seres humanos em qualquer parte do mundo que tiverem escolhido para viver. Trata-se de perceber que, em qualquer situação em que a pessoa estiver, deve merecer consideração à luz dos Direitos Humanos.

A questão dos direitos sociais a que todo o cidadão tem direito sublinha, em primeiro lugar, não apenas o reconhecimento da dignidade humana, mas também a assistência social que se deve basear nos princípios da cobertura universal e da solidariedade. Neste sentido, Mestriner (2008), ao falar da assistência social, refere que ela engloba uma série de acções e actividades públicas ou privadas com o objectivo de prover, remediar ou prevenir as necessidades e carências de indivíduos no que diz respeito à sua sobrevivência, convivência e autonomia social.

Entende-se que ajudar os carenciados de alguma situação é uma prática milenar que garante o princípio de solidariedade a que todos os indivíduos devem estar sujeitos. Esta aproximação, que se traduz na assistência, parte do entendimento de que o migrante é sempre muito vulnerável. Pode-se entender, também, que a componente dos direitos sociais remete aos governos de cada país a buscar acções que garantam espaços humanitários ilimitados onde todas as pessoas se sintam livres, seguras e com uma convivência desejável. Desta forma, pode-se garantir aos migrantes o pleno gozo dos direitos internacionais, como demonstra a Declaração de Cartagena (Silva,2011).

Na visão de Sarlet (2010), o conjunto dos direitos e liberdades a que estão sujeitos os migrantes deve ser reconhecido e garantido, tendo em vista o seu carácter básico e jurídico. Portanto, não se trata de conceder, de alguma forma, favores, mas sim de reconhecer o ser humano com o seu valor e respeito.

1.10 Imigração em Moçambique

O termo imigração refere-se fundamentalmente à entrada de pessoas estrangeiras num determinado país e nele se fixarem por um período igual ou superior a um ano. Em Moçambique este movimento começa depois do fim da guerra civil, nos primeiros anos da década 90.

Nos anos posteriores à assinatura do Acordo Geral de Paz (4 de Outubro de 1992), Moçambique deixa de ser só país emissor de migrantes e passa a ser simultaneamente um país emissor, receptor e de trânsito de migrantes. Esta mudança deveu-se a vários factores. O primeiro parece ser a sua localização geográfica ou a sua posição geoestratégica, que beneficia os imigrantes provenientes da costa oriental de África e os oriundos da Ásia. Como segundo factor deste giro, encontra-se a relativa estabilidade política, social e económica que dominou o período posterior à guerra civil.

A estabilidade económica é fortalecida pelas facilidades de abertura de pequenas e médias empresas, poucas barreiras para a integração no comércio informal que se encontra em franco crescimento, como acontece em vários países africanos.

Utilizando a linguagem económica, podemos falar de existência de um ambiente favorável a negócios, de modo particular, as pequenas e médias empresas que cobrem os sectores da indústria extractiva e de hidrocarbonetos, bem como a área do turismo.

Em relação à indústria extractiva, muitos imigrantes em situação irregular dedicam-se principalmente à mineração de rubi na Província de Cabo Delgado ou à extracção do ouro na Província de Manica. Os que se dedicam ao comércio informal instalam-se nas zonas urbanas.

Por estabilidade política entende-se a relativa paz que Moçambique viveu depois dos Acordos de Roma. Nesse período, países como Ruanda, Somália, Sudão do Sul, Burundi e República Democrática do Congo, enfrentaram algum conflito militar ou étnico, neste período de viragem nas migrações.

O terceiro factor que marcou este giro copernicano no panorama das migrações em Moçambique pode ser a proximidade de valores culturais e religiosos (Wetimane, 2012), com os imigrantes que buscam este país. Além dos factores mencionados antes, são de igual importância a existência e disponibilidade de terras e recursos naturais, porosidade das fronteiras nacionais e o clima acolhedor dos autóctones (Valigy, 2006).

Na mesma linha, o facto de existir em Moçambique um campo de refugiados "aberto", o de Maratane (Nampula), onde as pessoas são menos controladas e atribuídas terras para a prática da agricultura e pecuária pode ser também um factor de atracção para os imigrantes irregulares, que se apresentam a este centro com o pretexto de que são vítimas de perseguição nos seus países de origem.

CAPÍTULO II
METODOLOGIA

2.1 Contextualização

A situação de Migração em Moçambique tem levado as autoridades governamentais a preocuparem-se cada vez mais porque tende a aumentar o seu fluxo. Em Moçambique existem pontos de entrada e de maior concentração dos migrantes e refugiados, tendo em vista os vários factores. Patrício (2016), descrevendo esta realidade migratória no mundo, sublinha que Moçambique não é uma excepção no que se refere ao fenómeno migratório, pois muitas migrações, senão na sua maioria, são originadas por factores sociais, económicos e políticos como consequência de conflitos dos países de origem.

Embora Raimundo (2011) saliente que a análise das migrações deve ser feita a partir do seu trajecto histórico, como são os casos de migrações Bantu, o comércio costeiro com os Árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o trabalho forçado, o trabalho migratório para as minas e plantações da África do Sul, os aspectos geográficos de Moçambique, entre outros factores, podem estar na origem da escolha como país de refúgio pelos povos vizinhos. Neste sentido, Moçambique tornou-se um país acolhedor de alguns povos, como os casos do Congo, Ruanda, Somália, Nigéria, Etiópia, que migram ou se refugiam por vários motivos.

Nos estudos migratórios, a integração, entendida como convivência e acesso aos direitos humanos básicos, tem sido um desafio para os países de acolhimento de migrantes e refugiados. Moçambique é um país em vias de desenvolvimento, que acolhe uma parte considerável de refugiados e migrantes, que, particularmente na década de 90 do século passado e inícios do século XXI, abandonaram países como República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda, Somália e outros, e escolheram viver de modo definitivo neste país.

Ao chegar a Moçambique, estes colectivos humanos, se estão fora do campo de refugiados, instalam-se em vários bairros das províncias do país, seja em casas próprias ou arrendadas.

2.2 Problema

O facto de os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos terem escolhido viver definitivamente em Moçambique coloca desafios ao país, por ser uma nação de fracos rendimentos económicos e possuir um mercado laboral muito precário. Estes desafios não se limitam ao mercado do trabalho, mas estendem-se à integração social, cultural e religiosa.

Como se sabe, a integração laboral é um dos pilares da migração, pois esta possibilita também a integração social e, consequentemente, a religiosa. Num contexto em que a grande maioria dos nativos não possui emprego formal, a integração laboral constitui um desafio maior ainda para os que chegam ao país para residir. E, no caso concreto, de alguns migrantes chegam ao país de acolhimento sem nenhum documento, o que agrava a sua precariedade laboral.

Alguns requerentes de asilo e refugiados que chegam a Moçambique estão marcados por conflitos étnicos ou militares, ou ainda pela perseguição movida por diversos factores que, no momento da integração, podem constituir uma barreira na convivência social. O desejo de manter a identidade cultural e as diferenças linguísticas são, para os que procuram integrar-se no país, empecilhos importantes na hora de conviver com os nativos. Ademais, investigações indicam que a prática religiosa não é só factor da atracção, mas um elemento integrador importante. Em relação a este aspecto, é mister recordar que Moçambique é um mosaico religioso.

Por um lado, aos elementos antes mencionados, recorde-se que o fenómeno da discriminação que os requerentes de asilo, refugiados e imigrantes económicos sofrem por parte dos nativos é um entrave ao processo a integração na sociedade. Por outro, a falta ou a não clareza das políticas de integração destes colectivos populacionais na sociedade moçambicana e o fragoso processo burocrático na obtenção dos documentos legais, de modo especial para os refugiados, não facilitam o processo da integração dos imigrantes e refugiados.

No contexto das migrações, a integração social é um esforço que se exige das duas partes, dos imigrantes e dos nativos, posto que a exclusão social é perniciosa a qualquer processo migratório. Fenómenos como a agregação de imigrantes que falam a

mesma língua ou professam a mesma religião, ciclos sociais e comunitários fechados têm sido as estratégias mais utilizadas em contexto de falta de integração. O melhor espelho desta realidade são os bairros "apelidados" de imigrantes de certa origem. Depois do encerramento do campo de refugiados em Boane, viu-se os refugiados saídos daquele campo compravam ou construíam casas no mesmo Bairro.

A integração é um desafio contra as ameaças de bairros de imigrantes que crescem a olhos vistos, sem uma coesão social com os nativos. Justifica esta asserção o facto de imigrantes da mesma proveniência viverem, em geral, no mesmo bairro.

2.3 Relevância

O fenómeno da migração traz consigo muitas reflexões em relação à promoção dos direitos humanos, sobretudo olhando as pessoas que estão directamente ligadas a estes movimentos, principalmente os refugiados e requerentes de asilo.

Olhando o objectivo central deste estudo, que é o de compreender o processo de integração, os desafios e as oportunidades, pode-se ter um conhecimento real para se descrever o panorama de acesso aos direitos sociais de muitos migrantes em Moçambique. Neste sentido, o facto de ser migrante pode carregar consigo muitas barreiras que podem impedir a que se possa ter uma convivência social desejável, uma integração laboral e cultural por causa de muitas limitações a que está sujeito.

Este estudo pode, também, ajudar a reflectir sobre como é que está a decorrer a promoção dos direitos humanos, o que está a falhar em relação à implementação de políticas inclusivas de acesso ao trabalho, de facilidade de estadia em Moçambique (legalização de documentos), se há uma integração social que

facilite a convivência com as outras pessoas nos locais onde os migrantes fixaram as suas residências. Uma vez que este estudo contempla questões sobre a trajectória, os percursos usados por imigrantes, pode ser uma grande oportunidade para se fazer um mapeamento para melhor conhecimento sobre as vias usadas até chegar a Moçambique.

2.4 Tipo de estudo

Pela natureza, trata-se de um estudo exploratório-descritivo, e adopta uma abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva tem por principal finalidade descrever as características ou aspectos de uma população ou de um fenómeno. Gil (2014) e Richardson (2015) revelam que um estudo descritivo é aquele que ambiciona apenas os parâmetros inerentes ao estudo de uma população. Tais estudos têm a importância fundamental de serem sempre o primeiro passo de investigação. As pesquisas descritivas utilizam critérios sistemáticos que permitem estudar a estrutura e os comportamentos dos fenómenos de estudo, proporcionando, desse modo, uma informação sistemática e comparável com a de outras fontes (Vilelas, 2009).

A pesquisa exploratória é realizada com o propósito de desenvolver ou esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos. Nesta pesquisa, o planeamento é bastante flexível e tem como objectivo proporcionar maior familiaridade com o problema da integração dos imigrantes em Moçambique, considerando os principais aspectos que têm a ver com a integração, com vista a torná-lo mais explícito, (Morreti, 2008; Prodanov e Freitas 2013; Gil, 2014; Richardson, 2015; Vilelas, 2009).

Em termos de técnicas de recolha de dados, foram usadas duas: as entrevistas e análise documental. Nas entrevistas teve-se três

tipos de informantes. O primeiro é dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos; os funcionários das instituições constituem o segundo grupo e, por último, os líderes religiosos. Nos documentos, recorreu-se aos relatórios do ACNUR e estudos sobre a os refugiados em Moçambique.

Sistematizou-se a pesquisa através dos seguintes conteúdos: intenção de imigrar, trajectória migratória, causas da imigração, inserção no mercado laboral, integração social, cultural e religiosa.

2.5 Objectivos

GERAL

- Compreender o nível da integração dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes em Moçambique

ESPECÍFICOS

- Descrever as causas e as trajectórias da imigração moçambicana;
- Analisar a integração laboral, social, cultural e religiosa dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos em Moçambique;
- Examinar o nível de acesso aos direitos sociais por parte dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos em Moçambique.

2.6 Amostra

O estudo tem amostras diferenciadas dependendo da região, em termos do seu tamanho. No entanto, é uma amostra não probabilística por acessibilidade. Neste sentido, na apresentação dos resultados, antes se indicará a amostra de cada região em que decorreu a pesquisa, considerando os três grupos de informantes.

2.7 Descrição do local do estudo

Moçambique fica situado ao Sudeste de África e pertence à região conhecida como África Austral, com uma superfície de 800 mil quilómetros quadrados e uma população recenseada em 30 mil habitantes em 2017. Faz fronteira, ao Norte com Tanzânia, ao Oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e ao Sul com a África do Sul e o Reino de Eswatini. Trata-se de um país com 11 províncias localizadas em três regiões, sendo região Norte: Niassa, Cabo Delgado e Nampula; região Centro: Zambézia, Sofala, Tete e Manica; região Sul: Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza e Inhambane (INE,2017).

Em termos globais, sem contar com a vasta extensão costeira de 2.760 km no Oceano Índico, é um país com 4.212 km de fronteira, dos quais 63,8% correspondem à fronteira terrestre, 28,6% à fronteira fluvial e 7,6% à fronteira lacustre. Esta grande extensão de fronteiras e a exiguidade de meios materiais e financeiros para controlar faz com que o país seja vulnerável.

Na zona Norte do país, os imigrantes utilizam Tanzânia e Malawi, como países de trânsito, acedendo pelas zonas menos controladas do Rio Rovuma e Lago Niassa ou pelas regiões de Namoto (Distrito de Palma), Quirindi (Distrito de Mocímboa da Praia), Namatil e Megomano (Distrito de Mueda) na Província de Cabo Delgado. Ainda no Norte, usa-se como via de acesso a região de Mandimba (Distrito de Mandimba), Madjedje (Distrito de Sanga) e a fronteira de Congresso na Província de Niassa. Além destas entradas da zona Norte do país, os somalianos, quenianos e comorianos entram pela ilha de Zanzibar (Tanzânia).

Outra entrada considerável, no Centro do país, tem como país de trânsito Zâmbia. Por este país, entram os congoleses, burundeses e sudaneses pelas regiões de Biri-biri e Calomue (Distrito de Angónia), Zobué (Distrito de Moatize), Cassacatiza (Distrito de Chiúta) e Chifunde (Distrito de Chifunde) da Província de Tete (Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados, 2012).

As principais rotas de entrada a Moçambique são as províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delegado e a província central de Tete. Por isso, na zona Norte, serão estudadas as províncias de Niassa, Cabo Delegado e a Província de Nampula, por lá se encontrar o centro de Refugiados de Maratane. Segundo as entrevistas, a existência deste centro constituiu um pull factor para os imigrantes económicos, requerentes de asilo e refugiados escolherem Moçambique como país de destino.

Uma terceira entrada no país é a via área. Utilizam este itinerário os nigerianos, malianos, guineenses e chegam de voos provenientes de Nairobi, Dar-es-Salam e Adis-Abeba. Mas também chegam por esta via pessoas das nacionalidades paquistanesa, tailandesa, bengali, chinesa e portuguesa.

A inclusão de Maputo-Cidade, como uma das amostras para a zona sul do país, não é apenas pela localização do principal aeroporto internacional, mas porque muitos imigrantes económicos, requerentes de asilo e refugiados escolhem Maputo por ser a capital e ainda por ser um caminho para chegar a África do Sul, o el dorado africano.

Também foram feitas entrevistas na Província de Gaza, por se considerar que alguns refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, na impossibilidade de fixar residência em Maputo, por vários motivos, acabam por recorrer a esta província.

CAPÍTULO III
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E IMIGRANTES ECONÓMICOS NA REGIÃO SUL DE MOÇAMBIQUE

3.1 Contextualização

Este capítulo constitui a apresentação de resultados da pesquisa feita em Maputo e Gaza. Através das entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, foi possível conhecer a realidade da integração dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes.

A região Sul de Moçambique, em particular a Província de Maputo, tem enquadramento porque existiu nela um campo de refugiados em Massaca II. Depois do encerramento do mesmo, os refugiados e requerentes de asilo foram transferidos para Bobole, enquanto outros ficaram a residir no Distrito de Boane e nos bairros periféricos como Campuana e Matola Rio.

O processo de encerramento deste campo de Massaca II começou-se em 2000 e teve o seu fim em 2001. O campo de Bobole, para onde foram alguns refugiados e requerentes de asilo, foi encerrado em 2023 e os seus membros levados para o campo de Maratane, em Nampula. No entanto, uma parte deles assinou o termo de compromisso de que tinha condições para viver fora do centro de refugiados. O outro motivo é que a Cidade de Maputo é a capital, muitos preferem viver nesta cidade por causa das facilidades de comunicação, transportes e possibilidades de progresso no negócio.

A Província de Gaza foi contemplada porque alguns imigrantes, que não conseguem chegar a Maputo, acabam estabelecendo-se em Gaza. Por isso, nesta província, temos comunidades ruandesas e nigerianas, com um número considerável de membros. Os nigerianos têm como motivação o ambiente calmo de negócio e pouca concorrência comercial. Ademais, segundo se apurou nas entrevistas (LR 3), alguns ruandeses e burundeses, que fixaram suas residências nesta província, sofreram algum tipo de perseguição em Maputo, por isso tiveram que fugir de Maputo para Gaza. .

3.2 Amostra das Províncias de Maputo e Gaza

As entrevistas foram realizadas de Agosto de 2024 a Fevereiro de 2025 na Província e Cidade de Maputo e Província de Gaza, concretamente em Marracuene, Boane, Matola, Cidade de Maputo, Distrito de Macia e Xai-Xai.

Além de cidadãos nacionais (fundamentalmente funcionários de instituições que lidam com imigrantes e líderes religiosos), foram entrevistados cidadãos dos seguintes países: Ruanda, Burundi, República Democrática do Congo, Índia, Brasil e Costa de Marfim. Na Província de Gaza, os dados foram recolhidos em Macia e Xai-Xai, concedidos pelo líder religioso, que contou as narrativas dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos de origem ruandesa e nigeriana.

Em termos de números, dos 32 refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos entrevistados, onze (11) já tinham pensado em viver fora de seus países, enquanto dezasseis (16) nunca haviam pensado em viver em país diferente daquele que os viu nascer. Os restantes não responderam claramente a esta questão, parece que nunca se haviam perguntado. Este ponto de partida ajudará a entender as causas de atracção (que atraíram os imigrantes a escolher Moçambique) e as causas de expulsão (que levaram os imigrantes a deixarem os seus países de nascimento).

Os que afirmaram que nunca tinha tido a intenção de emigrar (sair do seu país de nascimento) foram substancialmente os refugiados e requerentes de asilo, ao passo que, a maioria dos imigrantes económicos disse que nunca havia pensado em viver fora do seu país de nascimento. Em certa medida, pode-se inferir que a imigração em Moçambique é substancialmente forçada.

Nesta região do país, foram entrevistas 37 pessoas, sendo na sua maioria refugiados (14) e requerentes de asilo (8), imigrantes económicos (4), líderes religiosos (6). Em termos de funcionários (5), teve-se um da OIM, um do INAR, um do ACNUR, outro da Procuradoria e outro ainda SERNIC.

PROVÍNCIAS	Maputo e Gaza
LOCAIS DA PESQUISA	**Cidade de Maputo:** Ka Pfumu (15), Ka Maxaquene (3), Ka Mahotas (4). **Maputo Província:** Matola (1), Ressano (1), T3 (1), Bobole (1), Infulene (2), Marracuene (2), Boane (3), Liberdade (1), Tshalala (1), **Província de Gaza:** Macia (1) e Xai-Xai (1)
GRUPO ALVO	Refugiados (14), Requerentes de Asilo (8), Imigrantes (4), Funcionários (5) e Líderes Religiosos (7)
PAÍSES DE ORIGEM	República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda, Nigéria, Costa de Marfim e Moçambique
Nº DE INQUIRIDOS	37 Pessoas

Fonte: Elaboração própria.

A) Causas da Imigração (atracção e expulsão)

Nas causas sobre a imigração, considerando a região Sul, a Província de Maputo, Cidade de Maputo e a Província de Gaza, ir-se-á trazer, em primeiro lugar os dados referentes aos imigrantes, sem nenhuma distinção entre requerentes de asilo, refugiados e imigrantes económicos. Depois, apresentar-se-ão os elementos apontados pelos funcionários das instituições que trabalham com migrantes, e, por último, ter-se-ão os depoimentos dos líderes religiosos.

Para os entrevistados, a guerra, os conflitos armados ou a instabilidade política são consideradas a primeira causa da emigração, como acenou um imigrante, na cidade de Maputo:

> "eu não tinha pensado isso, mas quando a guerra entrou na minha terra, fugi" (MP 31).

A referência à guerra pode ser porque os países de origem dos imigrantes entrevistados enfrentaram conflitos na segunda metade da década de noventa do século passado. E deve-se realçar que talvez Moçambique não tenha sido um lugar de escolha, mas sim de refúgio.

Outro motivo mencionado pelos imigrantes é a insegurança, motivada por assuntos políticos, não propriamente pela guerra, mas sim um ambiente em que a pessoa se sente insegura e não deseja permanecer nesse lugar. Uma imigrante entrevistada em Ka Maxaquene, na Cidade de Maputo, refere que, depois de a guerra terminar em seu país, tentou regressar, no entanto, o ambiente era de insegurança, por isso preferiu continuar a viver em Moçambique.

No contexto das perseguições, também há imigrantes que saem de seus países por motivo de orientação sexual. A este respeito, um imigrante relata que sentia que corria perigo na sua terra por causa da orientação sexual que tem. A questão das perseguições, para alguns foi determinante na escolha de Moçambique, como se pode ver neste trecho de entrevista:

> "para mim, Moçambique foi uma boa escolha, porque é muito distante do meu país de origem, visto que o meu país têm o costume de perseguir gente que quer fugir. Estive no campo de refugiados e lá sofríamos perseguição. Por isso, tomei a resolução de buscar um país mais distante. E ouvi dizer que Moçambique era uma terra que recebia prontamente os estrangeiros, refugiados" (MC 57).

Fundamentalmente, os factores de expulsão resumem-se aos conflitos ou ao ambiente de perseguição e de guerra. No entanto, há outros elementos mencionados como as condições económicas paupérrimas, ou a busca de melhor qualidade de vida.

O custo de vida em Moçambique serviu de um dos factores de atracção para os imigrantes. Para eles, comparativamente aos países vizinhos, em Moçambique, a comida é mais acessível. Um refugiado de origem congolesa afirmou:

> "ali, na Zâmbia, a vida não está fácil. Aqui é muito fácil que Zâmbia. Aqui, a alimentação é muito acessível. Com pouco dinheiro, você pode comer (CM 49).

A possibilidade de abrir um negócio figura como uma das causas de imigração. Um imigrante refere que quando já tinha juntado algum dinheiro no seu país de origem, com ajuda de um tio, decidiu vir a Moçambique e começar um negócio de venda de motorizadas (CM 55). Outro imigrante explicou que

> "ao chegar aqui eu tentei abrir uma empresa, primeiro estudei o mercado, e tentei abrir uma empresa, e isso foi um pouco difícil, porque como se diz, há muita corrupção" (CM 54).

A questão de que seja o negócio o móbil para as migrações é demonstrado ainda pela entrevista feita a uma imigrante na cidade de Maputo, a qual relatou que o marido decidiu vir a Moçambique abrir um negócio (CM 53). O comércio formal ou informal tem sido um dos grandes factores de atracção dos imigrantes para Moçambique, tendo em conta a facilidade que encontram, diferentemente dos países vizinhos. Na mesma senda, outro entrevistado sublinhou que a vantagem de viver em Moçambique é a facilidade que tem de trabalhar (MP 29), logicamente referia-se ao negócio já que é um comerciante.

A existência de um campo aberto de refugiado constitui outro factor que atrai os imigrantes para Moçambique, sobretudo depois do encerramento do campo de refugiados em Tanzânia, como falou um imigrante, nestes termos:

> "eu estava em Dar es Salaam, quando ouvi que haviam fechado o campo de refugiados. Logo decidi vir a Moçambique" (CM 52).

Na mesma linha, outro imigrante enalteceu a importância de haver um campo de refugiado aberto em Moçambique, nestes termos:

> "... passei alguns meses em Malawi, e depois ouvi informações de outros conterrâneos e de outras pessoas que diziam que Moçambique é um país que acolhe bem os refugiados. Então, tomei a decisão de continuar a caminhar" (MP 41).

O elemento segurança, que também pode ser traduzido por ausência de conflitos, foi relevante, nos finais da década de noventa, para que alguns imigrantes optassem por vir a Moçambique. Um imigrante, entrevistado no Distrito de Marracuene, disse:

> "antes de sair do meu país, decidi investigar na internet e perguntar a pessoas onde havia, segurança. Encontrei que Moçambique era um dos países com mínima segurança, por isso decidi vir para cá" (MP 48).

Esta assertiva faz jus porque alguns dos países donde vinham os migrantes tinham enfrentado conflitos. Há, por outro lado, uma facilidade de abrir negócios. Os requisitos que necessitam para fazer negócio não são complicados, como testemunha um imigrante:

> "não foi muito complicado abrir meu próprio negócio" (MP 33).

A facilidade de conseguir asilo em Moçambique foi mencionada como determinante. A este respeito afirmou um imigrante:

> "chegámos a um país, ficamos um tempo a procura de asilo. Depois saímos do mesmo e fomos para outro, mas decidimos não ficar neste último porque as questões de asilo eram complicadas, por isso viemos a Moçambique" (MC 47).

Outro entrevistado fala da facilidade que teve durante o seu percurso nestes termos:

> "apresentei-me à polícia e disse que estou a fugir da guerra no Congo; a própria polícia recebeu-me e deu-me guia de marcha para entregar a qualquer motorista, que estivesse a fazer trajecto para Nampula. Foi dessa forma que cheguei ao campo de refugiados" (MC 31).

Para os refugiados e requerentes de asilo entrevistados, os países próximos de Moçambique eram complicados para se conseguir asilo ou estatuto de refugiados. Eles mencionaram especificamente Quénia e Tanzânia. Descrever esta situação foi-nos difícil, porque não nos ofereceram matéria suficiente para tal.

Outro refugiado, que tinha vivido 15 anos em Tanzânia, relata como foi a sua chegada a Moçambique, desta forma:

> "fugi de campo de refugiados em Tanzânia. Como não tinha passaporte, na fronteira passei do lado e consegui entrar na Província de Cabo Delgado. Depois de passar a fronteira, paguei dinheiro a um taxista para me levar ao campo de refugiado em Nampula. Como já era tarde, dormi nos escritórios do INAR. Os funcionários tratam os documentos e depois foram deixar-me no campo de refugiados" (MC 34).

Esta facilidade não se pode confundir com o chegar e obter o documento, mas sim os que se apresentavam para requer asilo eram sempre submetidos a entrevistas pelos técnicos de INAR, para aferir a veracidade dos factos. A propósito disso, afirma um refugiado de origem congolesa:

> "fomos ao campo dos refugiados, ali fomos entrevistados quase três vezes" (MC 40).

Deve-se acrescentar o pormenor de que a chegada e o requerimento de asilo foram em 2001, mas ele e a sua família só obtiveram o estatuto de refugiado no ano de 2005. Ter estatuto de refugiado, na perspectiva dos inqueridos nesta pesquisa, constitui uma condição imprescindível para viver tranquilamente neste país, como se pode ler:

> "em primeiro lugar, devo dizer que o estatuto de refugiado deu-nos uma segurança; em segundo lugar, permite-nos fazer alguma coisa para sobreviver. Agora, estamos a trabalhar melhor do que antes de tê-lo. Porque o problema, para o refugiado, é sempre a segurança" (MC 40).

A partir dos relatos dos refugiados e requerentes de asilo, pode-se concluir que nem todos os pedidos de asilo ou o estatuto de refugiado eram aceites, como afirmou um requerente de asilo:

> "uns foram recusados no requerimento do asilo, ao passo que outros foram aceites. Dependia da situação de cada um e do que podia vir a conhecer-se a partir da entrevista com as autoridades migratórias" (MC 30).

A proximidade linguística e cultural constitui também factor de atracção, pois alguns imigrantes oriundos de países mencionados na amostra possuem afinidades linguísticas com Moçambique. Alguns imigrantes disseram que a sua língua e cultura não estão distantes da cultura e línguas moçambicanas.

Entre os imigrantes económicos, requerentes de asilo e refugiados, está presente o motivo da reunificação familiar. Neste sentido, disse uma imigrante congolesa:

> "eu vim cá atrás de meu marido. Ele tinha saído da terra e deixou-me lá. Embora o meu sonho anterior era ir à Europa, acabei vindo para cá para viver junto do meu marido" (MC 35).

Dois funcionários pertencentes ao segundo grupo de informantes apontaram também a reunificação familiar como um dos factores de atracção para os refugiados e requerentes de asilo. Um deles falou nestes termos:

> "alguns têm família em Moçambique e, ao fugirem, podem juntar-se a familiares" (FM 1).

Para o segundo grupo dos informantes, os funcionários das instituições que trabalham com imigrantes, as causas da imigração moçambicana são diversas. No entanto, a pobreza figura entre as mais presentes. Como elucidou um funcionário de uma instituição que trata de assuntos de migração, o que faz os imigrantes saírem de seus países

> "é um conjunto de factores, mas muitas vezes é a pobreza. Tem também a procura de melhores oportunidades, que obviamente está associada à pobreza nos países de origem" (FM 2).

No entanto, é também evidente que alguns apenas utilizam Moçambique como país de trânsito, a caminho da melhor economia de África, a África do Sul.

Afirmou-se ainda que os grupos humanos em estudo que residem em Maputo têm como fonte de atracção o facto de ser a capital do país e a facilidade que têm de abrirem negócios. Outros tinham como intenção chegar a África do Sul, mas acabaram fixando-se em Maputo, seja na província ou na cidade.

Entre as outras causas associadas à imigração, para este grupo de informantes, o dos funcionários, está a

> "procura de melhores condições de educação, motivações políticas, perseguições étnicas. Também são algumas das causas que fazem com que os migrantes saiam dos seus países à procura de novas oportunidades em outros países." (FM 2).

A partir desta assertiva, pode-se ver a coincidência nas causas da imigração em Moçambique: expulsão, a pobreza, as perseguições por motivações políticas e étnicas. A ideia de perseguição e o querer encontrar-se o mais longe do país de origem é corroborada pelo segundo grupo de informantes. Um deles partilhou:

> "recebemos muitas informações relacionadas com o medo. Nas entrevistas, ouvimos que pessoas querem criar distância entre o país de origem e o de asilo; isso é uma razão para não escolherem países com fronteiras com o seu país de origem" (FM 2).

Os funcionários das instituições que lidam com aspectos migratórios asseguram que constituem factores de atracção as melhores condições de educação, oportunidades de negócios e outros. Estes elementos foram também enunciados pelos imigrantes, como afirmou um dos informantes deste último grupo:

> "de um modo geral e da justificação que a gente tem colhido, oportunidades de trabalho e de melhores condições de negócio, de vida mesmo, constituem factores de atracção. " (FM1).

Outro funcionário de uma instituição pública, que indirectamente lida com a questão dos migrantes, referiu que a procura de melhores condições de vida e de emprego estão na origem dos movimentos migratórios rumo a Moçambique. No entanto, sublinhou a questão da reunificação familiar nestes termos:

> "em alguns casos há convite de familiares já instalados" (FM 3).

Um exemplo foi o caso de uma imigrante de origem burundesa que afirmou ter saído do seu país para se juntar à sua irmã na África do Sul e depois continuou o seu itinerário migratório até Moçambique.

Para este grupo de informantes, a religião não tem sido motivo central para o projecto migratório. O económico é o que tem mais peso. As razões predominantes são a procura de melhores condições de vida e de emprego. Em alguns casos há convite de familiares já instalados. A proximidade cultural e (talvez) a linguística podem também motivar os imigrantes a escolher Moçambique como país de acolhimento.

Para o terceiro grupo de informantes, o dos líderes religiosos, as causas da imigração em Moçambique coincidem com os já ditos pelos próprios imigrantes e os funcionários das institui-

ções públicas entrevistados. Um líder religioso entrevistado na Província de Gaza disse:

> "as motivações variam, perseguição política e conflitos armados (no caso de ruandeses e parte dos nigerianos) e, noutros casos, procura de melhores condições de vida (zimbabueanos, entre outros). Vários chegam por via terrestre, de forma clandestina, e procuram abrigo e protecção quando aqui chegam" (LR 1).

Um relato de outro líder religioso deu-nos a perceber que:

> "em relação às motivações, muitos escolhem Moçambique pelo ambiente percebido de paz e pela facilidade de empreender pequenos negócios que, com dedicação e constância, podem crescer economicamente. [...] Existem igualmente casos de pessoas que saíram por conflitos (tribais ou políticos). Assim, as causas são interligadas: busca de segurança e de melhores condições de vida, aliadas à percepção de Moçambique como um espaço acolhedor e fértil para o comércio" (LR 2).

As causas da imigração em Moçambique, se divididas por factores de expulsão e de atracção, podem ser entendidas da forma que a seguir se representa.

Factores de expulsão: consideram-se substancialmente os conflitos, sejam eles bélicos ou simplesmente étnicos, as perseguições por diversos motivos, pobreza, busca de melhores condições de vida;

Factores de atracção: pode referir-se ao clima de paz e estabilidade que Moçambique viveu depois da Assinatura dos Acordos de Paz em 1992, as possibilidades económicas existentes, a existência de campos de refugiados abertos, facilidade de obter documento de refugiado, a hospitalidade dos moçambicanos, a proximidade cultural e linguística e facilidade de abertura de negócio.

B) Trajectória Migratórias

Depois de se conhecer as causas da imigração em Moçambique, vai-se descrever as trajectórias migratórias que estes colectivos humanos utilizaram para chegar a Moçambique. Os dados obtidos através do estudo de campo, apoiados em entrevistas, espelham que os imigrantes e requerentes de asilo enfrentaram dificuldades durante o percurso migratório.

Em relação à intenção de migrar, não fazia parte da intenção de mais de 78% dos entrevistados do primeiro grupo de informantes. Muitos emigraram de seus países por causa de conflitos armadas e étnicos, sobretudo. O número reduzido é dos que saíram dos seus países à procura das melhores condições. Os casos de reunificação familiar também podem enquadrar-se na emigração por conflitos armados ou étnicos.

No mapeamento da trajectória, foi difícil desenhar um itinerário claro, visto que cada processo migratório tem suas características peculiares. As vias terrestres, para se chegar a Moçambique, por parte dos imigrantes dos Grandes Lagos, têm várias entradas. A maioria afirmou ter chegado a Moçambique atravessando a fronteira com a Tanzânia, outros entraram por Zimbabwe e outros ainda usaram o Malawi. Não faltaram casos de imigrantes que acederam ao território nacional via Zâmbia. Pela via marítima, regista-se o caso de um requerente de asilo que explicou ter saído de Costa de Marfim e veio a Moçambique utilizando um barco de pesca. Ele descreveu esta viagem como uma experiência complexa, pois ficava com os pescadores, a um dado momento ficou sem saber aonde ia nem onde estava (MC 30).

Também há casos de pessoas que chegaram a Moçambique por via aérea, desde Ruanda, utilizando a via África do Sul. Este requerente de asilo disse:

> "eu vim de avião até Maputo. O movimento foi simples, não foi complicado. Entrei com o visto, e logo entrei para o serviço onde podia pedir asilo, pedi e consegui" (MC 48).

O itinerário Ruanda, Burundi ou República Democrática de Congo (países emissores), passando por Tanzânia (país de trânsito) e entrando em Moçambique (através do Rio Rovuma) foi o mais assinalado. Neste sentido, sobressai Tanzânia como uma das principais entradas. Uma das explicações mais plausíveis sobre este fenómeno é a maior porosidade das fronteiras do norte do país.

De forma ilustrativa, tem-se como itinerários simples: República Democrática de Congo (partida) – Tanzânia (via Rio Rovuma) – Moçambique; ou ainda Burundi (partida) – Tanzânia (via Rio Rovuma) – Moçambique. Este itinerário foi referido pela maioria dos entrevistados. O mesmo observa-se para os imigrantes provenientes de Ruanda. No entanto, identificou-se um itinerário mais longo, assim descrito: Ruanda (país emissor) – Quénia (primeiro país de trânsito) – Tanzânia (segundo país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento).

Os imigrantes indicaram os seguintes (principais) itinerários de acesso a Moçambique:

- Ruanda (país emissor) – Burundi (primeiro país de trânsito) – Congo (segundo país de trânsito) – Zâmbia (terceiro país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- República Democrática do Congo (país emissor) – Zâmbia (primeiro país de trânsito) – Zimbabwe (segundo país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- Ruanda (país emissor) – Malawi (país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento)

- Ruanda (país emissor) - República Democrática do Congo (primeiro país de trânsito) – Burundi (segundo país de trânsito) – Zâmbia (terceiro país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento).

As narrativas dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos foram corroboradas pelos funcionários das instituições que trabalham com migrantes. Um deles disse:

> "os refugiados e requerentes de asilo transitam pela Tanzânia, Zâmbia e Malawi" (ACNUR).

Os itinerários apresentados não só espelham, como disse um refugiado de origem ruandesa, o desejo de estar o mais longe possível do horror da guerra ou do conflito, mas também a necessidade de fugir dos perseguidores (MC 57).

A descrição anterior faz perceber que, em termos de imigrantes africanos, as nações mais presentes em Maputo são: Burundi, Ruanda, Congo Democrático, Somália, Nigéria, Costa de Marfim, Eritreia e Sudão do Sul. A isto referiram-se mais da metade dos imigrantes entrevistados. Um funcionário do INAR, como informante do segundo grupo, de forma mais seguro afirmou:

> "os grupos mais numerosos, começando do maior para menor, são República Democrática de Congo, Burundi e Ruanda. Mas também existem grupos menores, que são Somália, Sudão do Sul, Costa de Marfim e Turquia" (FM 4).

Outro funcionário de outra instituição afirmou que

> "as maiores nacionalidades neste caso são a República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda e Somália, por esta ordem de prioridade" (FM 2).

Todos os migrantes que seguiram via terrestre para chegar a Moçambique relatam sofrimento causado pelo processo migratório, que é feito em condições de precariedade económica e falta de documentação para a viagem, ou mesmo sem nenhuma autorização para cruzar a fronteira do país de trânsito. Este sofrimento durante a viagem é algo que os imigrantes carregam sempre consigo. A falta de documento pode levar os migrantes a cair nas mãos dos contrabandistas ou traficantes de pessoas.

A viagem, às vezes, é tão penosa que devem submeter-se a trabalhos muito pouco remunerados para conseguirem seguir a viagem, como disse um refugiado proveniente de Burundi:

> "é só se entregar e morrer ou nada. Só Deus te ajuda. Era uma viagem perigosa e eu viajava sem passaporte e com crianças" (MC 34).

Este relato faz-nos entender que alguns encarravam o processo migratório como morte ou vida e que as vezes não há escolha.

Outra evidência de que as viagens migratórias têm algo de penoso é relatada por um refugiado saído da República Democrática do Congo:

> "acabou-nos o valor do transporte, a viagem foi cansativa, tivemos como meios de transporte barco, carro e camiões. Para conseguir seguir com a viagem, devíamos trabalhar pelo caminho. Fiz uma caminhada de três meses, passando por Zâmbia, depois Zimbabwe" (MC 50).

Outro relato de uma refugiada vindo da República Democrática do Congo:

> "para chegar até aqui, como mulher, para conseguir dinheiro, podia chegar numa certa casa pedir lavar roupa ou, em algu-

> mas ocasiões, lavar pratos [...]. Assim ganhava um pouco de dinheiro para continuar a viagem" (MP 50).

Assim foram os três meses de viagens que esta refugiada fez, tendo passado por Zâmbia e Zimbabwe.

Durante este tempo de caminhada, para chegar a Moçambique, alguns deviam esconder-se atrás do acento do motorista por falta de documentos que autorizam o trânsito por aquele país, fingir que são nacionais daquele país, se este não tiver acordos migratórios com o seu país de origem. Ainda eram obrigados a ficar dias sem comer, nem fazer a higiene pessoal (MC 49).

Outra questão relevante apresentada pelos imigrantes e refugiados é o suborno, durante o caminho. Uma imigrante relatou que, além das dificuldades com o caminhar quilómetros de distância, para passar por algumas fronteiras, teve de pagar dinheiro para subornar as autoridades, sejam polícias ou migratórias (MC 35). Ela acrescentou que caminhavam em grupos e juntavam dinheiro para que houvesse facilidade nos subornos. Os grupos eram formados por pessoas desconhecidas, ou que se haviam conhecido durante a trajectória. As cobranças eram devidas à falta de passaportes ou autorização de entrada no país.

Esta assertiva é confirmada pelo segundo grupo de informantes, o qual afirmou que os refugiados e requerentes de asilo

> "enfrentam riscos de tráfico de pessoas, extorsão e vários perigos comuns à migração irregular. Sabemos que fogem dos seus países sem planos, sem preparativos e, por vezes, separados da família, o que cria dificuldades adicionais no percurso até Moçambique" (FM 4).

Com o descrito anteriormente, entende-se que a dificuldade financeira para fazer face aos custos da viagem é uma das mais

importantes, em particular para os refugiados, visto que, para alguns, o dinheiro acaba antes de saírem do seu país, ou antes de chegarem ao país de acolhimento, porque saem de lá fugindo, como se pode notar neste excerto de entrevista:

> "os problemas financeiros constituem problema na trajectória migratória. Às vezes, vocês saem com pouco dinheiro, que acaba antes de sair do país. [...] e, também, acontece que antes de chegar ao país que onde pensa ficar definitivamente ficam sem dinheiro. A língua de comunicação tem sido também outra dificuldade" (MC 57).

Em outra narração, uma mulher imigrante, falando dos riscos e dificuldades que implica a trajectória migratória, de modo particular para aqueles que não têm documentos, disse:

> "sendo mulheres, corremos risco de ser violadas, sequestradas, ser roubadas, é uma trajectória mesmo arriscada. Mas não tem como, entre a vida e a morte, a gente escolhe arriscar" (MC 32).

Nas trajectórias, viu-se que existem diferentes entradas para Moçambique, embora existam alguns caminhos mais recorridos, como é o caso das entradas por Tanzânia, Malawi e Zâmbia.

c) Integração laboral

Indicados os itinerários migratórios e as dificuldades que os imigrantes económicos, refugiados, requerentes de asilo enfrentam durante o processo, neste apartado estuda-se a integração no mercado do trabalho.

No tocante à inserção laboral, verificou-se que muitos não tiveram problemas em conseguir uma ocupação em Moçambique nos

primeiros momentos da sua chegada. Os trabalhos que fazem variam desde a conta própria (em geral, comércio), emprego em empresas privadas de qualquer sector de actividades, como deu a conhecer um refugiado vindo de Ruanda:

> "alguns trabalham em empresas, outros fazem conta própria, abrindo o seu negócio, depende das capacidades de cada um e das oportunidades, bem como das qualificações académicas que cada um tem" (MP 29).

Na zona Sul do país, concretamente na Cidade e Província de Maputo e Província de Gaza, as ocupações dos imigrantes, em termos de actividades económicas, têm sido lojas que comercializam produtos alimentares (também com a designação de mercearia), venda de produtos de beleza, comércio de mobília, salão de beleza, venda de peças de viaturas, venda de crédito, venda de material de construção, serviços de restauração, venda de motorizadas, etc. Entretanto, havia entre os entrevistados uma pessoa que praticava a advocacia e também mulheres sem nenhum trabalho e identificaram-se como domésticas.

Os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos têm a percepção de que é fácil conseguir emprego neste país. Um dos migrantes entrevistados afirma:

> "uma vez que tenhas documento, consegues abrir conta no banco, consegues trabalhar. Para trabalhar na função pública, tens que ter equivalência do diploma do seu país. Mas para a pessoa que não tenha estudado ou sem qualificações profissionais, ou ainda aquele que não conseguiu fazer a equivalência, pode dedicar-se ao negócio sem problemas" (MC 37).

A apurar pelas entrevistas, deve-se sublinhar que esta facilidade se refere sobretudo à actividade comercial, ou actividade económica por conta própria, e não ao acesso a

uma empresa ou aos serviços públicos. Como afirmou uma mulher refugiada,

> "as dificuldades que a gente encontra é ter um trabalho digno. Uma pessoa pode formar-se, no entanto a lei de trabalho daqui não permite trabalhar como refugiado. A lei do trabalho só reconhece aos migrantes económicos" (MC 32).

Pode acrescentar-se, ao falar dessa dificuldade de encontrar emprego, o que disse um refugiado de origem congolesa:

> "Não foi fácil conseguir emprego. Demorei 14 meses para ter o meu primeiro emprego aqui em Moçambique" (MC 49).

Deve-se sublinhar que este refugiado tinha feito formação académica aqui, em Moçambique, mas, no seu entender, o seu estatuto de refugiado não lhe permitia outra alternativa de trabalho senão o comércio.

A percepção dos refugiados, em particular, é que a sociedade moçambicana os diferencia dos imigrantes económicos e isso influencia no momento de buscar o trabalho. Um refugiado deu-nos a entender isso ao dizer:

> "já meti currículo em vários sítios. Nunca tive resposta. A gente não pode cruzar os braços, porque tem família para alimentar. Então, depois, a gente se lança no comércio, para sustentar a família. [...] Há muitos empregadores que não reconhecem aquele nosso documento de refugiado. Não conhecem bem a figura de refugiado, porque buscam na lei de trabalho e não encontram. Daí que não se arriscam em contratar-nos" (MC 32).

Não obstante, experiências positivas na trajectória laboral, como daquele refugiado congolês que começou com um salão de corte

de cabelo, mas depois conseguiu abrir seu negócio (MC 33), há migrantes que não conseguem ter um negócio, vivem de trabalhos pontuais ou diários. Uma destas formas é pedir para lavar roupa de uma família, cuidar de crianças na ausência dos pais, fazer limpeza da casa, cozinhar, etc. Nestes trabalhos, a pessoa nem sempre recebe dinheiro, pode receber produtos alimentares em troca do trabalho feito.

Outros ainda tiveram que se reinventar, mudando a área laboral que traziam do seu país. A propósito, um deles afirmou:

> "estou na área de restauração. Mas tive que abraçar esta área, porque quando cheguei aqui vi que são poucos os estrangeiros que se dedicam a ela, e como a minha mulher fez uma formação nesta área, foi fácil juntarmos as forças e fazermos o nosso negócio. Mais tarde, eu também precisei de fazer uma formação que tem a ver com a restauração" (MC30).

Acrescentou que emprega outras pessoas, sejam estrangeiras ou nacionais.

Alguns referem ter procurado outro tipo de emprego diferente da actividade comercial, mas sem sucessos. Em relação a este aspecto, sublinharam que, de um tempo para cá, enfrentam dificuldades, porque a actividade comercial já não oferece os mesmos ganhos que antes. As palavras que seguem demonstram esta dificuldade:

> "agora o nosso negócio não está andar. Não é só connosco, mas é em todo o lado. Não sou eu sozinha que estou a chorar. Mas cada pessoa chora da sua maneira" (MC 35).

Esta percepção de que a situação económica de Moçambique está a piorar foi relatada por um número considerável de imigrantes. Uma negociante, de procedência costa marfinense apontou para este facto com estas palavras:

> "as coisas não estão a andar. Estão paradas demais. Esperamos melhores dias, mas neste momento, o negócio não está a andar. Há uma regressão social e laboral" (MC 30).

Em relação ao desenvolvimento do negócio, os refugiados, em particular, entendem que enfrentam dois problemas ligados ao seu estatuto: legalização do negócio e o acesso ao crédito bancário. Um dos afectados por este problema explica:

> "o maior problema que temos em relação ao negócio é, talvez, ter acesso ao financiamento bancário. Sem financiamento do banco, há muitas coisas que não podemos fazer, as portas se fecham" (MC 57).

Apesar de exercerem o comércio sem documentos e não terem licença para a referida actividade, eles pagam a taxa diária do mercado, como afirmou um negociante que vive na Província de Maputo:

> "eu gosto de coisas normais, mas ainda não tenho licença. Mesmo assim, no mercadinho, pago a taxa diária, que somos cobrados" (MC 34).

O pagamento de taxa impulsiona a actividade económica do local onde se encontra este imigrante.

A relação com os colegas do trabalho ou com pessoas que quem exercem a actividade comercial parece boa para todos os imigrantes. A maioria dos entrevistados fala das boas relações que têm com os nativos e estrangeiros. Num trecho de entrevista pode-se ler:

> "todos conversam comigo, compram aqui os seus produtos, tanto os moçambicanos, como os estrangeiros" (MC 34).

Os que operam no ramo comercial ou pretendem ser empresários têm a percepção de que, em Moçambique, é complicado investir,

por um lado, porque se exige uma documentação complexa no processo da legalização da empresa, por outro não se tem acesso fácil ao crédito bancário, nem a outras formas de financiamento. E acham que isso se deve ao facto de serem refugiados, requerentes de asilo ou imigrantes. Referindo-se à documentação diz:

> "tudo depende do governo. Tudo o que eu tenho de fazer depende de alguém que deve assinar. Que faz assim..." (MC 30).

A legalização do negócio ou actividade económica é descrita como algo complicado não só pelos refugiados, mas também pelos chamados imigrantes económicos. Um deles afirmou:

> "eu estou há 14 anos aqui, e todo o ano, quando for para renovar, é uma complicação com o Ministério do Trabalho, com o Ministério das Finanças e com a Migração, é sempre um stress que temos aqui, sabendo que em qualquer país, quando você paga os direitos, tem que ser contratado como um cidadão, igual ao moçambicano. Mas aqui em Moçambique é totalmente diferente. Quando você é imigrante, é sempre olhado como uma pessoa fora do aquário, um peixe fora do aquário, uma pessoa fora do seu sítio..." (MC 54).

No entanto, entre os imigrantes, há uma constatação de que actualmente a obtenção ou a renovação dos documentos de estatuto de requerente de asilo ou de refugiado tornou-se muito difícil.

Acerca desta dificuldade, uma refugiada entrevistada na Cidade de Maputo explicou que antes, há mais de 10 anos, quando ela chegou, era fácil obter os documentos, mas nos dias de hoje não é muito fácil. Existem sérias dificuldades no processo da obtenção ou renovação dos mesmos:

> "Não é fácil agora, porque a informação não evolui muito. Posso dizer que não é muito fácil, como antes. As vezes, a gente

> fica 2 anos sem puder renovar os documentos de refugiados e quando isso acontece nos tornamos vulneráveis" (MC 32).

Outro refugiado de origem congolesa apresenta o mesmo cenário:

> "estou há 25 anos em Moçambique, mas não tenho documento definitivo. Tenho que renovar de cinco em cinco anos. E para ter esse documento é uma história. Não se obtém com facilidade, tem que usar a cabeça e até ajoelhar se for necessário. Não somos bem respeitados como refugiados no que se refere aos documentos. [...] É muito difícil. A área de documentos é péssima" (MC 33).

Algumas pessoas que entraram em Moçambique entre 2000 e 2005, segundo se apurou pelas entrevistas, continuam apenas com o documento precário de requerente de asilo, não têm ainda o estatuto de refugiado. Um dos que está nestas condições disse:

> "fiz o pedido para requerer o estatuto de refugiado, mas até hoje não recebi a resposta. O documento de requerente de asilo está a acabar, mas não está a haver nada em termos de resposta" (MC 48).

Para os que têm estatuto de refugiado também se queixam de que este documento não lhes tira da situação precária. E que talvez o mais adequado seja obter a nacionalidade moçambicana, visto que vivem neste país há já muitos anos. Um dos que é desta opinião expressou-se assim:

> "seria melhor a gente ter um documento nacional, uma nota de nacionalidade, ajudaria muito. Sempre há dificuldade com este nosso documento de refugiados" (MC47).

No momento em que se fez a entrevista com este refugiado, ele já contava com mais de 20 anos de residência em Moçambique.

Aqui, deve ressaltar-se que não se trata apenas de documentos pessoais, verifica-se também nos processos sobre imóveis, outros bens e acesso aos serviços sanitários, apesar de ser apenas um entrevistado, que se expressou desta forma:

> "o estrangeiro sempre paga mais caro que o moçambicano" (MC 54).

Alguns ainda tiveram que viver mais de um ano sem nenhum documento. Uma das entrevistadas descreveu a sua experiência desta forma:

> "a quanto da minha chegada, fiquei um ano sem documento. Embora estivesse grávida, tinha medo de ir ao hospital por falta de documento. Só tive documento quando dei parto" (MC 35).

Não obstante ter sido apenas um entrevistado que relacionou a falta de documento de identificação como refugiado e o atendimento nos serviços de saúde, é importante fazer-se referência ao conteúdo da sua entrevista:

> "eu estou indo ao hospital e eles me pedem documento, mas eu não tenho documento. Não sei o que fazer. [...]. No hospital não me atendem. [...] Eu vou à farmácia e explico para o farmacêutico o meu problema e ele me dá medicamento" (MC 50).

A partir da última frase deste excerto de entrevista pode deduzi-ser que não é que o atendimento dependa de ter ou não documento. Porque os outros entrevistados afirmaram que nenhum profissional lhes tinha exigido um bilhete de identidade para atendê-los. Talvez seja a questão de querer confirmar a grafia do nome, ou houve qualquer incompreensão da parte do imigrante. Mas se isso cria uma barreira para os imigrantes acederem ao sistema de saúde é mau para o país.

Naquele trecho de entrevista, encontra-se também uma relação entre o não acesso aos cuidados de saúde de modo normal e a recorrência à automedicação, situação que pode perigar o estado de saúde entre os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos e provocar problemas de saúde pública.

A falta de documentos, segundo os entrevistados, abre espaço à vulnerabilidade. Essa vulnerabilidade tem em conta as possíveis extorsões pela polícia, já que alguns destes servidores públicos, quando encontram um refugiado com o documento caducado, o ameaçam com a detenção.

Os refugiados relataram também que o facto de não terem passaportes ou não poderem renová-los constitui um problema, visto que não podem ir comprar mercadorias fora do país ou, em caso de doença grave, não podem fazer consultas no estrangeiro. A situação é assim descrita por um refugiado que disse:

> "quando a pessoa tem o documento caducado fica com medo, porque é deixada nas mãos da polícia. E quando esta a encontra, não quer saber, a gente só se livra quando dá dinheiro. Então a gente fica o tempo todo a pagar. [...] No caso de que a pessoa esteja doente, enquanto não tem passaporte, não consegue ir fazer tratamento médico fora do país, acaba morrendo, enquanto tem meios económicos, mas não pode sair de Moçambique, por falta de passaporte" (MC 32).

Os entrevistados, na sua maior parte na condição de refugiados, afirmaram não poderem sair de Moçambique porque não têm passaportes. Apesar de várias vezes terem pedido às autoridades moçambicanas, a resposta sempre foi negativa. Acham que é uma situação difícil para eles. No entanto, um funcionário do INAR esclareceu que os refugiados, diferentemente dos requerentes de asilo, têm direito ao passaporte. Este acordo, segundo funcionário, foi estabelecido com o ACNUR. Ele afirmou nestes termos:

> "diferentemente dos outros países, no nosso país, os refugiados têm muitos direitos, eles podem ter passaporte, abrir negócios, ter emprego formal. Por isso, alguns têm até empresas e dão emprego a moçambicanos. Isso não é comum nos países vizinhos" (FM 3).

Os dados do informante anterior, contrastam com os doutro funcionário de uma instituição diferente, o qual salientou que, de facto, há problemas de documentação para os refugiados e requerentes de asilo, nestes termos:

> "a maior dificuldade é o acesso a documentação válida, que é um requisito fundamental e um direito dos refugiados. O ACNUR tem trabalhando com o governo no sentido de garantir a emissão de documentos, como cartões de identidade, que são essenciais para trabalhar ou abrir um negócio" (FM 4).

Tudo isso torna o refugiado vulnerável e dificulta a necessária integração, como disse outro refugiado congolês:

> "sem documentos não estou livre. Posso ficar preso a qualquer momento, porque a polícia aqui exige sempre identificação" (MC 33).

A situação de vulnerabilidade por falta da celeridade na renovação dos documentos foi relatada também por funcionários públicos. Um dos informantes referiu que as queixas dos migrantes que chegam ao Ministério Público são sobre a renovação dos documentos. O informante referiu-se a esta situação nestes termos:

> "Temos, por um lado, os refugiados, que apresentam as suas preocupações. Uma delas que já recebeu a Procuradoria, por exemplo, é a demora nas respostas do requerimento de asilo. A outra é dificuldade de acesso a alguns serviços básicos, como a escola" (FM 5).

As dificuldades na renovação dos documentos fazem com que algumas pessoas migrantes permaneçam numa situação de irregularidade, facto que justifica a presença de um número considerável de pessoas num limbo entre a irregularidade e a regularidade. No que concerne a este assunto, um requerente de asilo disse:

> "eu agradeço o governo pelo que faz pelo estrangeiro. E sabe que há ainda muitas coisas que tem que melhorar, como integrar mais o estrangeiro, facilitar a documentação..." (MC 30).

Referindo-se à questão dos documentos, um entrevistado pertencente a um órgão de justiça, como membro do segundo grupo dos informantes, explicou que as preocupações apresentadas pelos imigrantes ao Ministério Público têm a ver com:

> "demora na resposta aos requerimentos de asilo, dificuldades de acesso a serviços básicos como a escola, eventuais situações de tratamento inadequado em algumas unidades policiais e cobranças ilícitas relacionadas com a sua condição. Esta é uma realidade" (FM 5).

Conseguir o estatuto de refugiado, em alguns casos, é sinal de liberdade, mas também abre portas à prosperidade económica, como podemos constatar na seguinte entrevista:

> "Tem um pouco de liberdade. Quando temos documentos não nos incomodam, podemos ter acesso ao trabalho e abrir negócios" (MC 34).

Apesar disso, alguns refugiados e imigrantes afirmaram terem medo de ser mandados embora pelo governo.

A falta de documento ressente-se em outros aspectos da vida, como quando há que fazer um documento de compra-venda, seja de veículo ou de outros bens. Eles não podem ter bens em

seus nomes como proprietários porque não têm documentos. Em certos casos, cria um contraste, porque, enquanto os pais não têm documento de residência, os seus filhos que nascem aqui podem ter a nacionalidade moçambicana. Sobre este aspecto, falou uma imigrante neste termos:

> "eu não sou moçambicana, mas a minha filha é moçambicana. Ela nasceu aqui. Os nativos olham para ela como irmã moçambicana" (MC 35).

As percepções que têm os imigrantes sobre a sua integração laboral coincidem com o grupo dos líderes religiosos. Segundo estes, a integração laboral dos imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo é massivamente no sector comercial, são poucos os que têm empregos formais ou se encontram no aparelho do Estado. Como disse um deles:

> "a inserção laboral formal é rara, sobretudo por falta de documentos. Muitos criam pequenos negócios (venda de peças, bugigangas, bens básicos) e contratam-se entre si; há casos pontuais de contratação qualificada (por exemplo, uma médica nigeriana). A integração no aparelho de Estado e em empresas é excepção" (LR 3).

O facto de os imigrantes serem fundamentalmente comerciantes pode, de certo modo, não permitir uma integração profunda, segundo o comentário de um líder religioso:

> "no quotidiano, a relação tende a ser principalmente comercial. Essa dinâmica favorece uma integração prudente: os residentes olham os migrantes como comerciantes; os imigrantes, por sua vez, vêem os residentes como clientes" (LR 4).

Também foi visto que existe uma tendência a uma iniciação na prática da mesma actividade económica. Acerca disso disse um refugiado ruandês:

> "na verdade, a maioria dos refugiados ruandeses é comerciante. Prefere entrar no negócio, porque encontrar emprego é difícil. É preferível logo arranjar uma maneira de sustentar a família" (MC 57).

Esta assertiva parece que lança uma luz para a questão da rotulagem, porque o entrevistado continuou dizendo:

> "bom..., os ruandeses dedicam-se ao negócio de comida, bebidas, farmácia e uns poucos fazem o negócio de transporte" (MC 57).

As informações acima não garantem que haja distribuição de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos por actividades económicas, como sustenta um dos informantes do grupo dos funcionários:

> "do que sabemos, há quem trabalhe na agricultura, em machambas, outros têm lojas, mercearias, vendem bebidas, comidas e outros tipos de negócios. Não tenho dados exactos sobre o tipo de trabalho predominante nem se estão mais envolvidos em auto-emprego ou contratados por empresas. Sei que há refugiados e requerentes de asilo que criaram negócios e empregam moçambicanos, e também outros que trabalham para terceiros, mas não conheço as proporções" (FM 3).

No terceiro grupo de informantes, um líder religioso, entrevistado na Província de Maputo, explicou:

> "a maioria dedica-se ao comércio informal: ruandeses e burundeses sobretudo às mercearias e venda de produtos alimentares; nigerianos, em geral, à venda de peças e acessórios de automóvel e motorizadas" (LR 4).

Outros refugiados ainda operam no campo da estética e beleza, cuidando de cabelos e unhas das mulheres. Aqueles que têm

dificuldades na obtenção da licença para este tipo actividades recorrem a salões que já têm licenças e utilizam a mesma para a sua actividade, como explicou uma mulher que, em algum momento da sua vida, esteve a trabalhar desta maneira:

> "eu não tenho emprego, vivo de biscatos. Já tive um salão de beleza, cuidava do cabelo das mulheres. [...] Quando fui tratar licença negaram. Depois, fui trabalhar com o documento daquele salão. Essa licença estava em nome de uma moça moçambicana" (MC 51).

A informante partilhou que esta situação é de muitos conterrâneos seus que trabalham neste ramo de negócios. Operam muitas vezes com a licença do dono do estabelecimento e não de quem está a fazer o negócio.

Um imigrante de origem nigeriana, vindo a Moçambique convidado por um familiar para abrir uma loja de peças de viaturas, disse:

> "primeiro aprendi o negócio de peças lá na Nigéria. Só depois é que vim aqui para abrir a loja" (MC55).

Este depoimento consubstancia o que foi dito antes da rotulagem por actividade económica, porque o parente que ajudou este jovem a vir a Moçambique também praticava a mesma profissão de vendedor de peças.

Há situações em que os imigrantes chegam e conseguem algum tipo de emprego com ajuda dos conterrâneos, no entanto, depois de algum tempo preferem ter uma loja do que serem empregados numa empresa. Este foi o percurso de um requerente de asilo, que afirmou:

> "quando cheguei encontrei um conterrâneo que me deu emprego. Trabalhei alguns anos com ele, consegui ter um pouco de dinheiro e comecei a fazer o meu próprio negócio" (MC 48).

Em termos da integração laboral, nas duas províncias estudadas e a Cidade de Maputo, pode inferir-se que ela é precária, dado que se concentra no sector comercial, sendo exclusiva a prática de outras actividades. Ademais, ela encontra um grande entrave que é a falta de documentos, sejam de identificação pessoal ou aqueles da legalização do negócio. Apesar desta precariedade, há casos de sucessos, onde os imigrantes conseguem ter um emprego formal ou desenvolver o seu negócio a ponto de empregar outras pessoas. Ademais, há uma tendência de pessoas vindas do mesmo país praticarem o mesmo tipo de negócio, o que pode resultar em rotulagem.

D) Integração social e cultural

Apresentada a integração laboral, defende-se que ela não é completa se não conduzir à integração social e cultural. No presente estudo, estas duas incluem a obtenção de residência, a convivência com os vizinhos, a aprendizagem da língua e o processo de inculturação.

Dos refugiados e requerentes de asilo entrevistados na Província e Cidade de Maputo e Província de Gaza, quase 90%, tiveram a experiência de viver num campo de refugiados e requerentes de asilo, exceptuando os imigrantes económicos. A saída do campo de refugiados foi, em geral, na perspectiva de busca de melhores condições de vida. No entanto, há pessoas que se viram obrigadas a sair por um motivo alheio à sua vontade.

Uma das pessoas contou que saiu do campo de refugiado porque estava a ser acusada, como disse:

> "a minha saída do campo não foi livre. Estava a ser acusada de que o meu pai era um dos chefes dos rebeldes no meu país. E em algum momento, fui apontada. [...] E eu acabei fugindo para Maputo" (MC 51).

E a mesma fonte disse que o seu caso não era isolado, houve outras pessoas que abandonaram por falta de segurança e outras ainda decidiram deixar o campo de refugiados por falta de comida. Num primeiro momento, quando os migrantes chegam a Moçambique, a opção de residência é sobretudo de aluguer, sejam ajudados por um familiar, amigo ou autóctone ou conhecido. Um migrante disse:

> "o meu tio, com quem me encontrei quando cheguei a Moçambique, foi ele que me arranjou a casa aqui no Bairro de Patrice. Mas como essa casa é de aluguer, as vezes o dono da casa diz que precisa da sua casa. E quando isso acontece, a pessoa tem de mudar de casa e até do bairro" (MC 37).

Em relação ao mesmo aspecto, outro refugiado pronunciou-se nos seguintes termos:

> "mas quando pensávamos que estamos já bem instalados na casa, depois de reabilitar a casa, o dono disse que precisava da sua casa e que devíamos sair e arranjar outra casa para nela vivermos. Tivemos que deixar a casa e procurar outra. Quando nos aconteceu isso pela terceira vez, preferimos buscar um terreno e construir nossa própria casa. Chegámos aqui quando era mato, os outros vizinhos chegaram depois" (MC 40).

A mobilidade residencial, a partir do que se apurou através das entrevistas aos próprios imigrantes económicos, requerentes de

asilo e refugiados, parece ser uma constante entre eles. Não é movida só pelo facto de os donos (locatários) mudarem o valor da renda ou buscar novos inquilinos, que talvez paguem maior renda, mas a mudança pode ser uma necessidade dos próprios imigrantes. De facto, um relatou:

> "consegui a minha primeira casa através de uma pessoa que fiz com ela a viagem de Nampula para Maputo. Depois fiz todo o processo para legalizar, mas quando me juntei à minha esposa necessitávamos de uma casa mais espaçosa, por isso fui alugar outra para viver com ela" (MC 30).

E como líder da sua comunidade ele, acrescentou:

> "outros dizem que têm dificuldades de encontrar casa. A gente ajuda a procurar, mas nem sempre é fácil encontrar. E quando não encontra, acaba vivendo com algum conhecido ou conterrâneo" (MC 30).

É dentro deste contexto que uns buscam a sua casa própria. Um imigrante conta como conseguiu ter casa própria:

> "é fácil arranjar casa, porque estamos a viver com amigos moçambicanos, então, quando apanha dinheiro, pode comprar um espaço para construir e não andar a alugar" (MC 34).

No aspecto da residência, é mister acrescentar que alguns imigrantes preferem viver próximos aos seus conterrâneos, que chegaram antes, como deu a conhecer um dos entrevistados:

> "para que eu viesse a viver neste bairro um dos meus conterrâneos procurou a casa para mim, perto de onde ele vive, para que eu pudesse arrendar. E eu decidi viver aqui neste bairro porque há conterrâneos" (MC 31).

Outro factor determinante para a escolha do bairro de residência é a tranquilidade do mesmo, que se pode traduzir em não violento, baixo índice de criminalidade e falta de agitação, como disse um refugiado:

> "um dos factores que a gente analisa para escolher um bairro de residência é ser pacífico. A segurança no bairro é importante. Porque nós fugimos da guerra. Temos que ver se esse bairro não tem violência ou criminalidade. Só assim chegamos a conclusão de que é um bairro bom" (MC 32).

Parece haver dois factores que caminham juntos, a indicação dos conterrâneos e a tranquilidade do bairro. Os primeiros a chegar a um bairro convidam os outros porque acreditam que o mesmo é tranquilo e não tem problema de criminalidade. A igreja onde reza o imigrante exerce um papel importante nesta questão porque ajuda na escolha do bairro. Um trecho elucidativo pode ser a seguinte resposta:

> "fomos para lá por indicação de nossos conterrâneos, que nos disseram que o bairro é bom, podem vir viver aqui. É um bairro pacífico. [...] é questão de segurança. Mas também de conterrâneos. [...]a Igreja também ajuda na escolha do bairro" (MC 32).

A igreja não só ajuda na busca do bairro, mas também na alimentação e educação das crianças, como acenou um requerente asilo de origem ruandesa:

> "a igreja ajuda para o alimento da família, da criança para educar melhor" (MC 48).

Há uma percepção de que a igreja é um recurso vital muito importante na vida dos imigrantes.

Esta presença da igreja na vida dos imigrantes é confirmada pelas entrevistas do terceiro grupo de informantes, os líderes religiosos. Um deles disse a este respeito:

> Na esfera religiosa, "a Igreja trabalha para que os migrantes possam obter estatuto de refugiado, em parceria com o ACNUR, em coordenação com a CEMIRDE. As paróquias dão acolhimento e atenção pastoral a todos, integrando, promovendo e ajudando a que se sintam em casa" (LR 1).

Outro líder religioso, que trabalha no apoio aos migrantes pelas igrejas, falando da assistência que o seu instituto religioso tem dado aos migrantes, disse:

> "além de católicos, nós recebemos mais pessoas de outras igrejas. Mas, eles ficam muito contentes quando sabem que é uma instituição religiosa que está dando esse auxílio para eles no sentido emergencial" (LR 4).

O apoio das igrejas também foi indicado pelo segundo grupo de informantes ao sublinhar que há trabalho feito pelas igrejas para a integração.

Outro aspecto não muito mencionado é o custo do aluguer das casas nesses bairros. A este propósito um imigrante disse:

> "em primeiro lugar, para nós, é importante a segurança. Em segundo lugar, os custos. Há bairros em que as casas são muito caras para pagar. E há outros bairros, em que as casas são um pouco acessíveis " (MC 57).

O último elemento mencionado como determinante na escolha do bairro para residir é a proximidade com o lugar do comércio, negócio ou empresa, como se pode entender a partir desta fala:

> "eu consegui abrir uma empresa, e eu queria viver perto da minha empresa, para não ter transtorno com o transporte, porque o transporte aqui neste país é muito complicado [...] eu preferi morar perto do meu emprego" (MC 54).

Um requerente de asilo de origem ruandesa pronunciou-se na mesma linha ao dizer:

> "a vida é que me obrigou a escolher este bairro, porque consegui o trabalho perto deste bairro. E aí decidi viver perto donde trabalho" (MC 48).

Os dados apresentados lavam a inferir que a primeira residência dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos é, quase exclusivamente, arrendada. Só no período posterior, eles constroem a sua própria casa. A residência é encontrada graças à ajuda de conterrâneos, conhecidos ou membros da igreja onde frequentam. A passagem da renda à construção própria nem sempre é pacífica, visto que, em geral, se dá quando os proprietários exigem a casa.

Em termos de motivações para eleger o bairro de residência, encontra-se a influência dos conterrâneos, a tranquilidade do bairro, a proximidade do emprego ou local de actividade. Ficou evidente que a construção de casa própria tem sido um dos passos significativos na vida e resulta numa certa integração social, dado que o refugiado, requerente de asilo e imigrante económico começa a interagir facilmente com os vizinhos do bairro. Os próximos parágrafos debruçam-se sobre a convivência dos imigrantes e os nativos, bem como entre eles.

Em geral, a convivência com os vizinhos é muito salutar, como se pode ver neste excerto de entrevista:

> "estamos a viver bem entre vizinhos. Todos são moçambicanos e estamos a viver sem problemas, eles me saúdam, eu também os saúdo. Quando estou doente, eles me visitam. Eu também lhes visito quando estão doentes. Muitas ajudas que recebi, desde que cheguei, foram de moçambicanos" (MC 37).

No mesmo aspecto, outro imigrante, falando dos momentos de lazer, sublinhou que tinha entre as suas amizades de convívio e lazer um conterrâneo e um moçambicano. Foi neste sentido que ele disse:

> "em certas ocasiões, nos momentos de lazer, podemos ir distrair-nos eu e o meu amigo moçambicano; em outros momentos, vou com o meu conterrâneo. Às vezes, podemos ir juntos, todo o grupo, eu, o moçambicano e o meu conterrâneo" (MC 48).

As autoridades do bairro, os chefes de quarteirão, tratam os imigrantes sem discriminação, como se eles fossem nacionais. Entende-se isso a partir dos relatos dos próprios imigrantes, refugiados e requerentes de asilo:

> "quando temos alguma dificuldade no nosso bairro, vamos ao chefe de quarteirão, ele procura dar solução. Ele nos recebe como outros membros do bairro. Quando pedimos uma declaração do bairro, nunca houve complicações" (MC 57).

Neste contexto, o imposto autárquico é pago por todos os residentes do bairro, incluindo os imigrantes, visto que é uma exigência no acto da tramitação da documentação.

Por um lado, alguns afirmam que convivem com os nativos. Por outro, outros dizem que o trabalho por conta própria não lhes permite, como disse um dos imigrantes:

> "eu não tenho tempo de divertir-me. O negócio ocupa-me todo o tempo" (MC 34).

A afirmação de que há boa convivência e relação salutar com os vizinhos é de 90% dos imigrantes entrevistados na zona Sul do país.

As entrevistas do segundo grupo de informantes têm muita coincidência com os informantes refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, visto que eles também falam desta boa convivência entre os nativos e os imigrantes em geral. Um dos entrevistados deste grupo refere:

> "acho que, em geral, a convivência é boa. Moçambique tem uma tradição de hospitalidade para com os estrangeiros, incluindo requerentes de asilo e refugiados". (FM 4).

Os imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo juntam-se com os nativos para momentos lúdicos, mas também em ocasião de mortes e doenças na comunidade ondem vivem. Experiência de convivência positiva foram descritas como edificantes, como um deles partilhou:

> "tenho um grupo de amigos com quem formamos uma equipa de futebol amador e aos domingos jogamos com adversários de outros bairros. Jogamos para divertir-nos um pouco. Normalmente os jogos são de manhã, às 8h00m. Jogamos contra as equipas da Matola, Baixa e de outros bairros. Dentro da semana, nas manhãs, antes de sair de casa, gosto de praticar desporto lá no meu bairro com os moçambicanos" (MC 30).

É interessante o relato de um requerente de asilo que se casou com uma moçambicana. Refere a sua boa relação com os vizinhos e os pais da sua esposa, ressaltando o apoio que sempre tem recebido da sogra, que em uma etapa da sua vida também foi migrante, tendo vivido na África do Sul e Tanzânia. Ele afirmou:

> "eu não sou de muitas relações com as pessoas, por causa do meu trabalho, mas me entendo bem com todos os vizinhos. Os pais da minha esposa vivem no mesmo bairro connosco, quando tenho tempo vou lá conversar com eles. Nas conversas com a minha sogra, ela diz não é fácil viver aqui, mas você já está habituado. Você já não é estrangeiro, é praticamente moçambicano" (MC 30).

Este entrevistado mostrava alegria pelo facto de a família da esposa tê-lo acolhido bem e poder participar de todas as reuniões e cerimónias da família. E comentou que em muitas delas há uma semelhança com as da sua tradição.

Esta boa convivência é confirmada por dois outros de informantes. Um líder religioso relatou:

> "nos bairros e quarteirões, a convivência é saudável e os imigrantes são bem acolhidos. Muitos fazem esforço para aprender a língua nacional" (LR 1).

O mesmo acrescentou:

> "quando estão com nativos, esforçam-se por usar a língua local. Há intercâmbio cultural: nas convivências, apresentam elementos das suas culturas e os moçambicanos apresentam os seus, numa simbiose sem choques" (LR 1).

Há também identificação por proveniência, que chega a ser uma rotulagem aos imigrantes, refugiados e requerentes de asilo. Esta rotulagem não é só por proveniência, mas também pela actividade económica que desenvolvem. Algumas nacionalidades são associadas ao comércio de géneros alimentícios e bebidas (em geral ruandeses e burundeses), outros com a venda de peças de carros (é uma actividade que se identifica com os nigerianos), etc.

Os relatos dos migrantes não são apenas positivos, alguns migrantes relatam histórias negativas, como assaltos, ameaça de morte e extorsão de bens. A este respeito disse um imigrante:

> "estou a sofrer aqui em Moçambique, fui assaltada, fui espancada quase até a morte, tentaram matar-me. [...] Esse todo sofrimento é porque sou estrangeira. As pessoas que entraram na minha casa e queriam matar-me falavam a minha língua materna" (MC36).

Os relatos de perseguição, entre os migrantes, sobretudo de alguns países têm sido propalados entre os migrantes e pessoas nativas. Pode ser que não seja um caso isolado da pessoa que relatou estes factos. Por isso, alguns migrantes não se sentem bem neste país. Uma mulher requerente de asilo afirmou:

> "não me sinto segura aqui. Não confio em ninguém, por isso não tenho saído para divertir-me. [...] Não posso viver num bairro mais de seis meses, troco sempre de casa. Busco de preferência, onde não sabem que sou estrangeira. Tentei trabalhar, mas nada deu certo por causa de algumas pessoas desconhecidas que me perseguem. O problema é que também não posso voltar à minha terra" (MC 51).

Relativamente à língua, a preferência é pelas línguas locais, pois eles dizem que entendem alguma coisa, por exemplo, do Changana:

> "eu entendo o Changana, é perceptível para mim. Falou um pouco de changana, quando não sou capaz de me expressar falo em português ou francês, as pessoas me entendem" (MC 50).

Outro migrante, falando dessa facilidade de aprendizagem das línguas locais, aponta:

> "estou a procurar falar as línguas. Mas não necessariamente o português, mas sim as línguas locais" (MC 56).

Ficou claro que, mesmo os que chegam a aprender a língua portuguesa, sabem falar a língua local, preferentemente o Changana, como assegurou um refugiado vindo de Ruanda:

> "aprendi a falar o português, mas também falou um pouco de changana" (MP 29).

Há casos de alguns que conseguiram aprender as duas línguas e as utilizam perfeitamente na sua comunicação quotidiana. O facto de eles fazerem referência ao Changana é que na zona Sul do país é a língua mais falada, o Ronga, em geral, tem poucos falantes. Ademais, pode acontecer que eles também não consigam distinguir as duas línguas.

Em relação à aprendizagem da língua, os requerentes de asilo, refugiados e imigrantes económicos ressaltaram que os moçambicanos são tolerantes aos erros. Quando falam mal, não são envergonhados pelos nativos; há uma correcção com respeito, caso haja proximidade com a pessoa, mas, fora disso, esforçam-se a entender o sentido, e a conversa flui. Pode-se aferir isso neste trecho de entrevista:

> "os moçambicanos, quando está errado, conseguem entender. Vão rectificar, dizem é assim, e a conversa continua. Quando uma pessoa não se recorda de uma palavra, eles tem a amabilidade de ajudar-lhe a recordar" (MC 30).

Como estratégias de aprendizagem, encontra-se na interacção com os vizinhos e clientes das lojas, mas também há casos de imigrantes que recorram aos amigos moçambicanos para serem professores particulares da língua. Houve também quem consultasse na internet o significado das palavras e algumas expressões idiomáticas (MC 51).

Uma mãe imigrante, falando da aprendizagem da língua por parte da sua filha, disse:

> "a criança aprende rápido. Gostei muito. Ela fala changana e fala português" (MC 35).

Apesar dos casos bem-sucedidos, alguns imigrantes, nas suas comunicações oficiais, como por exemplo consultas médicas, questões judiciárias, precisam de um intérprete. Isto não só nas primeiras etapas da sua chegada, mas tendo em média mais de cinco anos residindo em Moçambique.

Para o grupo dos informantes funcionários, os mais jovens que sabem falar francês ou inglês são os que mais rápido aprendem a língua portuguesa. Um dos funcionários diz:

> "... notamos que para os mais idosos é mais difícil aprender e comunicar com a população local, sobretudo se não conhecem línguas como inglês e apenas falam línguas nativas do seu local de origem. O nível de educação também influencia" (FM 3).

Em relação ao exposto no parágrafo anterior, regista-se o caso de uma família de imigrantes que, para conseguir terreno para nele habitar, teve de recorrer a intermediários que sabiam falar a língua portuguesa, porque eles não entendiam a língua:

> "quando estávamos a procura de terreno para construir a nossa casa, como não sabíamos falar a língua, tínhamos pessoas comissionarias que ajudavam a fazer e arranjar todas as coisas necessárias" (MC 40).

Em relação ao facto de ter amizades com os nacionais e momentos de diversão, alguns entrevistados frequentam os mesmos ambientes de diversão com os nacionais. A este propósito, um migrante descreve a sua experiência com estas palavras:

> "eu gosto de ir para as festas, eles convidam, lá como, bebo e me divirto com todos" (MC 50).

No que concerne aos hábitos culturais, os imigrantes afirmam que estes são muito similares aos dos seus países de origem, pelo que não encontram grande dificuldade na inserção cultural. Referiram concretamente os hábitos matrimoniais, os ritos de sepultura, as danças, os cânticos, a forma como os moçambicanos vivem os momentos de lazer, a religiosidade, etc. Porém, alguns disseram que, no princípio, certos hábitos lhes pareciam estranhos, como por exemplo, as comemorações dos aniversários, como ilustra este depoimento:

> "no princípio, eu não gostava destas coisas, nem de festejar o meu próprio aniversário, mas aqui te sentes obrigado. Você acorda de manhã e te dizem é teu aniversário, tens que fazer alguma coisa e convidar algumas pessoas. Aprendi aqui a cantar parabéns a você, não minha terra não há isso" (MC 30).

A percepção de que o povo moçambique é muito festeiro aparece em quase 90% das entrevistas feitas em Maputo. Em relação a este aspecto, disse uma senhora refugiada:

> "da cultura daqui, eu gosto de ir às festas, eles te convidam, você come, bebe, dança. Eles gostam de fazer festa, comprar comida e roupa. Eles gostam assim" (MC50).

Por um lado, os requerentes de asilo, refugiados e imigrantes económicos sentem que já aprenderam os hábitos culturais moçambicanos, sobretudo no concernente à gastronomia e aos modos de se expressar. Por outro, eles mantêm alguns hábitos que acham que não são negociáveis, como é o caso das cerimónias de lobolo. Dizia uma refugiada:

> "quanto aos costumes, misturamos. Eu gosto de comer caril de amendoim, canana, mboa. Levei tempo para me acostumar ao caril de amendoim e coco, mas agora estou habituada. [...] Até já sei preparar. Sei huguelar . [...] em relação às cerimónias

> do lobolo, nós seguimos os nossos costumes de vestir as nossas roupas, não misturamos mesmo" (MC 32).

Outros imigrantes afirmaram que apreciam a música e o teatro que se fazem em Moçambique:

> "a música, o teatro são boas coisas. São coisas nas quais a cultura moçambicana se atreve mesmo" (MC 57).

Entre os entrevistados, dois homens casaram-se com mulheres nativas. Um deles referiu que a sua mulher é moçambicana e disse:

> "a minha mulher é daqui, ela está grávida e em breve vai dar parto" (MC 30).

No grupo dos líderes religiosos, o sentimento é que o encontro de culturas provocado pela imigração em Moçambique é muito enriquecedor. Um dos líderes religiosos expressou-se neste sentido:

> "não há um empobrecimento ou a perda de alguns valores. Mas sempre na linha de que o outro sempre vai enriquecer a cultura que está, trazendo elementos novos e nova forma de viver, nova forma de pensar. Eu vejo isso mais como uma riqueza do que como uma perda" (LR 5).

Apesar de falarem da proximidade entre as suas culturas e a moçambicana, eles admiram a cultura de Maputo, a solidariedade em todos os momentos, e afirmam que quando um tem um problema, os outros o ajudam. E assinalaram que o povo moçambicano é acolhedor.

A percepção sobre o espírito acolhedor dos moçambicanos pode ser expressa com ajuda destas palavras:

> "quando cheguei a Moçambique, encontrei um povo acolhedor. Um povo que não tem problema. É um povo que viver como nós os congoleses" (MC 33).

E o outro disse:

> "os moçambicanos me receberam bem. Então eu vi muita diferença entre os países onde vivi ou passei antes e o país que estou a viver agora. E por isso que acho que um dos motivos para os refugiados virem a Moçambique é o acolhimento da população" (MC 57).

Este acolhimento refere-se também à forma como os moçambicanos recebem visitas em casa. Alguns imigrantes notam uma diferença profunda entre as suas culturas e a moçambicana neste aspecto. Um deles disse:

> "aprecio muito a maneira como os moçambicanos recebem a visita. Eles ficam ali, conversam com a visita e sempre serve alguma comida" (MC 48).

O espírito acolhedor foi enaltecido por quase todos os imigrantes entrevistados, no entanto, uma mulher refugiada de origem congolesa afirma a falta de respeito das crianças em relação aos mais velhos, as mulheres que não respeitam os seus maridos, a falta de pudor dos homens no seu relacionamento com as mulheres. Ela relatou isso nestes termos:

> "[...] as crianças daqui não têm respeito, e muitas mulheres não respeitam os próprios maridos. [...] Provocar aqui é fácil, você não conhece a pessoa, mas ela pode tocar-te sem permissão. [...] Estávamos no serviço e um colega de trabalho bateu-me a parte traseira. Eu lhe perguntei por que motivo está a bater-me. Ele disse: estou a brincar contigo. [...] Na minha

> cultura não se faz isso. Bater aqui, mais aqui. Bater e tocar em qualquer lugar. Na nossa cultura não gostamos assim" (MC 50).

Outro refugiado, de origem ruandesa, criticou o facto de as crianças começarem cedo com o namoro nestes termos:

> "eu estranho aqui em Moçambique as crianças. Uma criança, uma menina de 10, 12 anos, já começou a namorar. Para mim, é estranho" (MC 41).

Do exposto neste apartado sobre a integração social e cultural, compreende-se que os refugiados, os requerentes de asilo e os imigrantes económicos não registam problemas na convivência com os nativos nem entre eles. Na sua maioria, conseguem aprender as língua changana e o português, que utilizam na interacção com os nativos, tanto na vida comercial, como no quotidiano. Em geral, eles participam do processo de inculturação sem perder os seus valores culturais.

E) Integração Religiosa

A integração social e cultural, como se viu anteriormente, embora não plena, está a realizar-se na vida dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos. Agora, passa-se à integração religiosa. A expressão dita por um refugiado de origem ruandesa

> "qualquer comunidade religiosa recebe bem os refugiados, os irmãos refugiados" (MC 57)

é elucidativa do calor humano que os imigrantes recebem dos membros da sua confissão religiosa.

Embora se tenha dito antes que o factor religioso não parece determinante na escolha de Moçambique pelos imigrantes, alguns

afirmam que o facto de haver uma comunidade religiosa que os acolhe foi um factor que tiveram em consideração:

> "para mim, o elemento religioso influenciou a minha decisão. Porque como sou católico, os meus irmãos católicos me receberam como irmão e não como estrangeiro" (MC 57).

As entrevistas demonstraram que os imigrantes mantêm a mesma religião que praticavam nos seus países, concretamente, na sua maioria, as igrejas protestantes, católicas e, em alguns casos, a religião islâmica. Acerca disto um líder religioso disse o seguinte:

> "em termos religiosos, parte significativa dos burundeses é evangélica; há também católicos nigerianos integrados nas paróquias e associações, que se reúnem para debater os seus assuntos e apoiar-se mutuamente" (LR 1).

Efectivamente, essa descrição da religião por nacionalidade não é estanque, porque também existem comunidades religiosas formadas por nacionalidades distintas. Um líder religioso, falando da comunidade que assiste, disse:

> "a comunidade que acompanho é composta por fiéis de várias origens: nigerianos, indianos, zimbabueanos, quenianos, tanzanianos e outros. Muitos trabalham em Moçambique e procuram a comunidade para renovar a vida espiritual e participar nas celebrações" (LR 6).

No entanto, não se exclui que alguns, ao chegarem a Moçambique, por causa das contingências da própria integração social, tenham mudado de igreja. Um deles explica que mudou de igreja onde rezava no seu país por influência de amigos que conheceu aqui em Moçambique. Este entrevistado afirmou:

> "foi uma amiga moçambicana que me convidou para ir à Igreja do Sétimo Dia" (MC 34).

Outro refere que, embora no seu país de origem praticasse a religião cristã, quando veio viver em Maputo, mudou de religião porque aprendeu várias coisas com os muçulmanos, aquando da sua estadia no campo de refugiados em Nampula (MC 30).

Dentre os que abandonam a igreja que frequentavam na sua terra natal, alguns fundam as suas próprias igrejas, o que nem sempre agrada os seus conterrâneos, como indicou um dos refugiados entrevistados:

> "eu acho que as autoridades deviam começar a limitar essa coisa de criar igrejas, porque traz problemas dentro das igrejas. [...] Estão a ser criadas todos os dias, para dar qualquer serviço. [...] Quando é uma igreja de ruandeses sozinhos sempre acabam por criar confusão entre eles. Já houve casos de problemas que foram até ao tribunal" (MC 57)

A religião, para alguns, tem sido um espaço de abertura e convivência e integração social, pois, através dos laços que se criam, a pessoa não fica isolada. Por isso, em geral, requerentes de asilo, refugiados e os imigrantes económicos afirmam não ter problemas com os irmãos da igreja ondem frequentam. Um dos imigrantes, que pratica a religião islâmica, disse:

> "vou à mesquita, às sexta-férias, é aqui perto do serviço. Ali temos várias nacionalidades, não é só de estrangeiros, mas também moçambicanos. Conheço quase a todos os muçulmanos da zona" (MC 30).

Um dos entrevistados chegou a dizer que a Igreja constitui para ele uma família. Ela cumpre um papel de unir as pessoas e, às vezes, a proveniência também joga um papel importante, visto

que a tendência é ir à igreja onde frequentam os conterrâneos. Há casos em que a língua do culto é a do país de origem dos membros daquela igreja e com possibilidades de ter um tradutor em língua portuguesa.

Para alguns, a religião não só ajuda na integração, mas também na vida profissional. É a partir dos irmãos da mesma religião, em certos casos, que se encontra casa, emprego e outras benefícios para a integração, como afirmou um dos entrevistados:

> "a religião sempre ajuda; pois a espiritualidade é muito importante na vida profissional. Mas, eu penso que quem ajuda é Deus, e não a religião. É Deus que ajuda mesmo em relação a tudo o que você tem. [...] você investe em algo, mas tudo isso é a vontade de Deus. Deus quer isso" (MC 30).

Em relação à integração religiosa, os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, em geral, mantêm a mesma religião que praticavam nos seus países de origem. Excepcionalmente, por vários motivos, alguns mudam de religião e, no país de imigração, adoptam outra prática religiosa. Ademais, há relatos de colectivos de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes que também abrem novas igrejas, de preferência congregando os seus conterrâneos. A formação de igrejas por proveniência mereceu uma observação não abonatória por parte de alguns entrevistados.

F) Acesso aos direitos sociais

Os direitos sociais constituem requisitos importantes no momento de falar da integração. Sem acesso a eles não há uma plena integração. As dimensões laboral, social, cultural e religiosa devem ser necessariamente complementadas por estes direitos. Ir-se-á discutir fundamentalmente o acesso ao direito à educação e o direito à protecção da saúde.

Em relação aos direitos sociais, a maioria dos entrevistados respondeu que tem tido acesso a eles de forma fácil. No tocante à educação, há crianças de migrantes que frequentam escolas públicas, nas mesmas condições e com os mesmos direitos que os nativos. Uma imigrante afirmou:

> "tenho três crianças, elas estudam numa escola pública. Não me exigiram outras condições por ser estrangeira. Embora, minhas crianças tenham relatado que as outras afirmaram que elas não são daqui, nunca tive reclamação por parte dos professores ou algum membro da direcção" (MC36).

Nem mesmo entre as crianças existe discriminação. Pode despertar um pouco de curiosidade por causa do nome, mas, como explicou um pai refugiado,

> "algumas crianças chamam atenção porque têm nomes não comuns aos daqui, chamam atenção de outros colegas, mas não são discriminadas. Mesmo os professores perguntam se a criança nasceu aqui. Muitas vezes a resposta que obtém é que ela nasceu aqui, mas os seus pais não são daqui. Mas isso não é discriminação (MC 32).

Não se pretende com isso dizer que todos os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes levam os seus filhos às escolas públicas, mas sim que os que optam pelo ensino privado não é por que sofrem tratamento discriminatório, senão apenas uma preferência dos pais. A este respeito, um imigrante de origem congolesa disse:

> "eu decidi escolher uma escola privada para os meus filhos, não porque na pública fossem tratados diferentemente dos nacionais, mas por simples preferência" (MC 31).

Um dos motivos para a escolha do ensino privado é que, em certos casos, este tem currículo em inglês, como assinalou um refugiado:

> "não há dificuldade no acesso ao ensino público, porém muitos dos conterrâneos preferem o ensino privado, visto que este ensina um pouco de inglês. [...] a gente, que tem meios, prefere ir ao privado, porque a criança vai crescer a falar um pouco de inglês e um pouco de francês" (MC 32).

No que tange ao direito à protecção da saúde, afirmam que têm acesso à assistência médica como os nacionais, sem necessidade de apresentar documento adicional para serem atendidos. Uma mãe assinalou que chegou a Moçambique com a sua criança, que sofria de meningite, e esta foi atendida num hospital público. Ao ser interrogada sobre a possibilidade de tratamento nos hospitais públicos, ela respondeu:

> "não senti nenhuma diferença no tratamento que os médicos deram à minha criança. Fomos bem recebidas e acompanhadas da melhor maneira" (MC 44).

Outro imigrante explicou que a escolha do hospital, entre o público e o privado, depende das preferências e necessidades de cada um. Mas também relatou casos de pessoas que vão directamente à farmácia comprar medicamentos, sem passar por uma consulta médica. Ele também afirmou que tem o hábito de recorrer à farmácia sem antes ir ao hospital, e que só iria ao hospital quando tivesse uma doença grave, que por sorte ainda não teve (MC 30). E acrescentou que as dificuldades que os estrangeiros enfrentam nos hospitais públicas não se diferenciam dos que os moçambicanos passam por eles. E concluiu dizendo que é próprio do sistema e não de discriminação baseada no facto de uns serem estrangeiros e outros serem nacionais. Outra mãe explica:

> "basta ir ao hospital, a pessoa é atendida. Não fazem diferença entre nacionais e estrangeiros. Quando vai ao hospital, forma bicha como outros. O ser estrangeiro não é motivo para não ser atendido." (MC 35).

A mesma acrescentou que a sua filha nunca reclamou de tratamento diferenciado na escola pública onde estuda.

Outro imigrante, acerca da escola, disse:

> "minha filha estuda numa escola pública, todas as amigas são moçambicanas, e todos lá sabem que o seu pai é estrangeiro, até os professores, mas nunca ouvimos falar de um tratamento diferente com as outras crianças. Eu tenho participado nas reuniões dos pais, os directores de turma me dizem que a minha filha é inteligente e boa estudante, mas tem mudar alguns comportamentos. Não há um tratamento especial ou necessidade de fazer um favor" (MC 30).

No entanto, para alguns imigrantes económicos e refugiados e requerentes de asilo, a questão é distinta quando se trata do acesso à justiça. Eles afirmam que há uma certa discriminação. Foi neste contexto que um deles afirmou:

> "nos tratam diferente, basta ver que é um estrangeiro, uma coisa pequena ou pequeno erro torna-se maior" (MC 34).

Esta percepção, não é generalizada, posto que um imigrante afirmou.

> "...naquela altura precisei de ir ao tribunal, foi muito ágil na resolução do meu assunto, correu sem nenhum problema. É verdade que era um caso simples, mas precisava passar por esse serviço" (MC40).

Enquanto ao acesso aos direitos sociais, os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes reportaram que têm acesso à educação e à protecção da saúde em pé de igualdade com os nacionais, sem nenhuma discriminação. As lacunas no oferecimento destes direitos atingem a eles como também aos nacionais.

CAPÍTULO IV
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E IMIGRANTES ECONÓMICOS NA REGIÃO CENTRO DO PAÍS

4.1 Contextualização

Em relação à região Centro do país, a investigação foi feita na Província de Tete, também através de entrevistas, que decorreram de 14 de Agosto a 20 de Novembro de 2024. Recorde-se que a razão da escolha desta província tem a ver com o facto de fazer fronteira com três países e registar crescimento da exploração dos recursos mineiras. Os distritos envolvidos nessa pesquisa foram: Angónia, Moatize e Cidade Tete. Este estudo visava mapear as trajectórias, as causas, a integração social e laboral, a práticas religiosas e a expressão cultural.

No total foram entrevistadas 21 pessoas, na sua maioria refugiados e imigrantes, mas também profissionais que têm a ver com os migrantes, em representação das instituições sociais (Liga dos Direitos Humanos e INAR, SERNIC) e líderes religiosos (em representação da Igreja Católica e Associação Muçulmana de Tete), conforme o quadro abaixo:

PROVÍNCIA	Tete
LOCAIS DA PESQUISA	**Distritos:** Angónia (6), Moatize (4) e Cidade de Tete (11)
GRUPO ALVO	Refugiados, requerentes de Asilo e imigrantes económicos (14); Religiosos (3); **Representantes:** Inar (1) e Liga dos Direitos Humanos (1); Migração (1); Sernic (1)

PAÍS DE ORIGEM	Ruanda (5); Burundi (4); Congo (1); Somália (1); Etíopia (2); Costa Do Marfim (1), Moçambique (7)
Nº DE INQUERIDOS	21 Pessoas

Fonte: Elaboração própria

Na recolha de dados, consideram-se três grupos de informantes: o primeiro é dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos; o segundo é dos funcionários de instituições públicas, que trabalham com estes colectivos e o último é dos líderes religiosos.

4.2 Causas da Imigração (atracção e expulsão)

A exposição apresenta primeiro os dados referentes às entrevistas com os imigrantes económicos e refugiados e requerentes de asilo, sem nenhuma distinção, entre as três categorias.

Começa-se esta exposição pelos factores de atracção. Nas respostas dos imigrantes económicos, requerentes de asilo e refugiados sobre factores de atracção para escolher Moçambique como lugar de residência ou de trabalho, encontram-se como primeiro elemento predominante a paz. A partir de excertos de entrevista pode-se verificar que todos os refugiados se referiram à paz, ou condições de segurança, com o um factor determinante para escolher viver em Moçambique. A este respeito um refugiado de origem ruandesa, entrevistado em Angónia, refere:

> "[...] aqui, há paz. Faço as minhas actividades à vontade e sustento a minha família" (Tete 3).

Outro entrevistado no mesmo distrito relata:

> [...] "tenho muitas vantagens em viver em Moçambique, há paz, tenho família, os meus filhos vão à escola, tenho negócio e não vou sair de Moçambique" (Tete 4).

Mais do que simplesmente a paz, vê-se que os informantes consideram outros elementos a ela circunscritos, por isso fala-se de condições de segurança, não simplesmente paz. A última parte do último excerto da entrevista revela que a pessoa se sente segura neste país, comparativamente ao país de origem. É nesta linha que aparecem outros factores, como o viver à vontade e a convivência com os nativos, referenciados por um entrevistado de Burundi, que afirmou:

> "em Angónia vivo à vontade, tenho paz e boa convivência" (Angónia 4).

Este aspecto da boa convivência parece que não pode ser menosprezado, visto que alguns abandonaram os primeiros países de destino por motivos que têm a ver com a convivência com os nativos. A este respeito, um refugiado ruandês referiu ter saído de Malawi para Moçambique porque tinha sido vandalizada a sua banca e demolida a sua casa, como relata:

> "tinha banca no Malawi, houve greve e vandalizaram a banca e demoliram a minha casa" (Angónia 5).

Não parece algo que se deva menosprezar. A vandalização de bancas dos migrantes em Malawi, mesmo não conhecendo o real motivo, está presente pelo menos em dois relatos dos imigrantes que foram entrevistados em Angónia.

No relato desta pessoa foi o principal motivo que a fez empreender uma segunda migração de Malawi para Moçambique. A pessoa referiu não ter tido acolhimento em Malawi, nestes termos:

> "Moçambique é diferente de Malawi, lá não encontrei acolhimento. No meu país há guerra, mas em Moçambique há paz e posso fazer meu negócio".

Na mesma linha, outro migrante de origem burundesa, entrevistado em Moatize, disse:

> "tem vantagens viver em Moçambique quando comparado com outros países porque tem protecção e ajuda" (Moatize 2).

Na entrevista feita também em Moatize a outra pessoa, também nacional de Burundi, compreende-se melhor que a paz deve ser relacionada à hospitalidade e à convivência em harmonia com os nativos. Este informante, quando perguntado sobre as vantagens de viver em Moçambique, declarou:

> "as pessoas são hospitaleiras, simpáticas e tenho boa convivência com elas" (Moatize 3).

Neste sentido, a hospitalidade e a simpatia significam da parte dos moçambicanos ajudar os que chegam de outros países, como disse outro refugiado, entrevistado na Cidade de Tete:

> "tive a informação de que nos países da SADC somos bem tratados, em particular em Moçambique" (Tete 1).

A este ponto da narração, três elementos constituem atractivos: paz, segurança e hospitalidade. A estes elementos, segundo os inqueridos, adiciona-se a facilidade no processo de obtenção de estatuto de refugiado.

Lendo e relendo as entrevistas, salta à vista outro aspecto interessante, que se conecta com a paz, boa convivência, hospitalidade e simpatia do povo moçambicano, a questão da aquisição do estatuto de refugiado e o respectivo documento. Alguns in-

formantes referem que não ficaram em Tanzânia ou em Malawi porque naqueles países não era fácil ter o estatuto de refugiado e a respectiva documentação, por isso vieram fixar-se em Moçambique.

Outros ainda referem que entraram via campo de refugiado de Maratane e, tendo adquirindo o estatuto de refugiado, deslocaram-se para outras províncias. Assim declarou um refugiado de origem ruandesa, entrevistado em Moatize:

> "eu estava na Tanzânia, mas quando perdi o meu tio passei para Malawi, e por questão de documento resolvi vir a Moçambique" (Moatize 3).

Outra pessoa de origem burundesa, em relação a este aspecto, afirma:

> "Em Tanzânia, haviam abolido os campos de refugiados [...] Estive em Maratane, fui registado no banco de dados e tive cartão de requerente de asilo" (Moatize 2).

Neste estudo, a partir das entrevistas, pensa-se que a existência de um campo de refugiados aberto em Maratane, na Província de Nampula, pode também ter constituído um factor de atracção dos refugiados.

O outro motivo que torna Moçambique atractivo é o económico, particularmente a possibilidade de abrir negócios. Este factor de atracção está presente em 90% dos entrevistados em Tete. Eles referem que conseguiram abrir seus próprios negócios, por sua própria iniciativa ou ajudados pelos familiares.

As motivações económicas ou laborais indicam a possibilidade de encontrar algum tipo de ocupação laboral no país de acolhimento. Os informantes consideraram em particular a oportunidade de abrir um negócio, como se pode ler:

> "tem possibilidade de fazer negócios, a vida é barata e as pessoas são boas" (Tete 2).

Apesar de ser um aspecto pouco presente nas entrevistas (aparece em 3 das 21 entrevistas), alguns referiram ao facto de ter parentes ou conterrâneos em Moçambique, como factor determinante na escolha deste país. Podemos chamar a este factor redes migratórias ou reagrupamento familiar. Numa entrevista feita em Moatize a uma pessoa nacional de Burundi, pode-se ler:

> "decidi vir a Moçambique porque tive conhecimento de que estavam cá pessoas conterrâneas. Foram elas que me ajudaram a vir para cá" (Moatize 1).

Compreende-se que se trata de redes migratórias ou, em certos casos, reunificação familiares. As redes migratórias entendem-se melhor quando se considera que a existência de pessoas conhecidas pode facilitar o projecto migratório. E a reunificação familiar, quando membros de certa família decidem convidar os seus para fazerem a experiência migratória e passarem a viver no mesmo país ou ainda na mesma moradia. Então, a existência de pessoas da mesma nacionalidade numa determinada região do país pode ser um factor de atracção para que venham outros da mesma nação.

Nas entrevistas com os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, também apareceram outros factores que não foram muito repetitivos, só dois informantes mencionar estes aspectos, mas que julgamos necessário apontá-los: a perseguição e a superstição.

A questão da perseguição era motivada por orientação sexual ou causas políticas ou ainda por motivos tribais. Este tipo de perseguição está presente nas causas migratórias nos países africanos. Entre os refugiados ruandeses, requerentes de asilo e imigrantes económicos, houve alguns que referiram à perse-

guição por motivos políticos, mas também por pertencer a uma das duas etnias maioritárias naquele país.

No concernente às acusações sobre a superstição, não são raros casos entre os africanos que decidem deixar a sua terra natal. E os acusados são perseguidos. Neste sentido, a superstição e a perseguição são aspectos correlativos.

A reunificação familiar é tradicionalmente considerada uma das causas da migração. Desde esta perspectiva, não é necessário fazer muitas lucubrações acerca disso. Por isso, passa-se para a apresentação dos dados que foram oferecidos por outros informantes.

O segundo grupo de informantes, o dos líderes religiosos, indicou como factores de atracção os seguintes: a procura de melhores condições de vida, a localização geográfica que facilita o acesso a outros países fronteiriços, a oportunidades de negócios, o valor do metical comparado com a moeda de outros países, a mão-de-obra barata, a ilusão da existência de emprego.

A esses factores agregou-se o elemento religioso, que é determinante para a escolha de Moçambique. No entanto, um dos informantes não concorda que o aspecto religioso sirva de chamariz.

Os imigrantes e refugiados chegam a Moçambique, segundo a maior parte dos entrevistados, a busca de melhores condições de vida. Isto significa que, para eles, comparativamente aos seus países, Moçambique possui boas condições. Estas podem ser de estabilidade política, mas também se entende que ao nível económico está melhor que os países de procedência dos migrantes.

Uma religiosa entrevistada em Angónia referiu:

> "eles vêem Moçambique como um país com poucos conflitos" (LR 1 - Angónia).

Outro líder religioso entrevistado na Cidade de Tete acrescentou o facto de Moçambique ter uma moeda com maior valor em relação às outras da região, a mão-de-obra barata e a ilusão de que há, em Moçambique, empregos (LR 2 - Tete).

A localização geográfica foi o segundo aspecto considerado pelos líderes religiosos. Moçambique serve de corredor para a grande economia africana, que é a África do Sul. Mas também é de fácil acesso para os imigrantes de vários países africanos, como Malawi, Zimbabwe, Quénia, seja por sua larga fronteira terrestre ou pelo seu traçado costeiro.

Os líderes religiosos apontam como principais causas o facto de Moçambique ser um país menos conflituoso e que vive a paz; nos países de trânsito procuram obter alguma documentação que facilitasse a sua entrada no país. Entre os factores de expulsão, encontram-se a guerra, a forme, a pobreza, a procura de melhores condições de vida, o negócio de produtos, a prostituição (no caso de malawianas e zimbabweanas) (LR 2 Tete).

Estas causas de expulsão também foram referidas pelos migrantes e refugiados. A prostituição parece um novo factor de atracção. O informante partilhou que algumas mulheres, de modo particular as de Zimbabwe, onde a inflação levou o país a um grande problema económico, preferem atravessar a fronteira com esse intuito.

A questão do valor do metical, comparativamente às moedas vizinhas, compreende-se, se se tiver em conta que, à excepção de Zimbabwe, que neste momento utiliza nas transições económica o dólar americano, em lugar da moeda zimbabweana, todas as nacionalidades africanas mais presentes em Moçambique têm uma moeda menos cotadas.

O terceiro grupo de informantes foi o dos técnicos que trabalham em instituições, que directa ou indirectamente, lidam com migrantes e refugiados: INAR, ACNUR, Serviços de Migração e SERNIC.

Em relação às nações mais presentes em Moçambique, este grupo de entrevistados respondeu que há presença significativa de malawianos, burundeses, nigerianos, ruandeses, etíopes, bengalis, congoleses, somalianos e paquistaneses.

Entre os factores de atracção, encontram-se também a existência de terras férteis, a presença de muitos recursos minerais, a relativa paz que Moçambique tem conhecido, a ausência de conflitos, oportunidades de negócios e o garimpo artesanal, como referiu um membro da INAR:

> "os migrantes e refugiados escolhem vir a Moçambique em busca de melhores condições de vida. Moçambique é um país fértil e em termos de acomodação é está em paz, não é conflituoso. E a existência de muitos recursos (FM, 1).

Outro factor de atracção indicado pelos informantes do terceiro grupo é o religioso. Na perspectiva de um dos entrevistados, a religião constitui um requisito imprescindível no momento de escolher Moçambique como país de residência:

> "a religião é um elemento importante porque a religião não é proibida em Moçambique. Aliás, o País definiu-se como laico. Por isso, vemos muitos pastores vindos de outros países e que aqui exercem a sua religião". (FM, 1).

Este elemento ajuda a confirmar o que já tinham dito os líderes religiosos. A liberdade religiosa que se vive em Moçambique pode ser um factor de atracção dos imigrantes e refugiados (LR 1- Tete). Pode ser um dos aspectos que faz com que alguns pastores de nacionalidades estrangeiras abram igrejas nos bairros em que vivem (LR 2- Tete).

Em resumo, segundo este terceiro grupo de informantes, os factores de expulsão cingem-se a conflitos étnicos e guerras.

E aqueles de atracção são a busca de melhores condições de vida, a paz, o garimpo de minerais, contratos de trabalho, país acolhedor, estável e com terras férteis.

4.3 Trajectória Migratórias

A maioria dos refugiados e imigrantes entrevistados afirmaram que já tinham pensado em viver fora do país que os viu nascer (dos 14 inqueridos, 13 afirmaram que tinham tido já este pensamento). Muitos destes tiveram como motivação a instabilidade política e militar que se vivia no seu país. Outro dado importante é que 9 deles já tinham vivido 2 a 16 anos em outros países, considerados de trânsito.

Em termos de itinerários, dos países que servem de entrada dos imigrantes e refugiados na Província de Tete, destaca-se Malawi. Esta entrada comporta, em muitos casos, uma passagem por Tanzânia, como se atesta nas palavras deste refugiado:

> "Na Tanzânia tinha um tio que perdeu a vida, por isso depois fui a Malawi, por falta de documento fui obrigado a sair daquele país para Moçambique" (Moatize 4).

Além deste entrevistado, foi recorrente esta resposta de se sair de Tanzânia, passar por Malawi e depois vir a Moçambique.

Alguns chegaram a afixar residência em um daqueles países ou simultaneamente nos dois. Nesta linha, um migrante proveniente de Ruanda afirmou que chegou a viver 2 anos na Tanzânia e 10 anos em Malawi, só depois disso veio fixar residência em Moçambique.

Há o caso de migrantes vindos de Ruanda e Burundi, que já haviam fixado residência e aberto negócio em outros países, mas passado algum tempo e por causa de dificuldades, tiveram que

sair de Malawi para Moçambique (Moatize 4). Neste sentido, um refugiado vindo de Ruanda apontou que saiu de Malawi porque a sua banca foi vandalizada. Outro refugiado oriundo de Burundi afirmou ter saído de Tanzânia porque naquele país tinham sido abolidos os campos de refugiados.

Outro itinerário indicado por um imigrante vindo de Somália, Quénia, Tanzânia e Malawi. Outro itinerário assinalado por um dos informantes deste grupo foi Benim, Nigéria, Camarões, Congo Brazzaville, RDC, Zâmbia, Tanzânia e Malawi. A última trajectória a que se fez referência nas entrevistas foi o de Quénia – Tanzânia – Moçambique.

Segundo a informação dos próprios refugiados e imigrantes económicos, os países utilizados como corredor para chegar a Moçambique são Malawi, Zâmbia, Tanzânia e Quénia. Neste contexto, uma religiosa entrevistada em Angónia, acerca das trajectórias, expressou-se deste modo:

> "depende, uns fazem trânsito e outros vêm directamente a Moçambique. Os que fazem trânsito escalam Malawi e Zâmbia e depois vêm a Moçambique" (Religiosa, Angónia).

Segundo os líderes religiosos, alguns refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos vêm directo a Moçambique, outros passam por países de trânsito como o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Tanzânia e, em alguns casos, a África do Sul.

O terceiro grupo de informantes, em relação ao itinerário dos refugiados e imigrantes económicos, refere que as entradas são Malawi e Tanzânia, como indicou um membro da Polícia da República de Moçambique:

> "muitos vêm directo a Moçambique, outros utilizam Malawi e Tanzânia como países de trânsito" (SERNIC, L1).

Esta informação foi dada também por outros informantes do grupo. Desta forma, pode-se concluir que o itinerário Tanzânia – Malawi – Moçambique é o principal.

O grupo dos funcionários aumenta mais países de trânsito: um funcionário do INAR indicou Malawi, Zimbabwe, África do Sul e Zâmbia (FM 2). Um segundo informante falou de Malawi e Zimbabwe como países de trânsito para se entrar em Moçambique. Ainda, volta-se a apontar Malawi e Tanzânia como trajectórias para se entrar em Moçambique (RL 1 – Angónia).

Para concluir esta parte dos informantes das instituições, sublinhe-se que uns vieram directamente para Moçambique, outros passaram por países de trânsito como Malawi, Zimbabwe, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia.

Apesar de não ser com muita certeza, pode-se mapear as seguintes trajectórias:

- República Democrática de Congo (partida) – Tanzânia (país de trânsito - via Rio Rovuma) – Moçambique (país de acolhimento);
- Burundi (partida) – Tanzânia (país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- Ruanda (partida) – Burundi (primeiro país de trânsito) - República Democrática de Congo (segundo país de trânsito) – Zâmbia (terceiro país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- República Democrática de Congo (partida) – Zâmbia (primeiro país de trânsito) - Zimbabwe (segundo país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- Ruanda (partida) – Quénia (primeiro país de trânsito) – Tanzânia (segundo país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);

- Ruanda (partida) - Malawi (primeiro país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- Ruanda (partida) – Congo (primeiro país de trânsito) – Tanzânia (segundo país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- Burundi (partida) – Tanzânia (país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- República Democrática de Congo (partida) – Burundi (primeiro país de trânsito) – Tanzânia (segundo país de trânsito) – Moçambique (país de acolhimento);
- Tanzânia (partida) – Costa de Marfim (primeiro país de trânsito) – Gana (segundo país de trânsito) – Togo (terceiro país de trânsito) – depois via Marítima para Moçambique (país de acolhimento).

Em relação às dificuldades no processo migratório, os migrantes, requerentes de asilo e refugiados relataram que todos passaram por situações adversas, como: fome, falta de local de alojamento nos países de passagem, falta de dinheiro para custear as despesas da viagem (passagem), falta de documentos, o que comprometia todo o processo. Para resolver estas dificuldades eram obrigados a fazerem "biscatos" para conseguirem alimentarem-se e pagar o transporte.

Um refugiado entrevistado em Angónia relatou que enfrentou várias dificuldades no processo migratório nestes termos:

> "enfrentei várias dificuldades. Quando sai do meu país deixei todos os meus bens, passei fome pelo caminho, recebi ordem de repatriamento" (Angónia, 3).

Os entrevistados referem que o itinerário migratório foi muito sofrido. As dificuldades de fome, falta de dinheiro para as des-

pesas de transporte e alimentação foram relatadas por quase todos os migrantes entrevistados. Apontou-se a falta de lugar para dormir e o recurso a hospedagens um pouco inadequadas para passar a noite ou mesmo ao relento. A questão da fome é referenciada também dentro dos campos de refugiados. Ainda, fez-se menção à discriminação em algum país de trânsito, como um migrante ruandês disse:

> "em Malawi sofri discriminação" (Angónia, 3).

Algumas dificuldades aparecem porque o acto migratório não foi algo preparado e os migrantes começam o percurso sem nenhum recurso. O viajar sem nenhum documento aumenta as dificuldades que o migrante terá durante o caminho. O facto de viajar sozinho pode constituir um risco adicional, de modo particular, o risco de cair nas mãos de mafias migratórias.

Não obstante as dificuldades relatadas, alguns refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos mencionam que tiveram ajuda seja de algum familiar ou de pessoas que conheceram durante a sua trajectória. E foi esse suporte material que os ajudou a chegar a Moçambique. Essa ajuda inclui o registo e a obtenção do cartão de requerente de asilo ou de refugiado, junto ao INAR, no momento de chegada. Os inqueridos tiveram que ir a Maratane (Nampula) para se inscreverem e passar a constar do banco de dados do INAR e neste processo, contaram com apoio e orientação de alguns familiares, conterrâneos e outros por iniciativa própria.

Além de pessoas anónimas, os inqueridos reconheceram ajuda das instituições públicas, como os municípios da Província de Tete e a Polícia da República de Moçambique, que lhes facilitou a obtenção do cartão de requerente de asilo. Referiu-se a esse facto um refugiado, chegado recentemente à Cidade de Tete:

> "quando cheguei apresentei-me à polícia, que me conduziu a Maratane, onde me registei e tive o cartão de requerente de asilo" (Tete, 2).

Entretanto, eles referem que a renovação destes documentos tem sido um grande problema. Acerca deste aspecto, um refugiado entrevistado em Moatize expressou-se deste modo:

> "a renovação do cartão do refugiado, quando este expira, leva muito tempo e a polícia interpela a pessoa quando não tem... (...)... e, em certas circunstâncias é necessário oferecer gorjeta para acelerar o processo da renovação" (B3).

Durante a pesquisa, alguns refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos disseram que tinham os documentos fora de prazo porque não conseguiam renovar, dada a burocracia existente. Ainda se referiram à dificuldade existente na atribuição da nacionalidade moçambicana.

No entender dos entrevistados, depois de muitos anos de residência, deviam ter acesso à nacionalidade. O facto de ter apenas cartão de refugiado ou de requerente de asilo não permite ter acesso a outros documentos como carta de condução, passaporte nacional. Foi nesta linha que um etíope falou das complicações que teve com a polícia, depois de se envolver num acidente enquanto dirigia com a carta do seu país. A polícia deteve-o e não considerou o cartão de refugiado que ele trazia, ademais maltratou-o durante o tempo da reclusão. Foi com ajuda do INAR que se resolveu a questão (Tete, 4).

A questão da morosidade ou dificuldade na renovação dos documentos parece que deve ser tomada com mais seriedade pelas autoridades, visto que muitos dos entrevistados acenaram que ficam com documentos expirados por muito tempo sem conseguirem renovar os mesmos.

O grupo dos informantes das instituições civis e policiais, a propósito da documentação, salientou que, em muitos casos, as entradas são irregulares (nós preferimos o termo irregular, embora eles utilizem o termo ilegal), entram sem nenhuma autorização das autoridades da migração, alguns são detidos nas fronteiras. Um funcionário da migração observou que

> "a falta da documentação de autorização para entrada no país afigura-se como principal dificuldade. O suborno e a corrupção têm sido a forma encontrada para resolver essa dificuldade" (FM 5).

Tendo em conta esse panorama, um técnico do INAR advertiu que os funcionários devem ser treinados para um tratamento humanizado, visto que em alguns casos os refugiados e imigrantes económicos são tratados como criminosos (FM 3; FM5).

O grupo dos líderes religiosos ressaltou também a falta de documentos, devido à entrada irregular. Falaram também do recurso à corrupção para obter os documentos e onerosidade do processo da renovação dos documentos migratórios (LR -2 Tete).

As dificuldades na renovação dos documentos podem afectar consideravelmente a integração à sociedade moçambicana, visto que, sem documentos em dia, é vedado o acesso ao crédito, à abertura de negócios, etc. Ademais, ter documentos expirados significa ter problemas com a polícia na rua ou com os serviços de Migração.

Quanto aos documentos para viverem de modo legal em Moçambique, apurou-se que uma parte possui o cartão de refugiado e outra parte tem cartão de requerente de asilo. Os inqueridos tiveram que ir a Maratane (Nampula) para se inscreverem e passar a constar do banco de dados do INAR e, neste processo, contaram com apoio e orientação de alguns familiares, conterrâneos e outros por iniciativa própria.

4.4 Integração laboral e Social

Depois de os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos chegarem a Moçambique, se não estiverem no campo de refugiados, eles procuram trabalho e residência. Em termos de trabalho para o auto-sustento, maior parte faz negócio, ou seja, tem lojas, bancas, onde vende produtos de mercearia, serviços de restauração (venda de comida), material de construção, desenvolve a agricultura (machamba de milho), etc., como ficou registado nas entrevistas feitas em Angónia aos imigrantes económicos, requerentes de asilo e refugiados:

> "eu tenho loja, produzo milho, feijão na machamba" (Angónia, 1).

Ou outro dizia:

> "faço negócio, tenho banca" (Angónia, 2).

O outro tipo de negócio a que se dedicam os inqueridos é a venda de roupa, como afirma um migrante entrevistado na Cidade de Tete:

> "vendo roupa na banca em Matundo" (Tete 1).

Há aqueles que têm como negócio a venda de material de construção no Mercado de Cambinde; outros vendem produtos alimentares e/ou bebidas alcoólicas. A venda de produtos alimentares é o negócio mais comum na maior parte dos migrantes entrevistados em Moatize e Cidade de Tete. Na Cidade de Tete, há migrantes que disseram que têm como fonte de rendimento a venda de acessórios de viaturas.

A dedicação ao negócio pode ser a única saída para eles, porque a condição de irregularidade em que alguns se encontram ou a falta de documentos profissionais, académicos e outros torna impossível o acesso ao emprego formal. Quase todos afirmaram

que nunca tiveram emprego formal, a não ser os informais, de modo particular o comércio informal.

Quanto à facilidade de emprego, uns disseram que não foi fácil. Há os que passaram os primeiros momentos da chegada vivendo de "biscatos" ou como ajudantes de camionista. Deste modo, nota-se uma dificuldade de inserção laboral nos primeiros momentos da chegada dos migrantes em Moçambique. Eles referiram que não é fácil inserir-se em outros sectores de actividade, dada a condição de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes desprovidos de documentação profissional, académica e outros. Do universo dos entrevistados, nenhum deles teve emprego formal em Moçambique.

Para os inqueridos, o facto de ser estrangeiro em a situação migratória influencia no momento de conseguir emprego em Moçambique. Neste sentido, se for refugiado, que abandonou o país de origem por motivo da guerra, é difícil, porque não se fará acompanhar de seus documentos. A falta de documentos, sejam eles de identificação, de estudos ou habilitações profissionais, condiciona a entrada no mercado laboral.

A estratégia de alguns foi começar a fazer trabalhos temporários, vulgos biscatos, só depois deram início a um negócio pequeno, que com o tempo foi crescendo. A experiência no campo de negócios e o facto de possuir documentos de residência em ordem aumentam a possibilidade de crescer na actividade económica. No entanto, para alguns, o negócio não anda, como afirmou um imigrante entrevistado na Cidade de Tete (Tete 5). Outro facto a ter em conta é a falta de financiamento bancário para começar um negócio.

É importante sublinhar que alguns migrantes, requerentes de asilo e refugiados empregam nacionais em seu negócio, como ressaltou um deles, entrevistado em Moatize:

> "emprego 2 pessoas no meu negócio de comida" (Moatize 3).

Este aspecto é relevante, porque é uma contribuição à criação de posto de emprego.

Estando muitos deles no comércio informal, interessa saber sobre a legalização da sua actividade comercial. Em relação a este aspecto, deram a conhecer que a legalização do negócio foi facilitada por conterrâneos, familiares, o INAR ou Conselho Municipal. O interesse de legalizar foi da iniciativa dos próprios interessados, embora ajudados por uma pessoa ou instituição.

No que concerne à ajuda feita por pessoas singulares ou familiares, disse um refugiado entrevistado em Moatize:

> "fui ajudado pelo meu irmão a abrir um negócio, ele já vivia em Moçambique" (B2).

Outras pessoas afirmaram terem sido ajudadas pelos vizinhos, Município, INAR e outros.

Na sua maioria, os imigrantes económicos, requerentes de asilo e refugiados, que conseguiram prosperar no negócio, contribuem com impostos para as finanças. Acerca deste aspecto, salientou um imigrante entrevistado em Angónia:

> "contratei as instituições para legalizar o meu negócio e começar a pagar imposto" (Angónia 1).

Dois imigrantes entrevistados em Moatize também referem pagar o imposto ao Município (Moatize 3 e Moatize 4). Esta consciência de dever de pagar imposto está presente na vida dos imigrantes, requerentes de asilo e refugiados. Sabem como os impostos são importantes para o desenvolvimento do país.

Sobre os mesmos aspectos, o grupo dos técnicos das instituições afirmou que 99% está no informal, só 1% está em outro

tipo de emprego, fundamentalmente em negócios, como venda de comida, roupa, material de construção, etc. Além do sector comercial, segundo estes informantes, dedicam-se à extracção mineira, como indicou um técnico de uma instituição civil:

> "o sector informal alberga a maioria percentagem, seguida da indústria extractiva" (FM 3).

No entanto, estes informantes ajudaram a entender outro tipo de emprego, que se pode considerar formal, como o técnico de INAR assinala:

> "alguns (congoleses) são contratados para dar aulas [...] outros, com o grau de licenciatura, dão aulas na universidade e alguns são enfermeiros" (FM2).

Os técnicos das instituições assinalaram ainda que os nativos têm mais alternativas que os migrantes, estes últimos têm mais barreiras que alternativas. Ademais, os que fazem negócios temem cobranças ilícitas, ameaças, apreensão dos produtos, impossibilidade de recorrer ao crédito bancário por falta de documentos. Outro informante tem opinião um pouco diferente, pois, para ele, as dificuldades envolvem aos moçambicanos e imigrantes, como disse um profissional do INAR:

> "o emprego é um desafio para todos. As dificuldades envolvem os moçambicanos e imigrantes. A precariedade incide mais nos imigrantes, por conta dos documentos comprovativos de estudos ou formação profissional, por isso preferem fazer negócio" (FM, 2).

Esta referência às dificuldades que enfrentam os imigrantes, requerentes de asilo e refugiados, os informantes deste grupo destacam a dificuldade para conseguir o reconhecimento ou equivalência dos seus diplomas e a elevada taxa de desemprego.

A burocracia no reconhecimento dos documentos, como aponta um agente do SERNIC, pode ser uma das explicações para a presença de muitos imigrantes e refugiados no sector informal:

> "eles estão mais presentes no sector informal. É mais prático e sem muita burocracia nos procedimentos" (FM 6).

Outro informante, técnico de Migração, assevera:

> "tem sido difícil para os que não possuem documentos e os que são contratados, obedecem aos trâmites legais. [...] por outro lado está o domínio da língua de comunicação, um requisito que nem sempre podem cumprir os estrangeiros..." (FM 6).

Outras dificuldades acrescidas: pagamento do DIRE e outras taxas, roubos dos produtos destinados ao negócio, documentos fora do prazo.

Há uma convergência entre os dois grupos de informantes em relação à possibilidade de empregar nacionais e pagamento de impostos, o que agrega valor à economia do país, como explicou um informante do INAR:

> "os imigrantes e refugiados agregam valor ao desenvolvimento, pois contribuem com divisas através da importação e pagamento de impostos" (FM, 1).

Outro informante afirmou:

> "existem imigrantes com muitas lojas e supermercados e empregam a moçambicanos" (FM, 2).

Ademais, segundo os informantes, existe uma abertura da parte das autoridades governamentais em acolher os empreendimentos dos imigrantes e refugiados, porque contribuem para a economia local.

O grupo dos líderes religiosos apresentou também a prevalência de trabalho informal nos imigrantes, requerentes de asilo e refugiados e disse que algumas mulheres, de modo particular originárias de Zimbabwe, para a sua sobrevivência, recorrem à prostituição. Este terceiro grupo ressalta as dificuldades na legalização de documentos e indicou que há preferência pelos estrangeiros, em alguns sectores de trabalho, porque os moçambicanos não transmitem confiança ou pelo facto de que os estrangeiros serem mão-de-obra barata e possuírem competência no trabalho.

Em relação à satisfação pelo trabalho que fazem, os refugiados e imigrantes económicos sentem-se integrados e dizem não haver discriminação baseada no factor migratório e que, de certo modo, receberam ajuda dos autóctones para a inserção no mundo laboral. Eles trabalham à-vontade, tanto com os nacionais como com outros estrangeiros. Referem ter boas relações laborais.

Tanto o grupo dos técnicos como o dos religiosos confirmam o bom relacionamento no campo laboral entre migrantes e nacionais. Um imigrante entrevistado em Tete elucidou:

> "sinto-me bem no trabalho. Fui bem recebido, sou tratado como todo o cidadão" (Tete 1).

Entretanto, houve um imigrante que afirmou que não se sente bem em trabalhar com os outros, prefere trabalhar sozinho.

O bom relacionamento com os nativos também foi realçado na integração no bairro de residência. A maioria conseguiu chegar ao bairro onde está a morar por orientação e ajuda de familiares e conterrâneos e socialização com nativos. E todos responderam que não foi difícil conseguir uma residência no bairro onde vivem. Não obstante, um imigrante afirmou que viveu um ano na rua e só depois conseguiu ter residência, com ajuda de um moçambicano.

No que tange à convivência com os vizinhos, os imigrantes, requerentes de asilo e refugiados falam de bom relacionamento. Um imigrante entrevistado em Moatize afirmou:

> "sinto-me bem aqui porque as pessoas são boas e sabem conviver [...] sinto-me em casa" (Moatize 1).

Outro imigrante entrevistado no mesmo distrito também salientou que se sentia bem integrado e possui uma boa convivência e relacionamento agradável com os vizinhos.

Os migrantes económicos e refugiados conseguem criar relações de amizade com todos. Um imigrante entrevistado em Moatize partilhou que se sente amigo de todos; costuma participar nas festas dos vizinhos e amigos sejam nativos ou estrangeiros. E acrescentou que se sente bem acolhido. A sã convivência exclui qualquer discriminação aos imigrantes económicos e refugiados. Nenhum imigrante económico nem refugiado relatou situações de discriminação por não ser nativo. Foi deste modo que um imigrante, entrevistado em Angónia, chegou a dizer:

> "sinto-me bem, vou morrer aqui" (Angónia 5).

Os técnicos das instituições afirmaram também haver boa convivência entre os imigrantes e os nativos. Em geral, os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos evitam conflitos com os nativos ou com outras pessoas. O relacionamento, segundo este grupo de informantes, é pacífico. A convivência tem sido boa e pacífica.

Todos os inqueridos afirmaram que se sentem integrados no sistema laboral moçambicano porque conseguem desenvolver seus negócios e cumprem com suas obrigações em termos de pagamento de taxas e outras despesas com empregados.

Para alguns refugiados e requerentes de asilo, foram factores determinantes para a fixação da residência em Moçambique a recepção que tiveram da parte dos que já habitavam o bairro ou a cidade e, por último, a convivência com os residentes do bairro, de modo particular os nativos.

Em relação ao acesso à vivenda, a maioria dos refugiados e migrantes conseguiu chegar ao bairro onde está a morar por orientação e ajuda de familiares e conterrâneos e socialização com nativos. E todos responderam que não foi difícil conseguir uma residência no bairro onde vivem. No entanto, muitos deles responderam que as casas onde vivem são de aluguer, porque encontram dificuldades financeiras quando se trata de construir a própria casa.

Alguns optam por viver no seu local de trabalho ou optam por fazer da casa a mercearia. Pode-se concluir que muitos recorrem ao arrendamento de casas nos primeiros momentos da chegada e os poucos que têm um grande poder económico adquirem as vivendas e só depois optam por construir uma casa própria.

A maioria conseguiu chegar ao bairro onde está a morar por orientação e ajuda de familiares e conterrâneos e socialização com nativos. E todos responderam que não foi difícil conseguir uma residência no bairro onde vive.

Em suma, em relação ao emprego, os migrantes têm um trabalho informal, ligado ao comércio, mas alguns se dedicam o trabalho agrícola ou mineração artesanal. Nas suas lojas ou pequenas empresas empregam tanto nacionais como estrangeiros, pagam os devidos impostos pela actividade comercial. Em termos de residência, nos primeiros momentos, recorrem ao arrendamento, só numa fase posterior, constroem casa própria. A convivência com os nativos e entre eles é pacífica.

4.5 Integração cultural e religiosos

Quanto à relação com os nativos em termos de língua de comunicação, os migrantes conseguem aprender a língua local. No concernente aos imigrantes entrevistados no distrito de Angónia, nenhum se expressa na língua portuguesa, mas sim conseguiram aprender línguas locais, como é o caso de Chichewa e Cinyungwe. Dos inqueridos neste distrito, a maior parte fala Chichewa e alguns aprenderam Cinyungwe. Em alguns casos, houve imigrantes que tiveram de utilizar um intérprete nas suas comunicações, de modo particular nos primeiros momentos da sua chegada a Moçambique. Os informantes do distrito de Moatize falavam, na sua maioria Cinyungue. Neste dois pontos da província de Tete, foi possível perceber-se que a língua portuguesa constitui dificuldade comparativamente à língua local, como deu a conhecer um imigrante, entrevistado em Moatize:

> "encontrei facilidade em falar o cinyungue, em relação ao português" (Moatize 1).

Outro imigrante, entrevistado no mesmo distrito afirmou:

> "na minha comunicação com os nativos falou em língua cinyungue" (Moatize 2).

Outros tantos afirmaram também comunicar-se nesta língua local. Na cidade de Tete, as questões eram colocadas e respondidas na língua portuguesa com excepção de um entrevistado que precisou de um tradutor, seu conterrâneo. Este, por sua vez, não falava nenhuma língua nacional.

Do total dos inqueridos, apenas uma pessoa (etíope) não conseguia falar nenhuma língua local. As línguas faladas pelos inqueridos são Chichewa, Cinyungwe e português. Embora haja casos em que os imigrantes económicos, refugiados e reque-

rentes de asilo falam um pouco de português e uma das duas línguas nacionais, em geral a aprendizagem da língua portuguesa torna-se mais difícil, ao passo que a aprendizagem das línguas locais é mais fácil devido à afinidade que existe entre as línguas africanas.

Em relação à mesma questão, sobre a integração linguística, veículo importante da integração cultural, os técnicos das instituições que trabalham com os imigrantes referem que estes têm recorrido às línguas nacionais para facilitar a comunicação com os nativos. Esta visão sustenta a assertiva da facilidade de aprendizagem da língua nacional e não do português, como um oficial afirmou:

> "os imigrantes fazem esforço para falarem a língua local. E têm tido facilidade e são ajudados pelos nativos" (FM 1).

E o mesmo acrescenta:

> "a questão da comunicação não constitui grande dificuldade porque há palavras comuns nas línguas bantus. Existe uma conectividade na comunicação".

Outros informantes deste grupo também ressaltaram que há domínio da língua que falam os nativos. Neste sentido, pode-se afirmar que as dificuldades da língua, que em alguns casos enfrentam os imigrantes, são sempre transitórias.

Os líderes religiosos afirmam que os imigrantes aprendem facilmente as línguas locais e, quando querem aprender a língua portuguesa, encontram entraves por causa da distância linguística que existe entre a sua língua e a portuguesa. Igualmente, a este respeito os imigrantes também sublinham que há um esforço por conhecer a língua local, talvez por ser importante no atendimento nos seus negócios.

Em relação à integração cultural e à convivência com os autóctones, os imigrantes reconhecem que há uma boa convivência e a integração cultural está a ser feita de modo satisfatório.

Depois da língua, a convivência com os nativos assume um elemento fundamental na integração. Neste sentido, as entrevistas apuraram que, em tempos de lazer, os imigrantes convivem com amigos, conterrâneos e nativos e todos responderam que se sentem bem em Moçambique. Os imigrantes convivem com outras pessoas do bairro ou quarteirão, disseram que eram muito boas, sentem-se muito bem com as pessoas com quem convivem. Foi neste contexto que um imigrante, entrevistado na Cidade de Tete, afirmou:

> "tento abrir as portas para todos os vizinhos, sem excepção, permito que meus filhos se relacionem com os nativos, participo nas festas e todas as cerimónias ligadas aos falecimentos" (Tete 2).

Quanto às dificuldades que encontram com os nativos em termos de comunicação, responderam que no início, ou seja, aquando da chegada eram enormes, mas foi necessária vontade, persistência e sobretudo ajuda de conterrâneos que já viviam há mais tempo para superar essas dificuldades. No início, o uso de gestos ajudou bastante em algumas situações. Com ajuda de empregados nativos e a socialização, ultrapassaram as dificuldades.

A integração cultural é um processo que segue um bom ritmo, por causa das afinidades que existem entre a cultura que se vive em Tete e as dos imigrantes presentes naquela região do país, como esclareceu um imigrante, entrevistado em Angónia:

> "não tive problemas em integrar-me culturalmente aqui, a minha cultura não tem muita diferença com a que se vive aqui" (Angónia 4).

Ele sublinhou ainda que na cultura dos nativos o respeito é muito importante, por isso gosta da cultura daqui. Outro imigrante,

entrevistado na cidade de Tete, observou que muitas práticas culturais são semelhantes, as tradições sobre o casamento e lobolo são as mesmas que se vivem na sua terra natal, por isso sente-se bem recebido e vê que há muita coincidência cultural, como as formas de dançar, as canções populares, a língua semelhante (Tete 1).

Alguns imigrantes, entrevistados em Angónia, referiram-se à dança Nyau como um dos atractivos culturais e que parece um verdadeiro património cultural. No entanto, para alguns, é uma dança que mete medo (Moatize 1). Não obstante, reconhecem as grandes semelhanças culturais na dança, com variante no ritmo do tocar dos batuques e cânticos.

Os inqueridos têm empreendido esforços para seguirem costumes e hábitos dos nativos. Alguns hábitos e costumes têm sido por eles considerados distantes da sua cultura. Por exemplo, em Angónia eles têm visto alguns nativos a comerem carne de gato, formas de vestir e a dança Nyau. Quanto aos motivos, alegaram que África é rica em diversidades culturais. Todos responderam que gostam dos hábitos culturais daqui. Apontaram a dança Nyau e seus dançarinos apelidados de "Campines" como algo que mais lhes chama atenção. Para eles, não existe algo que os incomoda.

Questionados se a cultura moçambicana é muito diferente das suas, alguns responderam que sim outros nem tanto. Justificando alguns disseram que o continente africano alberga uma gama de diversidade cultural e que em algumas regiões existem semelhanças.

Quando questionados se praticavam alguma religião, todos responderam que sim, tendo apontado as seguintes: cristã e muçulmana. Para a maioria, a religião era a mesma que tinham no seu país. No distrito de Angónia, alguns foram obrigados a deixar de rezar na Igreja Católica e passaram a frequentar a Igreja Pentecostal por motivos de língua de comunicação.

Quanto ao relacionamento com os irmãos moçambicanos na religião que frequentam, todos responderam que tem sido boa. Na profissão da sua religião eles têm a facilidade de se comunicar com seus conterrâneos na sua língua, obtendo apoios diversos, e também com os nativos que os têm apoiado na comunicação (língua local e nacional).

4.6 Acesso aos direitos sociais

O acesso aos direitos prestacionais é uma vertente importante na integração dos imigrantes. Quanto ao acesso aos serviços públicos e instituições os inqueridos responderam que não existem dificuldades. Foi neste contexto que um refugiado de origem ruandesa, entrevistado em Angónia, falou da falta de barreiras para aceder aos serviços de saúde e educação nestes termos:

> "encontro facilidade no acesso a educação dos meus filhos. Nunca tive problemas quando necessitei de cuidados de saúde. Fui ao hospital e fui atendido como qualquer pessoa" (Angónia 2).

Outro refugiado da mesma nacionalidade simplesmente respondeu:

> "tenho acesso à saúde, não me recordo de ter tido complicações" (Angónia 3).

Assim também afirmou um refugiado de origem burundesa (Angónia 4). Outro refugiado de Ruanda ressaltou:

> "tenho tido acesso a tudo, à saúde e à educação das crianças" (Angónia 5).

Ainda outro refugiado, de origem congolesa, entrevistado na Cidade de Tete, referiu-se a esta concessão dos direitos sociais utilizando estas palavras:

> "tenho ido ao hospital sem problemas. Não pago nada pelos serviços sanitários. Os meus filhos têm documentos estudam na escola pública. Nos bancos sou bem recebido e nas instituições de justiça também" (Tete 1).

Apesar de afirmarem que têm acesso a todos os direitos, quando há dificuldades eles recorrem ao INAR, como partilhou um refugiado de origem burundesa, entrevistado em Moatize:

> "tenho acesso a todos os direitos, mas em caso de dificuldades recorro a INAR" (Moatize 2).

O grupo dos funcionários, como informantes, indicou os problemas de renovação dos documentos como entraves o acesso aos direitos socais, como afirmou um funcionário de SENAMI:

> "a falta de documentação afigura-se como principal dificuldade para o acesso à saúde e a educação dos filhos" (FM 7).

O grupo dos líderes religiosos sublinhou que não há discriminação no acesso aos direitos sociais. As dificuldades que os refugiados enfrentam são também encontradas pelos nativos no momento de aceder a estes direitos.

4.7 Similitudes e diferenças entre a imigração da zona Sul e Centro do país

Em relação às causas de expulsão e atracção, encontramos semelhanças profundas entre as duas regiões. Há uma diferença pequena no que se refere aos factores de atracção, visto que na região Centro, a questão da mineração artesanal tem servido de atracção para os imigrantes que decidem viver nesta zona.

A outra diferença é da aprendizagem da língua: os imigrantes económicos, requerentes de asilo e refugiados que se fazem ao Centro do país aprendem mais rápido as línguas locais. A razão disto é dupla: por um lado, na zona Centro, as línguas locais são mais utilizadas nas relações comerciais, enquanto no Sul do país, elas têm menos força; por outro, há mais proximidades linguísticas entre as línguas vernáculas dos imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo e as faladas em Tete.

As actividades a que se dedicam no Sul do país são as de comércio, poucos são os casos em que têm como actividade principal a agricultura. Também são poucos os que possuem empregos formais. A única diferença substancial com a zona Centro é a prática da mineração seja ela artesanal ou industrial.

Encontram-se também bastantes semelhanças no acesso à residência. Em quase todos os itinerários começam-se por aluguer, ajudados pelos conterrâneos ou amigos moçambicanos. Com o passar do tempo, escolhem um bairro, de acordo com as suas possibilidades económicas e influência de conterrâneos, onde constroem as suas casas.

Em termos de convivência, em ambas as regiões, todos referem haver boa convivência e poucos casos de litígios e, consequentemente, consideram o povo moçambicano acolhedor e de boa hospitalidade. Os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos convivem de forma salutar com os nativos, seja no ambiente de trabalho, seja no dia-a-dia da vizinhança.

No que tange ao acesso aos direitos sociais, os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos não se sentem excluídos do acesso aos mesmos, porque os seus filhos podem frequentar as escolas em igualdade de circunstâncias com os nativos. Além disso, afirmaram que têm acesso aos cuidados de saúde e à justiça sem nenhuma discriminação nas duas regiões. Pode-se afirmar há similitude na integração destes colectivos.

Igualmente, no contexto religioso, apareceram elementos semelhantes como o facto de praticarem a mesma religião que tinham no seu país e o bom ambiente que se vive com os crentes da mesma igreja.

CAPÍTULO V
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E IMIGRANTES ECONÓMICOS NO NORTE DO PAÍS

5.1 Contextualização

A situação do Norte de Moçambique, quanto aos movimentos migratórios, a exemplo de outras regiões do país, é marcada por situações críticas resultantes da instabilidade política, provocada por conflitos armados e ataques que provocam a imigração. Esta zona enfrenta muitos problemas humanitários que incluem guerras, desastres naturais e instabilidade política, o que faz com que as pessoas procurem refúgio em outros países.

Embora a região Norte seja a que recebe mais imigrantes por conta do Campo dos Refugiados que se localiza na Província de Nampula, existem aspectos conjunturais que influenciam nas grandes dificuldades que se enfrentam neste processo de acompanhamento dos movimentos migratórios. Dentre os vários aspectos evidenciam-se os casos de conflito e insegurança que se vivem na Província de Cabo Delgado, os quais geram insegurança e incentivam deslocamento de pessoas; fluxo dos imigrantes africanos que acorrem para a zona Norte em busca de melhores condições de vida, procurando oportunidades de negócio; fragilidade institucional que se preocupa com a onda de entrada de imigrantes ilegais com fortes suspeitas de estarem numa situação de envolvimento das redes de crimes organizados; condições humanitárias que se relacionam com as dificuldades que as províncias enfrentam no atendimento de todos que precisam e, finamente, o impacto económico que se alia à contribuição que estes imigrantes trazem com os diferentes empreendimentos fixados nas províncias.

5.2 Província de NIASSA

O presente estudo foi realizado na Província de Niassa, com enfoque na cidade de Lichinga. A investigação teve como principal objectivo mapear e analisar os factores determinantes da imigração na província, bem como as trajectórias migratórias, os processos de integração laboral, social e cultural, as dinâmicas das práticas religiosas e as condições de acesso a direitos sociais por parte dos imigrantes e refugiados. Para este estudo, foram entrevistadas quatro pessoas, sendo dois (2) imigrantes e dois (2) líderes religiosos em representação da Igreja Católica no distrito.

No entanto, vale destacar que não foram feitas entrevistas a representantes de instituições sociais ou órgãos governamentais que lidam com esse grupo algo, por motivos de indisponibilidade, o que de certa forma pode ser considerado uma limitação do estudo, uma vez que a ausência desses actores impede uma visão mais abrangente das políticas públicas e redes de apoio disponíveis ao nível das instituições que velam por esta camada. Assim, o quadro a seguir resume:

PROVÍNCIA	Niassa
LOCAIS DA PESQUISA	Distrito de Lichinga (4)
GRUPO ALVO	Imigrante Económico (1); Refugiado (1); Religiosos (2);
PAÍS DE ORIGEM	Etíopia, Burundi E Moçambique
Nº DE INQUIRIDOS	4 Pessoas

Fonte: Elaboração Própria

5.2.1 Causas da Imigração (atracção e expulsão)

Entende-se por causas como sendo os motivos, ou seja, aquilo que determina a existência de algo ou explica porque algo aconteceu. Nesta parte destacam-se as causas de atracção, ou seja, as razões que fazem com os imigrantes sejam atraídos a escolher Moçambique como país de preferência e de destino e as causas de expulsão, as razões que determinam que os imigrantes saiam do seu país e se refugiem em Moçambique. Assim, em termos de atracção, as entrevistas dirigidas aos imigrantes, realizadas na cidade de Lichinga, apontaram que a principal causa de imigração é a procura de melhores condições de vida, algo que no seu país de origem não tinham, como se pode ver no testemunho de um dos entrevistados:

> "[...] a procura de melhores condições de vida." (RL1).

Outro acrescentou:

> "Mudança de Vida" (RL2).

Como se pode depreender com o depoimento acima apresentado, a procura por melhores condições de vida é o principal motivo da imigração para a Província do Niassa e ela foi mencionada com frequência pelos entrevistados imigrantes. Além disso, outra razão que está na escolha de Moçambique como destino é o facto de ser um país africano acolhedor, o que facilita a decisão de imigração, especialmente para quem compartilha elementos culturais ou religiosos semelhantes aos do seu país de origem. Igualmente foi destacada a facilidade que Moçambique oferece no acesso ao trabalho como outro factor atractivo, com oportunidades disponíveis para as diferentes destrezas que os imigrantes apresentam.

Os depoimentos dos líderes religiosos entrevistados na região de Lichinga identificaram quatro factores-chave que impulsionam

os fluxos migratórios para a Província de Niassa, a saber:

i. Oportunidades comerciais;

ii. Facilidade de acesso ao mercado de trabalho;

iii. Actividades missionárias;

iv. Busca de melhores condições de vida.

No que se refere às oportunidades comerciais, a localização estratégica de Niassa, aliada à fronteira com Tanzânia e Malawi, atrai comerciantes e pequenos empresários em busca de melhores condições para actividades comerciais. Como causa de expulsão, os actores entrevistados, líderes religiosos referem que a fuga por motivos de conflitos armados tem sido destacada como a principal causa de migração. Muitos migrantes chegam à região como refugiados de guerra, especialmente de países como Congo e Burundi, em que a situação de instabilidade política e violência são predominantes.

De acordo com os líderes religiosos entrevistados, no geral, Moçambique continua a ser um destino escolhido por ser considerado um país pacífico e acolhedor, com liberdade religiosa e com poucas restrições para a obtenção de documentos, quando comparado aos países vizinhos. A componente religiosa é mencionada e mostra-se relevante, com o deslocamento tanto de fiéis quanto de líderes espirituais para actividades de cunho religioso, como se pode ler:

> "Saem e fundam seitas religiosas aqui em Moçambique com a facilidade dos governantes e para os católicos são missionários que vêm para o anúncio do Evangelho"(RL4).

Os achados demonstram a complexidade dos movimentos migratórios na região, que combinam factores de expulsão (como os conflitos) com elementos de atracção (como as oportunidades económicas). Os líderes religiosos, por terem contacto directo

com essas comunidades, revelaram-se informantes privilegiados para compreender essas dinâmicas.

O comércio e as oportunidades informais foram também apontados como elementos decisivos para fazer de Moçambique o destino preferido para muitos migrantes estrangeiros.

5.2.2 Trajectórias Migratórias

Por trajectórias migratórias entende-se como sendo as vias físicas e a rota que as pessoas usam para sair de um ponto geográfico para outro, seja dentro de um país como para fora dele, podendo ser caminhos legais (caminhos que seguem normas estabelecidas) e ilegais (caminhos que não obedecem às regras ou leis em uso no país de destino).

Questionados sobre as trajectórias usadas, os imigrantes e refugiados entrevistados na cidade de Lichinga (RL1–RL4) descreveram percursos migratórios que, na sua maioria, se deram de forma directa dos países de origem até Moçambique. Entre os relatos, um entrevistado especificou que o trajecto foi realizado por via aérea:

> "vim de avião - Etiópia - Maputo, por isso não tive dificuldades" (RL1).

Este caso ilustra uma excepção em que a imigração decorreu sem obstáculos significativos, permitindo a chegada segura e rápida ao país de destino.

Todos os inquiridos referiram que já tinham ponderado a possibilidade de viver fora do seu país natal antes de concretizar a imigração. Essa decisão foi impulsionada por dois factores principais: a procura de melhores condições de vida, facto que não têm nos seus países de origem, e a necessidade de escapar à insegurança

decorrente de conflitos armados persistentes. Esses elementos foram determinantes na escolha de Moçambique como destino final, associado à percepção de paz e oportunidades económicas.

Os líderes religiosos entrevistados confirmaram as informações prestadas pelos imigrantes, sublinhando que grande parte dos imigrantes chega a Moçambique vindo directo do seu país de origem. Contudo, os actores entrevistados acrescentaram que existe um número não negligenciável de imigrantes que opta por percursos por países de trânsito antes de alcançar o território moçambicano, como referiu um dos líderes:

> "directos para Moçambique, outros África do Sul, Tanzânia e Malawi" (RL4).

Este testemunho revela que, embora muitos imigrem sem escalas prolongadas, as rotas através da África do Sul, Tanzânia e Malawi são utilizadas por imigrantes que procuram alternativas seguras ou logísticas para atingir o seu destino.

A combinação destes relatos demonstra que, em Niassa, os padrões migratórios oscilam entre trajectórias directas e percursos com países intermediários, sendo a escolha influenciada por factores como segurança, rapidez da viagem e possibilidade de evitar riscos associados a conflitos ou perseguições nos países de origem. Quanto às dificuldades, as mais significativas surgem após a chegada a Moçambique, destacando-se a aquisição e regularização de documentos, considerada um dos maiores obstáculos à integração legal:

> "Dificuldades na aquisição dos documentos em Moçambique" (RL4).

Os custos associados ao processo são elevados, conforme relatado:

> "Custo de vida, renda de casa muito elevada, loja, muito dinheiro a pagar na migração para tratar documentos, contrato de trabalho na direcção muito alto" (RL1).

A morosidade burocrática também afecta a emissão de documentos essenciais, como indica outro depoimento:

> "Documentos de refugiados custa para ter" (RL2).

Outro problema que se tem em conta e frequente após a chegada é o acesso à moradia, descrito como custoso e difícil de obter, agravando a vulnerabilidade inicial das famílias imigrantes.

Deste modo, pode-se dizer que as trajectórias migratórias para Província de Niassa se caracterizam não apenas pelo percurso físico até ao país, mas também pelas barreiras administrativas e financeiras enfrentadas no processo de estabilização inicial.

5.2.3 Integração laboral

Por integração laboral entende-se o processo de inserção das pessoas no mercado de trabalho, que compreende a adaptação de um novo funcionário à cultura e aos valores de uma determinada equipa numa empresa, com o objectivo de seu engajamento como parte da empresa.

Olhando os dados dos actores entrevistados, tudo indica que a integração laboral dos imigrantes e refugiados na província de Niassa é caracterizada como, praticamente, "inexistente", isso porque os entrevistados afirmaram não se sentirem integrados no sistema laboral moçambicano e destacaram a ausência de oportunidades de emprego formal, sendo os refugiados os mais afectados devido aos obstáculos adicionais para inserção no mercado de trabalho. Acrescentado, um dos entrevistados apontou a questão dos custos elevados como principal barreira:

> "Não porque é difícil trabalhar com elevados valores a pagar no Estado." (RL1).

Os relatos dos entrevistados apontam que a falta de documentos válidos, associada à burocracia excessiva e custos elevados, são as maiores barreiras de acesso ao trabalho formal em Moçambique para os imigrantes e refugiados. Outro aspecto, não menos importante, mencionado pelos entrevistados tem a ver com o baixo domínio da língua portuguesa, o que constitui um dos maiores entraves. Como resultado, a maioria dos imigrantes depende do comércio informal, actividade que exige pouco capital inicial e proporciona rendimento mínimo para a sobrevivência e adaptação à vida normal, pois a vida fica condicionada ao fraco poder de compra que tem sido um problema para levar avante as outras actividades. Nesta senda de integração laboral, um dos entrevistados relatou que tem havido a interrupção das suas actividades devido a dificuldades económicas:

> "Fazia negócios, agora já parei" (RL2).

Quando questionados sobre experiências laborais anteriores, todos declararam nunca ter tido emprego formal, justificando a situação com declarações que evidenciam frustração:

> "Não é fácil, toda ordem de dificuldades" e "Difícil, prefiro não comentar" (RL1 & RL2).

Esta realidade demonstra que a integração laboral está profundamente condicionada pela situação documental irregular, por limitações linguísticas e elevados custos de regularização, facto que cria barreiras aos imigrantes no acesso ao emprego, fazendo com que optem por outras actividades informais e precárias.

Apesar das dificuldades de acesso ao mercado formal, os imigrantes descrevem que existe um bom relacionamento com

colegas e clientes nas actividades informais de subsistência e salientam que tem havido interacções de uma forma positiva:

> "existe, sim, bom relacionamento" (RL1& RL2).

Ainda neste item de integração laboral, os líderes religiosos entrevistados apresentaram uma visão mais crítica ao processo de integração laboral, considerando que está "difícil" e "não tem sido fácil" (RL3, RL4). Na sua alocução, os líderes religiosos referem que os imigrantes, quando não conseguem a integração laboral formal, e como meio de sobrevivência, acabam enquadrando-se no sector de "Comércio, Agricultura e saúde, para os médicos nigerianos" (RL3), áreas que, na percepção dos actores entrevistados, oferecem poucas barreiras de entrada, mas não garantem estabilidade laboral.

Quando questionados sobre o grau de integração, os líderes religiosos reconheceram que, apesar de alguns conseguirem estabelecer-se,

> "Nem todos estão integrados, os refugiados não encontram emprego em Moçambique" (RL4).

Na componente de dificuldades, os líderes religiosos apontam que as principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes estão relacionadas à legalização documental, abrangendo desde títulos de residência até a regularização de negócios, como ilustram os depoimentos:

> "de toda ordem, DIRE difícil de obter e valor alto cobrado pela migração" (RL3) e "Legalização de documento e língua para comunicação com os nativos" (RL4).

Estes factores, somados aos elevados custos e barreiras linguísticas, perpetuam a exclusão do mercado laboral formal e reforçam a dependência do sector informal.

5.2.4 Integração Social e Cultural

A integração social e cultural refere-se ao processo de inserir todas as pessoas ou grupos numa sociedade, permitindo que todos tenham acesso aos recursos e oportunidades, tendo em vista o intercâmbio e a fusão de valores, tradições e práticas das várias culturas. O objectivo central na integração social e cultural é a construção de uma sociedade mais justa e coesa, onde a segregação e exclusão devem ser evitadas e promovidas as relações sociopositivas entre os membros da comunidade ou os indivíduos próximos. Neste sentido, o processo de integração social e cultural, conforme analisado neste estudo, compreende três componentes principais: habitação, convívio com a população nativa e incorporação cultural local.

No que concerne ao primeiro aspecto sobre habitação, o estudo investigou como os imigrantes e refugiados conseguiram estabelecer-se nos bairros onde residem e procurou perceber as dificuldades enfrentadas para encontrar um local próprio para habitação. Ao serem questionados, os participantes imigrantes apresentaram respostas convergentes, afirmando que o processo de acesso à moradia foi complexo. Segundo relatos, "não é fácil, é difícil ter casa própria, custo de vida" (RL1 e RL2). Tal complexidade decorre da inserção dos imigrantes em ambientes geográficos desconhecidos, sem condições mínimas iniciais e sem apoio efectivo para a sua acomodação.

Em relação ao convívio com os moradores nativos, os entrevistados descreveram o processo como gradual. Inicialmente, tem havido episódios de desconfiança e barreiras linguísticas; entretanto, com o decorrer do tempo, desenvolveram relações positivas de vizinhança. Quando indagados sobre as suas relações interpessoais no bairro, relataram que possuem "Bom relacionamento,

> [...] Sinto-me muito bem com as pessoas aqui" (RL1 e RL2).

Assim, os imigrantes económicos e refugiados manifestam uma convivência pacífica e harmoniosa com vizinhos e demais membros da comunidade local, sentindo-se acolhidos.

Ao abordar o mesmo tópico com os líderes religiosos, estes corroboraram a percepção de uma boa convivência entre imigrantes e nativos, destacando que há "boa convivência e se integram na comunidade, exemplo os nigerianos contribuem na construção da igreja local e na comparticipação com valores de dízimos" (RL4). Tal participação comunitária, especialmente por parte de imigrantes nigerianos, que colaboram activamente na vida religiosa, inclusive por meio de doações e pagamento de dízimos, promove maior valorização e respeito dentro da comunidade local.

A este respeito, um líder religioso mencionou a existência de sentimentos de rejeição em relação aos imigrantes, atribuídos à rápida inserção destes no comércio local, facto que gera ciúmes ou resistência entre os moçambicanos e imigrantes:

> "há inaceitação dos nativos, porque os estrangeiros rapidamente se envolvem no comércio" (RL3).

As entrevistas indicam que, apesar das dificuldades, existe um sentimento geral de pertença, com os imigrantes relatando sentirem-se bem em Moçambique, mesmo diante de desafios como o elevado custo de vida e as dificuldades para a obtenção da documentação que lhes confere a nacionalidade moçambicana.

Quanto ao factor linguístico, as experiências são predominantemente positivas, demonstrando que a língua local não representa barreira insuperável. Os imigrantes relatam falar os idiomas locais, alguns com fluência, fruto do tempo prolongado de residência no país, conforme o expresso em "falo pouco, Jawa" (RL1) e "Sim, consigo porque estou muitos anos em Moçambique" (RL2).

No que diz respeito às diferenças culturais, os imigrantes sentem-se respeitados pelos nativos quando expressam as suas tradições, como evidenciado pela expressão "Respeitam muito" (RL1 e RL2). Todavia, são reconhecidas divergências culturais significativas em aspectos como hábitos alimentares, formas de respeito e vestuário, onde os próprios entrevistados afirmam que

> "São diferentes, é diferente em comidas, vestes e respeito" (RL2).

Essas diferenças culturais podem trazer nas pessoas sentimento de estranheza ou dificuldades iniciais para os imigrantes, mas eles afirmam que é algo que não cria muita timidez neles, pois conseguem lidar muito bem com esta situação.

Ao questionar o grupo de líderes religiosos sobre a questão da identidade cultural nas comunidades, eles assumiram a posição de que

> "Cada um quer assumir sua cultura" (RL3) e que cada grupo "mantém seus usos e costumes de sua terra" (RL4).

Para este grupo, a estratégia mais eficaz para superar barreiras culturais reside no engajamento no aprendizado da língua local, como foi relatado pelos religiosos:

> "para nós religiosos somos submetidos a 3 meses de aprender a língua portuguesa e até a língua local" (RL3).

Outro líder enfatizou:

> "o jeito é se esforçar em aprender a língua para não ficar isolados" (RL4).

Portanto, a assimilação linguística é vista como o principal meio de superar desafios culturais e facilitar a integração social.

Em suma, com estes depoimentos, entende-se que a integração cultural dos migrantes é uma realidade, apesar dos desafios aliados aos ciúmes no início de cada uma das relações interpessoais nos dois grupos (imigrantes e nativos). Com o passar do tempo, manifesta-se uma relação social positiva que permite a interacção entre eles, promovendo, desta forma, uma convivência num ambiente saudável.

5.2.5 Integração Religiosa

Integração religiosa é o processo que leva o indivíduo inserir-se numa comunidade e, como resultado, ele se sente parte da comunidade religiosa. A integração religiosa pode servir como um elemento fundamental à vida, porque proporciona um ambiente seguro para a expressão cultural.

À luz das questões sobre a integração religiosa, os actores entrevistados disseram que a prática religiosa dos imigrantes se mantém alinhada às crenças de seus países de origem, conforme evidenciado na declaração:

> "praticam a mesma religião dos seus países" (RL4).

Destacam-se, entre essas práticas, o catolicismo e o islamismo, exceptuando-se os grupos que trazem para Moçambique as seitas específicas de suas regiões de origem.

Quanto à pergunta sobre aceitação da sua religião, de maneira geral, os entrevistados imigrantes apontam para uma boa aceitação e acolhimento por parte das comunidades religiosas locais, resultando em relações harmoniosas tanto entre imigrantes quanto com os moçambicanos, como exemplificado nas falas:

> "Nenhuma dificuldade, bom relacionamento" (RL1) e "Boa relação" (RL2).

A maioria dos participantes afirmou não enfrentar dificuldades relacionadas à sua fé, indicando que a sua inserção religiosa satisfaz plenamente suas necessidades espirituais. Um dos entrevistados expressou essa satisfação ao afirmar:

> " A inserção responde às minhas necessidades espirituais" (RL2).

Nesse contexto, em resposta a este aspecto de integração religiosa, os relatos dos imigrantes referem que há integração efectiva sobretudo durante as celebrações religiosas, onde cristãos moçambicanos e nigerianos rezam em conjunto e convivem sem exclusões ou preconceitos.

Ainda nesta categoria de integração religiosa, um dos líderes religiosos, ao dar a sua resposta, reforça essa percepção dizendo:

> "há um bom relacionamento entre cristãos nigerianos e moçambicanos, eles se juntam e rezam juntos sem arrogância" (RL4).

Na visão deste líder religioso, as igrejas locais, em colaboração com as organizações assistenciais como as Caritas Diocesanas, desempenham um papel fundamental no acolhimento e suporte inicial aos imigrantes, contribuindo para a sua inserção social e religiosa. Desta forma, o acolhimento a imigrantes e, consequentemente, a sua inserção religiosa contribuem para o enfrentamento das dificuldades inerentes à imigração. Essa actuação é descrita por um líder religioso que relata:

> "A igreja Católica nunca desprezou a ninguém. As Caritas Diocesanas ajudam as pessoas necessitadas e desfavorecidas, respondendo os quatro verbos do Papa Francisco" (RL4).

Um aspecto relevante mencionado por alguns líderes religiosos é a relação entre a imigração e o crescimento do número de seitas religiosas no país, apontados como consequência da flexibilidade

governamental na autorização da criação de novas igrejas. A este respeito, os líderes religiosos referem:

> "Sim, culpa do governo que permite a criação de mais seitas... Os estrangeiros em Moçambique têm relação proporcional sim com o aumento de seitas religiosas" (RL3 e RL4).

A partir dessa análise, os líderes religiosas referem que neste cenário se observa que a liberdade de culto em Moçambique pode ser apontada como um factor que facilita a escolha de Moçambique como o país de destino, sobretudo como local de residência pelos imigrantes.

Em relação à pergunta referente aos desafios enfrentados, os líderes religiosos indicam que as barreiras linguísticas representam obstáculos significativos à inserção em funções pastorais, conforme evidenciado pela declaração:

> "Depende do processo de sua integração, não podem desempenhar função pastoral por causa da língua" (RL4).

Em algumas congregações, os religiosos estrangeiros são submetidos a um período de três meses para aprendizagem da língua portuguesa e, em determinados casos, da língua local, o que favorece a sua integração e participação activa na vida religiosa e comunitária.

5.2.6 Acesso a Direitos Sociais

Por acesso aos direitos sociais entende-se como processo de garantia, pela entidade máxima de um país, de direitos fundamentais, assegurando condições mínimas de vida e bem-estar para os cidadãos migrantes. Incluem, neste rol de direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o lazer, o transporte, a previdência social, a protecção a maternidade e a

infância e assistência aos desamparados. Para tudo isto, o Estado deve garantir a implementação destas políticas publicas. No caso vertente de acesso aos direitos sociais, um dos maiores desafios apontados pelos imigrantes entrevistados relaciona-se com as dificuldades enfrentadas para a obtenção e renovação dos documentos oficiais necessários para o exercício pleno dos direitos sociais. A falta e a demora no acesso a esses documentos carrega consigo inúmeras limitações no acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e, sobretudo, a inserção no mercado de trabalho formal. Para os imigrantes entrevistados esse aspecto é crucial, pois a documentação legalizada representa um requisito fundamental para a inclusão social e económica dos imigrantes. Desta forma, a falta de documentação afecta, directamente, a capacidade de os imigrantes usufruir plenamente dos direitos humanos universais:

> "fica difícil ter e procurar emprego sem documentação"(RL1).

Ademais, apesar das barreiras burocráticas mencionadas pelos imigrantes e pelos religiosos, os entrevistados reconheceram que, de modo geral, Moçambique oferece condições relativamente favoráveis para o acesso a serviços públicos, quando a documentação está regularizada. Um dos participantes expressou essa percepção de maneira clara:

> "Bom, sou bem tratado no hospital" (RL2).

Isto evidencia que, em termos de atendimento em saúde pública, existe uma disposição para acolher os imigrantes.

Um entrevistado, ao falar do sistema de saúde local, manifestou certa insatisfação ou desconfiança, porque foi maltratado e, por essa razão, optou em buscar tratamentos médicos no exterior, o que pode reflectir dificuldades de acesso ou qualidade percebida nos serviços nacionais, conforme relatado:

> "Trato a minha saúde no estrangeiro minha saúde e nenhum filho está em Moçambique" (RL1).

Essa escolha pode também estar relacionada a factores socioeconómicos ou a experiências pessoais, ressaltando um desafio para a universalização e equidade no acesso à saúde para os imigrantes.

No tocante à educação, as entrevistas não indicam com clareza a presença de crianças matriculadas em instituições de ensino moçambicanas, sugerindo a possibilidade de que os imigrantes entrevistados ainda não tinham filhos em idade escolar ou que tivessem optado por outras modalidades para a educação dos seus dependentes. Essa ausência de dados limita a análise do acesso educacional, mas abre espaço para investigações futuras sobre a inclusão escolar dos filhos de imigrantes no contexto local.

Quanto ao acesso à justiça, este não foi explorado pelos entrevistados durante as entrevistas, o que pode sugerir duas hipóteses: a primeira, de que os imigrantes entrevistados ainda não enfrentaram situações que demandassem a utilização do sistema judicial; e a segunda, que haja desconhecimento ou dificuldades no entendimento do funcionamento do sistema judicial moçambicano. Esse cenário aponta para a necessidade de acções institucionais voltadas para informar e facilitar o acesso à justiça para esses grupos vulneráveis, garantindo que seus direitos sejam efectivamente acautelados.

Em suma, o acesso aos direitos sociais por parte dos imigrantes aparenta não enfrentar barreiras institucionais, a não ser algo relacionado à documentação legal, pois todos os entrevistados se sentiram engajados nos locais de residência e no ambiente social por eles vivido.

5.3 Província de Nampula

Este estudo foi conduzido na Província de Nampula, com enfoque específico nos distritos da Cidade de Nampula, Murrupula e Nacala-Porto. De igual modo, o estudo teve como propósito central identificar e compreender os principais factores que impulsionam a imigração na província, aprofundando a compreensão das trajectórias migratórias, dos processos de inserção social, laboral e cultural, das dinâmicas que envolvem as práticas religiosas e das condições de acesso aos direitos sociais por parte de imigrantes e refugiados.

Para a realização desta pesquisa, foram entrevistadas onze (11) pessoas, sendo seis (6) imigrantes e cinco (5) líderes religiosos. Nesta província não tivemos representantes das instituições que velam por este grupo alvo de migrantes, por se mostrarem indisponíveis. Por esse motivo, essas entrevistas não foram concretizadas, o que resultou na ausência de contribuições de instituições sociais ou órgãos governamentais que representam essa parcela da população.

A seguir, apresenta-se o quadro-resumo contendo as principais informações da investigação:

PROVÍNCIA	Nampula
LOCAIS DA PESQUISA	**Distrito:** Nampula Cidade (6); Murrupula (2); Nacala-Porto (3);
GRUPO ALVO	Imigrantes (6); Religiosos (5);
PAÍS DE ORIGEM	Ruanda (2); Rdc (4); Moçambique (5)
Nº DE INQUIRIDOS	11 Pessoas

Fonte: Elaboração Própria

5.3.1 Causas de imigração

Entende-se por causas como sendo os motivos, ou seja, aquilo que determina a existência de algo ou explica porque algo aconteceu. Nesta parte destacam-se as causas de atracção, ou seja, as razões que fazem com os imigrantes sejam atraídos a escolher Moçambique como país de preferência e de destino e as causas de expulsão, as razões que determinam que os imigrantes saiam do seu país e se refugiem em Moçambique.

Os migrantes entrevistados na Província de Nampula revelam que os principais factores que impulsionam os fluxos migratórios para esta província combinam elementos de expulsão dos países de origem e factores de atracção próprios da realidade moçambicana.

Entre os factores de expulsão, sobressaem as situações de conflito armado, perseguições políticas e insegurança generalizada que assolam países como República Democrática de Congo e Ruanda, e conflitos étnicos-religiosos no Mali. Vários entrevistados relataram que deixaram seus países em condições forçadas, sem planeamento, fugindo de guerras e perseguições étnicas ou políticas, como ilustram os depoimentos abaixo:

> "Não foi minha opção sair do meu país porque tudo foi decidido com meu pai que estava a ser perseguido [...]" (RNs1);
>
> "Lá em Congo [...] há muita luta de etnia entre os povos [...] e só por saberem que nasci na capital há quem nem me gosta" (RNs2);
>
> "A guerra não quer acabar até hoje [...] não tive opção e acabei fugindo apenas com a roupa do meu corpo" (RNs3);
>
> "Uma das coisas que me fez estar aqui e permanecer por muito tempo é por ser longe do meu país. Aqui é difícil aquela guerra nos encontrar" (RNs6)

> "Não foi uma decisão voluntária, aqui vim em busca de paz" (RNs7).

Outros inquiridos relataram fugas prolongadas, utilizando países vizinhos como corredores temporários, devido ao risco de perseguição nos campos de refugiados próximos às suas fronteiras, como se pode notar nas seguintes declarações:

> "Chegou um tempo em que as pessoas que nos perseguiam [...] vieram para Tanzânia [...] decidimos refugiar para Malawi, e mesmo assim continuaram nos perseguindo [...] decidimos fugir para Moçambique e aqui trocamos os nomes" (RNs6).

Com os relatos observados em Nampula, não só por parte dos imigrantes, mas também dos líderes religiosos, pode-se notar que a maioria dos imigrantes deixou os seus países de forma forçada, sem planeamento, em consequência directa de várias formas de conflitos. Assim, a decisão de imigrar não partiu deles, mas foi imposta pelas circunstâncias de conflito armado nos países de origem. A violência e a instabilidade política continuam a marcar os locais de origem, tornando inviável o regresso. Além disso, as trajectórias migratórias são frequentemente marcadas por fugas prolongadas e em etapas, sob o risco de perseguição nos campos de refugiados.

Um outro factor de expulsão revelado pelos emigrantes tem a ver com a busca de um lugar com paz e estabilidade. Este aspecto surge como um denominador comum. Assim, o deslocamento destes imigrantes foi essencialmente involuntário e motivado pela necessidade urgente de preservar a vida, recorrendo a trajectórias migratórias complexas, marcadas pelo medo, insegurança e múltiplas fugas.

No que concerne aos factores de atracção para Moçambique, os entrevistados indicaram o ambiente pacífico e seguro, a estabilidade económica, o clima acolhedor dos nativos e a liberdade religiosa:

> "A primeira palavra que posso falar é paz, aqui em Moçambique encontramos paz e muita tranquilidade para viver" (RNs1 e RNs4);

Os líderes religiosos acrescentam dizendo

> "O que lhes traz aqui em Moçambique é a convivência pacífica, não há conflitos tribais nem raciais" (RNn); "Eles viram como sítio estável. No nosso país reina paz e é um com muita liberdade" (RNs6); "Principal factor de virem a Moçambique é mesmo por causa de paz" (RNs7).

Outro factor percebido como favorável é o potencial de exploração de recursos minerais em algumas localidades do Distrito de Murrupula e a facilidade para desenvolver negócios na cidade de Nampula.

Estes relatos evidenciam que, além dos conflitos, a busca por um ambiente pacífico, seguro e estável é factor também decisivo, contrastando fortemente com as realidades de violência nos países de origem. Moçambique é amplamente percebido como um país acolhedor, onde reina a paz e a convivência pacífica, livre de conflitos étnicos e raciais. Essa percepção é reforçada pelos líderes religiosos, que sublinham a importância da harmonia social e da ausência de tensões tribais como elementos decisivos na escolha do destino. Em síntese, a estabilidade social, a paz e a liberdade surgem como os elementos centrais que tornam Nampula um refúgio seguro e atractivo para os imigrantes.

Outro factor de atracção recorrentemente mencionado pelos entrevistados é oportunidade de sustento. Moçambique, em particular Nampula, é descrito pelos emigrantes como um espaço com maior facilidade de se estabelecerem actividades comerciais, sobretudo no comércio informal e na mineração artesanal, sectores que exigem documentação menos rigorosa e baixo investimento inicial:

> "Sim pensei em vir a Moçambique já tinha alguns amigos que saíram do nosso país para vir fazer negócios aqui de venda de pecas de automóveis e me actualizaram que era um bom sítio para fazer negócio" (RNs4).

Ademais, um outro factor que determina a escolha de Moçambique como destino preferido prende-se com o facto de haver paz neste país e, especificamente Nampula, existir um Campo de Refugiados de Maratane, onde se concentram milhares de requerentes de asilo e refugiados, atraindo aqueles que buscam uma estrutura de acolhimento formal:

> "Seria injusto na minha resposta não iniciar que principal factor de virem a Moçambique é mesmo por causa de paz e"(RNs7)

A componente religiosa também foi destacada como um dos factores de atracção, pois os emigrantes associam a liberdade de culto à presença de redes missionárias que facilitam a integração inicial, como referiram alguns entrevistados:

> "Também a prática religiosa é um dos factores visto que num país em Paz é fácil converter as pessoas [...]" (RNs7); "O que lhes atrai aqui em Moçambique [...] é a convivência pacífica [...] e o factor religioso também conta muito" (RNn).

Além da paz e estabilidade, um entrevistado menciona outro factor que influencia a escolha de Nampula como destino, a presença de comunidades imigrantes já estabelecidas. Para estes imigrantes, o facto de ter outros imigrantes no país é um sinal de que, escolhendo Moçambique como país de destino, se pode ter um suporte social onde a presença dos conterrâneos pode ser tida como um factor aconchegante.

Neste sentido, a presença dos conterrâneos facilita a adaptação e proporciona um sentimento de pertença, uma vez que os recém-

-chegados encontram redes de apoio social, cultural e religioso que os ajudam a reconstruir suas vidas. Assim, Moçambique, e particularmente Nampula, torna-se não apenas como um local seguro, mas também como um espaço onde a convivência harmoniosa e a solidariedade entre as comunidades favorecem a integração dos imigrantes.

5.3.2 Trajectórias Migratórias

As trajectórias migratórias dos imigrantes a Moçambique variam conforme as causas que os impulsionaram a deixar os seus países de origem. No caso deste estudo, os imigrantes económicos e refugiados entrevistados descreveram rotas percorrendo vários países e marcadas por desafios físicos, económicos e psicológicos. Alguns entrevistados descreveram trajectórias dolorosas e inseguras, tentadas em fuga de conflitos e perseguições:

> "foi caracterizada de muitos desafios durante a caminhada que não desejo para nenhum ser humano neste mundo" (RNs1); "A minha trajectória migratória não foi boa porque eu já estava totalmente concentrado. Viver no luxo e de repente se ver na rua [...] foi nada bom" (RNs2); "Andei até que os pés ficaram todos a doer, mas não podia parar [...] aquilo foi um autêntico sofrimento na sua totalidade" (RNs3); "Foi péssima, não tinha dinheiro e dormíamos ao ar livre. Não tinha documentos durante esta caminhada" (RNs7).

Os depoimentos acima apresentados mostram que as trajectórias migratórias relatadas pelos imigrantes em Nampula foram percursos profundamente marcados por dificuldades físicas, económicas e psicológicas, consequência directa das condições forçadas que os levaram a deixar os seus países de origem. Muitos descrevem experiências dramáticas, caracterizadas por privações extremas, falta de recursos e insegurança constante.

A quebra abrupta do conforto e da segurança foi destacada por RNs2, que se viu "de repente na rua", e por RNs7, que enfrentou a viagem sem dinheiro, documentos ou abrigo, dormindo ao relento. Assim, as trajectórias migratórias aqui apresentadas evidenciam não apenas a urgência da fuga, mas também o impacto profundo da deslocação forçada na integridade física e emocional dos imigrantes. Tudo isto tem sido descrito pelos emigrantes como sendo uma trajectória de lembranças não positivas, dadas as dificuldades que enfrentam no percurso, desde o país de origem até ao de destino, que é Moçambique.

Falando concretamente de trajectória, sobretudo das rotas utilizadas por estes imigrantes, os depoimentos indicam dois padrões principais: Entradas directas para Moçambique, normalmente quando a motivação principal está ligada a negócios ou oportunidades económicas e percursos por países de trânsito, sobretudo para imigrantes da República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda, que atravessam Tanzânia, Zâmbia e Malawi antes de chegarem a Nampula:

> "Alguns imigrantes saem directamente dos seus países para Moçambique. Mas os da região dos Grandes Lagos [...] passam por outros países até a sua penetração em Moçambique. O motivo é que fogem de guerras, conflitos étnicos-religiosos e tribais bem como da fome" (RNs5; RNn); "Aqui depende da motivação [...] para aqueles que fogem de guerra não falta passar em algum país que faz fronteira com Moçambique [...] aquelas que têm motivação de negócios já vêm directo" (RNs6); "Passam por vários países antes de chegar em Moçambique [...] principalmente se for por via terrestre tens obrigação de passar num país vizinho" (RNs7).

As principais portas de entrada terrestre mencionadas incluem as fronteiras da Província de Niassa e a fronteira com a Tanzânia, frequentemente atravessadas por zonas pouco controladas, como as do rio Rovuma (em Cabo Delgado) e do Lago Niassa (em Niassa).

Após cruzarem a fronteira, muitos requerentes de asilo são encaminhados para o Campo de Refugiados de Maratane, principal centro de acolhimento em Nampula:

> "Primeiro chegamos na fronteira de Niassa [...] a Cáritas veio nos apoiar [...] até Nampula, onde fomos levados para o campo de refugiados de Maratane. Tivemos visita do ACNUR e do INAR, onde fomos registados [...] para termos estatuto do refugiado levou 7 anos" (RNs7).

Pode-se reconstruir as rotas dos imigrantes entrevistados, geralmente passando por outros países africanos, antes de se fixarem em Moçambique, estabelecendo os seguintes percursos mais recorrentes:

- Ruanda → Tanzânia → Malawi → Moçambique
- Congo → Angola → Zâmbia → Moçambique
- Congo → Tanzânia → Moçambique
- Congo → Malawi → Moçambique
- Congo → Angola → Moçambique
- Mali → Moçambique

A partir desta descrição, conclui-se que as rotas migratórias até Moçambique são complexas, longas e frequentemente realizadas em múltiplas etapas. Observa-se que Tanzânia, Malawi e Zâmbia funcionam como corredores de passagem frequentes, muitas vezes utilizados de forma temporária. Essas trajectórias reflectem tanto a necessidade de escapar rapidamente de situações de conflito, quanto a busca por locais mais seguros e estáveis, ainda que impliquem percursos marcados por incertezas, riscos e permanências transitórias. Além disso, evidencia-se que Nampula surge no final dessas rotas como um destino percebido como mais seguro e distante das zonas de conflito, consolidando-se como espaço de refúgio para imigrantes de diferentes origens africanas.

Quanto às dificuldades relatadas por estes emigrantes no percurso, destacam-se a fome, a carência de abrigo e a falta de documentos, o que limita a circulação durante o percurso e no destino, sob o risco de ser considerado ilegal no país e ser passível de repatriamento:

> "A questão de falta de dinheiro para se alimentar durante a viagem e documentação são as principais dificuldades encontradas" (RNs7);
>
> "A maior dificuldade é a aquisição documental, vistos e passaportes quando os grupos são grandes e tem sido a cesta básica (alimentação) " (RNs5);
>
> "As dificuldades são várias, uma das quais por falta de documentação que lhes faz ter uma imigração ilegal" (RNs6).

Estas narrativas evidenciam que, para a maioria dos migrantes, a chegada a Nampula representa o fim de percursos longos e penosos, marcados por insegurança e incertezas, pela necessidade de apoio institucional para a regularização documental e integração inicial.

5.3.3 Integração Laboral

A integração laboral dos imigrantes em Nampula enfrenta desafios importantes, especialmente relacionados a limitações organizacionais e burocráticas. A maioria dos entrevistados relata dificuldades no acesso ao mercado formal de trabalho, destacando questões como a falta de documentação válida e os processos legais complexos como os principais obstáculos, como expressaram:

> "Não é fácil. A dificuldade é quando entrega um documento que mostra que é refugiado ou estrangeiro" (RNs1);

> "Não temos facilidade. Aqui ainda continuo com aquela resposta que por saberem que sou estrangeiro há várias coisas que não me vai deixar participar..." (RNs2);
>
> "Não há projectos para dar emprego aos refugiados. Eu pessoalmente desenhei vários projectos [...] ninguém se dá tempo de aprovar porque sabem que se trata de um refugiado e [...] associam-nos como marginais" (RNs2);

Um líder religioso acrescenta uma perspectiva realista, mas que aponta para a existência de caminhos possíveis:

> "Poucos deles conseguem empregos se não for aqueles que já vêm trabalhar numa empresa do amigo" (RNs7).

Apesar desses desafios, há um reconhecimento crescente da necessidade de superar essas barreiras para ampliar a inclusão laboral. As oportunidades formais, ainda que limitadas, estão, em muitos casos, associadas a profissionais com qualificações específicas, como relatou um dos entrevistados:

> "Não me sinto porque ainda as empresas apenas contratam professores e médicos refugiados e isso não é algo fácil para ter" (RNs1).

Esse cenário indica que, apesar das dificuldades, há espaços para crescimento e integração progressiva, especialmente por meio de acções que reconheçam o potencial dos imigrantes e promovam a regularização documental e capacitação profissional. A busca por projectos e iniciativas que facilitem essa inclusão pode transformar gradualmente as barreiras em oportunidades concretas, abrindo caminho para uma maior participação desses grupos na vida económica local.

Apesar de a maioria dos imigrantes entrevistados relatar não ter experiência significativa no mercado de trabalho formal, alguns mencionaram passagens breves por empregos em sectores como creches e outras actividades similares. No entanto, essas experiências foram descritas como instáveis e marcadas por precariedade, caracterizadas por contractos temporários:

> "Não foi fácil conseguir emprego. Aqui vivesse sorte [...] já tinha oportunidade de trabalhar na escolinha Creche da Paz e quando meu contracto terminou entrou uma outra pessoa" (RNs1).

Essa situação evidencia a dificuldade enfrentada pelos imigrantes para se inserirem de forma consolidada no mercado formal, seja por limitações no reconhecimento de suas qualificações, barreiras burocráticas, ausência de redes de apoio ou até mesmo pela falta de documentação adequada. Além disso, a precariedade do trabalho formal, quando conseguido, reforça a necessidade de políticas públicas e iniciativas que promovam a inclusão laboral desses grupos, garantindo direitos e condições dignas de trabalho. A informalidade, por sua vez, acaba por ser a alternativa mais comum, apesar das limitações associadas, devido à maior facilidade de acesso e menor exigência documental.

A questão da língua também é apontada por um líder religioso como um entrave para o exercício profissional:

> "[...] Questão de língua é um factor negativo no exercício do seu trabalho".

Dessa forma, a integração económica dos imigrantes permanece precária, com muitos dependendo de redes informais ou relações pessoais para conseguirem alguma forma de trabalho.

Grande parte dos entrevistados sobrevive de actividades informais como comércio, costura, garimpo (em Murrupula), igrejas e agricultura de subsistência. Essas áreas exigem baixo investimento inicial e menor controlo documental, como se nota nas palavras dos próprios imigrantes:

> "Aqui nós vivemos de machambas onde conseguimos tirar a nossa alimentação" (RNs1); "Faço negócios de venda de produtos na minha loja porque não há emprego em nenhum sítio que aceita um refugiado" (RNs6);
>
> "O pouco das ofertas dos irmãos em Cristo e outras missões religiosas consigo viver. Fui emprestado uma machamba onde pratico agricultura para alimentar a mim e a minha família [...] Não tenho emprego e nunca tive emprego em Moçambique. Aqui vivo na graça de Deus porque tudo depende dele" (RNs7).

Um líder religioso acrescenta:

> "Alguns que eu conheço são garimpeiros, outros compram produtos como por exemplo batata-doce e revendem na cidade de Nampula. A maior parte deles vive de negócios" (RNs7).

Uma minoria dos entrevistados relata experiências positivas, especialmente quando consegue empreender e abrir negócios próprios:

> "Sinto-me porque me permitiram abrir meu negócio em Nacala Porto e no futuro gostaria de abrir mais outras lojas noutros bairros" (RNs6).

Esses relatos evidenciam que, apesar das dificuldades, o empreendedorismo representa uma via promissora de inclusão económica e de conquista de autonomia para muitos imigrantes.

Os líderes religiosos confirmam a predominância do sector informal como principal campo de actuação laboral:

> "A maior parte dos imigrantes em Moçambique estão presentes no sector de negócio informal, sendo poucos que se encontram nas instituições do governo" (RNs5); "Por falta de emprego muitos deles vivem de negócio [...] estes já vêm com um dinheiro preparado para abrir os seus negócios" (RNs7).

A actividade informal, embora marcada por instabilidade, torna-se um espaço de resiliência e criatividade, permitindo aos imigrantes construir meios de vida sustentáveis, mesmo diante das barreiras de acesso ao mercado formal. Assim, embora a inserção no mercado formal ainda apresente desafios significativos, a actividade empreendedora surge como uma alternativa viável para gerar rendimentos e ampliar horizontes. O sector informal, longe de ser apenas uma solução temporária, constitui um pilar essencial da sobrevivência económica dos imigrantes, funcionando como espaço de oportunidades, inovação e integração comunitária. Este cenário evidencia a capacidade de os imigrantes transformarem dificuldades em estratégias de sustento.

Um dos entrevistados descreve que, no Campo de Refugiados de Maratane, a integração laboral está essencialmente restrita às oportunidades proporcionadas por agências humanitárias, destacando a presença de algum apoio estruturado para os que lá residem:

> "Para meus irmãos refugiados que estão no campo de Maratane [...] têm sido ajudados com emprego dentro do campo com ACNUR, agora para nós que estamos fora cada um vive da sua maneira" (RNs6).

Fora do campo, a realidade mostra-se mais desafiadora. A discriminação e o estigma associados ao estatuto de refugiado dificultam significativamente o acesso ao mercado de trabalho, mesmo quando os imigrantes possuem competências para contribuir de forma efectiva em alguma actividade. Um entrevistado relata:

> "Quando as pessoas ouvem que és um refugiado, és humilhado e não te escolhem, mesmo sabendo que temos capacidade como qualquer outra pessoa" (RNs3).

Essa experiência evidencia que, enquanto alguns encontram auxílio nas estruturas humanitárias dentro do campo, os refugiados que buscam autonomia fora dele enfrentam maiores barreiras, dependentes sobretudo de redes informais, iniciativa própria e persistência para garantir meios de subsistência.

No que diz respeito às relações de trabalho, as experiências relatadas pelos imigrantes revelam um panorama diverso e, por vezes, desafiante. Alguns descrevem tensões internas e dificuldades de convivência, especialmente quando partilham espaços com outros imigrantes:

> "A relação não era boa, mas eu suportava. Aqui no campo entre nós não nos gostamos sempre procuramos nos odiar entre nós" (RNs2).

Esses episódios ilustram como as pressões do contexto migratório e as condições de trabalho podem gerar conflitos interpessoais.

Há também relatos de experiências positivas, evidenciando momentos de cooperação e relações harmoniosas, sobretudo quando o trabalho é desenvolvido com nativos, de forma independente ou em colaboração com familiares. Exemplos disso são notados nos comentários de alguns imigrantes:

> "Na altura a única amiga com a qual eu me entendia no trabalho era uma moçambicana e outros não nos dávamos muito bem" (RNs1);
>
> "Aqui trabalho sozinha [...] a relação com os meus clientes está tudo bem" (RNs3);
>
> "Não há problemas porque faço negócios com minha própria família" (RNs6);
>
> "Minha relação com os moçambicanos é boa" (RNs7).

Esses relatos demonstram que, apesar das barreiras iniciais, muitos imigrantes conseguem estabelecer relações de respeito e cooperação, fortalecendo vínculos sociais no ambiente de trabalho. Assim, a integração social laboral apresenta-se como uma realidade multifacetada, oscilando entre desafios de convivência e a construção de relações positivas, sobretudo quando baseadas no respeito mútuo e em redes de confiança.

5.3.4 Integração Social e Cultural

O processo de integração social e cultural dos imigrantes em Nampula evidencia desafios iniciais, mas também demonstra avanços significativos nas três dimensões principais: habitação, convivência com a população nativa e adaptação cultural.

Habitação – No que se refere ao acesso à moradia, a experiência é heterogénea. Muitos relataram que, ao chegarem como requerentes de asilo, foram contemplados com terrenos e algum apoio material básico para construção, como está expresso nos relatos:

> "Não foi difícil [...] o tempo que nós chegámos em Moçambique já estavam a distribuir tendas pelo ACNUR e depois numa outra altura tivemos apoio em material para construção das nossas casas" (RNs1, RNs4).

Outros entrevistados mencionaram muitos desafios para encontrar uma moradia digna, apontando que o apoio das instituições sociais foi limitado a terrenos e lonas, cabendo-lhes buscar os demais recursos:

> "Não foi fácil porque quando cheguei a acção social [...], apoiaram-me apenas com lona e outras coisas disseram-me para procurar. Aonde eu ia apanhar o material se eu acabava de entrar no campo de refugiados?" (RNs2). "Não foi fácil ter uma residência porque apenas tinham-me oferecido lona para cobertura e eu próprio tinha que arranjar formas para construir a casa [...]. Consegue imaginar como foi difícil fazer isso?" (RNs3).

Para os que chegaram com alguns recursos financeiros ou indicações de compatriotas, o desafio maior foi o elevado custo para adquirir uma moradia própria, levando muitos a recorrer ao arrendamento. Contudo, há casos de sucesso que demonstram progressos na integração habitacional:

> "[...] Tenho uma casa no campo de Maratane e tenho uma casa na cidade de Nampula, isto no bairro de Matadouro" (RNs2).

Assim, a componente de integração habitacional dos imigrantes em Nampula é marcada por uma experiência heterogénea, variando entre o apoio inicial limitado e os desafios significativos para garantir uma moradia digna, enfrentando dificuldades financeiras e logísticas. Com o tempo, alguns conseguiram melhorar suas condições de moradia, demonstrando avanços no processo de integração.

Convivência com nativos – As relações sociais com a população local são descritas como progressivamente positivas. Inicialmente marcadas por desconfiança natural em relação ao recém-chegado, transformam-se em convivência harmoniosa e amizade. Os imigrantes entrevistados relatam boa convivência e essas palavras são confirmadas por líderes religiosos:

> "Vivemos bem" (RNs7) "Aqui minha convivência com os moçambicanos é mais saudável" (RNs1) "Sempre que chega um ser desconhecido [...] há sempre um grande receio e medo [...] à medida que o tempo vai passando [...] chega-se ao momento de relação harmoniosa e amizade" (RNs5; RNn). "A convivência entre os imigrantes e os nativos, no bairro ou quarteirão é pacífica" (RNn). "Na cidade de Nampula verifica-se uma comunicação familiar entre estrangeiros e nativos" (RNs6).

- **Embora alguns imigrantes tenham enfrentado situações pontuais de suspeita ligadas ao contexto da insurgência em Cabo Delgado, gerando abordagens policiais e exigência de documentos, esses episódios não comprometem o panorama geral da convivência:**

> "Pelo conflito que existe em Cabo Delgado e pelas pessoas saberem que nós fugimos de guerra nos nossos países há quem nos associa à insurgência. Infelizmente existiu um dia que recebemos as autoridades policiais no nosso quintal que queriam saber da nossa identidade e outras questões de segurança do bairro" (RNs2).

O lazer contribui para fortalecer laços sociais, com relatos de convívio com amigos, familiares, comunidades religiosas e moçambicanos locais. As actividades incluem encontros com amigos e familiares, interacção com membros da igreja e práticas de lazer, como assistir a jogos de futebol e leitura da Bíblia.

No campo de refugiados de Maratane, contudo, a convivência entre imigrantes de diferentes nacionalidades pode apresentar tensões, exigindo, em alguns momentos, mediação institucional, como se nota nos depoimentos seguintes:

> "A convivência aqui é complicada porque cada um vem tentar dominar o outro [...] para não ter grandes conflitos é necessário se humilhar" (RNs1, RNs4).
>
> "Entre os refugiados no centro de Maratane [...] houve focos de conflito; o governo de Moçambique teve que intervir" (RNn).

Apesar de desafios iniciais e tensões pontuais, a convivência entre imigrantes e a população local em Nampula evolui para relações harmoniosas e amistosas. Muitos relatam laços de amizade e comunicação familiar com os moçambicanos, fortalecidos por actividades de lazer e pela convivência religiosa. Mesmo episódios isolados ligados à desconfiança não comprometem o panorama geral, que se destaca pela integração social progressiva e um ambiente de convivência pacífica. Essa sensação é complementada pelo sentimento de acolhimento, tranquilidade e segurança, como a maioria dos entrevistados expressa: "

> A paz e segurança que eu procurava encontrei neste país, então me sinto bem" (RNs2); "A paz que eu procurava encontrei aqui. Me sinto em paz" (RNs3).

Adaptação cultural – Culturalmente, os imigrantes relatam sentir-se respeitados, embora reconheçam diferenças em hábitos alimentares, vestuário e rituais tradicionais. A barreira linguística é apontada como a maior dificuldade inicial, mas geralmente superada com apoio de amigos, líderes religiosos ou intérpretes:

> "Macua é algo bem difícil de falar, mas consigo escutar algumas coisas que eles falam na minha frente" (RNs4). "Não

> falo nenhuma língua e respeito todos os costumes que a população me apresenta" (RNs3).

Alguns entrevistados, apesar de estranharem determinados costumes, demonstram esforço para respeitar a cultura local, como se pode ver em seus relatos:

> "Não gosto, mas procuro respeitar" (RNs2), "Alguns gostos e alguns não gosto. Aquelas danças tradicionais e não percebo porque as mulheres fazem os ritos de iniciação" (RNs1).

As diferenças na alimentação são citadas com frequência, como no caso do consumo de camarão ou rato, considerados estranhos em seus países de origem. Entretanto, muitosmostram-se abertos a novas experiências:

> "Cultura que você encontrou, pessoalmente eu não escolho porque sou um missionário. Já comi ratos numa das minhas missões religiosas. Há alimentos que na minha terra eu me recusava a comer porque considerávamos não ser comestível aqui vejo no mercado a venderem, eles consideram como um peixe cheguei a experimentar e gostei" (RNs3).

Outros manifestam admiração pela cultura moçambicana, especialmente pela solidariedade e acolhimento das pessoas:

> "O que gosto de Moçambique é que as pessoas daqui têm costume de saudar todas as pessoas que encontram na rua mesmo sem conhecer" (RNs7); "Gosto sim dos hábitos de Nampula [...]. Aqui as pessoas se respeitam apesar de terem várias culturas, no meu país saberem que você vem do Norte ou oeste já é um problema, lá te consideram como se não tivesses estudado" (RNs3).

No que se refere ao respeito cultural, os imigrantes em Nampula apresentam percepções distintas. Para alguns, suas tradições são aceitas e não sofrem interferências, havendo até curiosidade e influência cultural mútua. Outros, porém, relatam episódios de desvalorização, quando práticas culturais são questionadas ou pouco compreendidas, gerando comentários depreciativos, como ilustram os depoimentos abaixo:

> "Alguns respeitam e outros não querem nem saber" (RNs1);
>
> "Não é respeitada a nossa cultura, eles falam se não quer seguir a nossa cultura volta para o vosso país" (RNs2);
>
> "Posso dizer que é respeitada porque ninguém se intromete. Por exemplo, tenho amigos que vieram participar num funeral [...] acharam estranho nos ver a bater batuque, beber álcool enquanto realizamos enterro, mas respeitaram" (RNs3);
>
> "Sim, aqui respeitam nossa cultura e é por isso que podes ver algumas moçambicanas usando roupas como congolesas" (RNs7).

A falta de conhecimento sobre as culturas dos imigrantes explica parte das divergências relatadas, mas a maioria afirma conseguir preservar suas tradições sem grandes conflitos. A convivência cultural, embora enfrente desafios pontuais, tende a ser marcada por respeito mútuo e abertura ao intercâmbio, favorecendo um cenário de coexistência pacífica onde a diversidade cultural é valorizada. As actividades religiosas e comunitárias fortalecem essa convivência harmoniosa, contribuindo para relações mais sólidas entre imigrantes e população local.

5.3.5 Integração Religiosa

A integração religiosa dos imigrantes, em Nampula, mostra-se, de forma geral, positiva, marcada pela liberdade de culto, acolhimento das comunidades locais e preservação das tradições espirituais. A diversidade religiosa é ampla, com presença de muçulmanos, cristãos e membros de seitas independentes, e a maioria relata boa convivência com fiéis moçambicanos, reforçada pela actuação de líderes religiosos que frequentemente mediam conflitos e apoiam a integração social:

> "A nossa relação é boa, nos entendemos porque todos estamos na paz de Cristo" (RNs1), "Como na igreja tratamos de Deus, todos lá somos irmãos e somos bem acolhidos" (RNs6).

Apesar disso, surgem desafios, como são os casos de barreiras linguística e o estatuto socioeconómico, que limitam a participação plena, sobretudo em funções pastorais:

> "Os imigrantes encontraram algumas dificuldades na profissão da sua religião sobretudo por causa da língua" (RNs5; RNn).

Também há tensões internas, como disputas por liderança e partilha de ofertas, ligadas à diversidade de denominações. Mudanças de afiliação religiosa são frequentes, muitas vezes por necessidade, vocação ou ausência de congregações do país de origem:

> "Aqui sou Pentecostes, é diferente daquela que eu praticava no meu país" (RNs1, RNs3).

O acolhimento institucional, especialmente da Igreja Católica e da Cáritas, desempenha papel central no apoio aos imigrantes, oferecendo protecção e integração:

> "Prestam assistência a vários níveis para o bem-estar social dos imigrantes no acolhimento, protecção e integração" (RNn).

A liberdade religiosa também permitiu a proliferação de novas igrejas abertas por imigrantes, líderes religiosos e alguns entrevistados apontam que a imigração contribuiu para o aumento do número de igrejas e seitas religiosas, muitas vezes motivado pela liberdade religiosa no país, como se pode notar nestas declarações:

> "Há, sim, uma relação entre imigração e o aumento do número de igrejas, visto que a maior parte dos imigrantes que chegam a Moçambique saem dos seus países em que há muita proliferação de seitas religiosas [...] e querem continuar a professar a mesma religião" (RNs5, RNn);
>
> "Aqui durante muito tempo via-se Igreja Católica, hoje só vimos igrejas de metro em metro [...] eles conseguem ter liberdade de criar sua própria igreja" (RNs6);
>
> "Com a pobreza do nosso país não duvido que a imigração aumentou o número de igreja. Nem toda igreja é mesmo para ganhar almas, outros estão mesmo para ganhar dinheiro" (RNs7).

Em síntese, a prática religiosa constitui uma rede fundamental de apoio emocional e social, que reforça o sentimento de pertença, promove o intercâmbio cultural e contribui para a integração harmoniosa dos imigrantes em Nampula, mesmo diante de barreiras linguísticas e desafios internos à comunidade.

5.3.6 Acesso a Direitos Sociais

Os imigrantes entrevistados em Nampula relatam acesso satisfatório aos serviços públicos, especialmente na área de saúde, e não se sentem excluídos do sistema. Contudo, o acesso

pleno aos direitos sociais permanece condicionado à situação documental, que representa a principal barreira à integração. A obtenção e renovação de documentos – cartões de refugiado, autorizações de residência e documentos emitidos pelo ACNUR – foi unanimemente apontada como o maior desafio, conforme os depoimentos que se seguem:

> "Dificuldades na aquisição dos documentos em Moçambique" (RNn);
>
> "Documentos de refugiados custa para ter" (RNs2);
>
> "Para termos estatuto do refugiado levou 7 anos" (RNs7).

Embora o processo de registo junto ao ACNUR seja considerado relativamente eficaz, garantindo circulação livre na cidade e acesso a alguns direitos, a ausência de documentação adequada ainda limita a inserção no mercado laboral formal, a abertura de contas bancárias e o acesso a determinados benefícios sociais:

> "[...] dificuldade de poderem com facilidade abrirem suas contas bancárias para depositarem as suas reservas que conseguem no negócio informal; os bancos têm em primeira linha exigido ao cliente que pretende abrir sua conta bancaria que apresente o B.I" (RNs5)

Há registos de tratamento diferenciado por parte de alguns profissionais, sugerindo episódios isolados de discriminação, sem que isso configure um padrão generalizado.

No âmbito da saúde, os entrevistados descrevem o atendimento como positivo e acolhedor, destacando que, em geral, não enfrentam barreiras para aceder aos serviços. Muitos referem que se sentem tratados com igualdade em relação à população local, sem episódios frequentes de discriminação:

> "Em termos de atendimento vivemos em conjunto e não temos problemas" (RNs1)

Contudo, surgem relatos pontuais de constrangimento, quando algum profissional demonstra preconceito, embora esses episódios sejam vistos como excepções:

> "No geral os serviços são bons, só que às vezes acabamos encontrando alguém que não nos considera por sermos refugiados e nos atende mal" (RNs2).

A maioria reconhece que o acesso aos cuidados básicos de saúde é garantido, principalmente em situações de emergência e atendimento preventivo, e valorizam o esforço do sistema público em integrar imigrantes e refugiados. Esse cenário contribui para um sentimento de segurança e pertença, reforçando a confiança no país de acolhimento.

Na educação, os entrevistados recordam que, no passado, o acesso à educação esteve marcado por dificuldades burocráticas, sobretudo relacionadas com a falta de documentação adequada, o que muitas vezes impedia a matrícula das crianças nas escolas. Essa situação gerava frustração e receio de que os filhos ficassem excluídos do sistema educativo:

> "Houve altura que o refugiado não tinha facilidade ao atendimento, principalmente na educação dos seus filhos" (RNs3).

Contudo, com a regularização documental, esse cenário tem-se transformado de forma positiva. Actualmente, a maioria não enfrenta impedimentos significativos para matricular os filhos, e muitos reconhecem avanços na integração educativa. O acesso à educação é visto como uma porta para novas oportunidades.

Justiça – No que se refere ao acesso ao sistema judicial, não foram relatadas experiências directas pelos entrevistados. Relatos indicam nunca terem procurado os tribunais ou serviços jurídicos, seja por ausência de necessidade, seja por desconhecimento das vias formais de apoio disponíveis para imigrantes e refugiados. Este cenário sugere que, para a maioria, o sistema de justiça permanece uma esfera distante, pouco explorada ou ainda fora do seu quotidiano.

De forma geral, tanto os líderes religiosos quanto os imigrantes entrevistados concordam que a documentação regular é o factor central para o imigrante usufruir plenamente dos direitos sociais. Ter documentos válidos significa garantir acesso seguro à saúde, educação, moradia e ao emprego, além de maior protecção legal. Por outro lado, a ausência de regularização mantém muitos dependentes de apoios humanitários, limitando a autonomia e a possibilidade de integração plena na sociedade moçambicana.

5.4 Província de Cabo Delgado

Cabo Delgado apresenta-se como um dos principais polos migratórios do norte de Moçambique devido a três factores principais: a proximidade geográfica com a Tanzânia, que facilita a mobilidade transfronteiriça, as oportunidades económicas ligadas à exploração de recursos naturais, como gás, rubis e ouro, e a presença histórica de redes comerciais e culturais entre Moçambique e países da África Oriental.

O estudo sobre migração em Cabo Delgado foi realizado nos distritos de Pemba, Chiúre e Montepuez, abrangendo um total de 10 entrevistados, entre imigrantes/refugiados e líderes religiosos. O objectivo central do estudo foi mapear e analisar as causas da imigração, as trajectórias migratórias e os processos de integração laboral, social, cultural e religiosa, bem como avaliar o acesso aos direitos sociais por parte das comunidades migrantes nesta província.

O estudo não contou com representantes institucionais locais (órgãos estatais ou organizações sociais), o que representa uma limitação para compreender integralmente as políticas públicas e redes de apoio existentes. Contudo, os relatos de imigrantes/refugiados e líderes religiosos fornecem um quadro aprofundado sobre as dinâmicas migratórias, as dificuldades de integração e as estratégias de adaptação.

PROVÍNCIA	Cabo Delgado
LOCAIS DA PESQUISA	**Distritos:** Pemba; Montepuez; Chiúre;
GRUPO ALVO	Imigrantes (3); Religiosos (7);
PAÍS DE ORIGEM	Nigéria e Moçambique
Nº DE INQUIRIDOS	10 Pessoas

Fonte: Elaboração Própria

5.4.1 Causas da Migração

Na província de Cabo Delgado, observa-se uma presença significativa de imigrantes, principalmente oriundos da África Oriental, incluindo países como Quénia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Somália e Etiópia. Da África Ocidental, destacam-se comunidades provenientes da Nigéria, Gana, Guiné Equatorial, Senegal e Mali. Também é notável, ainda que em menor escala, a presença de imigrantes da África Austral, sobretudo zimbabueanos e malawianos. Além disso, registra-se um contingente reduzido de imigrantes europeus, enquanto os provenientes da

Ásia, especialmente do Paquistão, Índia, Turquia e Arábia Saudita, se apresentam com maior evidência na província.

As entrevistas realizadas na província de Cabo Delgado revelam que a migração é impulsionada por uma combinação de factores de expulsão e factores de atracção.

Entre os factores que impulsionam a saída dos seus países, destacam-se, segundo os entrevistados, os conflitos armados e a insegurança generalizada, especialmente em regiões instáveis como os Grandes Lagos, Somália e Mali, onde a violência ameaça o quotidiano e a sobrevivência das famílias:

> "Daqueles com quem tenho contacto, por exemplo, os somalis, eles me disseram que foram impulsionados pela guerra no país deles. A guerra era tão brutal que até durante a noite aconteciam mortes de casa em casa [...] Os malianos fugiram devido à guerra em seu país, que é marcada por conflitos religiosos, e vieram em busca de segurança e melhores condições de vida" (RCm).

Por outro lado, nem todos os grupos migrantes compartilham experiências de deslocamento forçado, como demonstra um entrevistado:

> "Como eu estava dizendo, os nigerianos que vêm aqui não são deslocados ou refugiados" (RP2).

A análise dos depoimentos indica que apenas uma parcela reduzida dos imigrantes entrevistados referiu ter migrado exclusivamente por causa de conflitos nos seus países de origem. Inclusive, entre os líderes religiosos entrevistados, poucos mencionaram a guerra como factor central, evidenciando que, embora presente, a migração por razões de insegurança representa apenas uma fracção dos fluxos migratórios para Cabo Delgado.

O segundo factor identificado está relacionado à atracção exercida pelo potencial económico e social da província. A maioria dos imigrantes vê em Cabo Delgado a possibilidade de reconstruir suas vidas, impulsionados pelo desejo de melhores oportunidades e estabilidade. As condições locais, como a dinâmica económica em crescimento, a presença de mercados activos e o ambiente social, relativamente acolhedor, surgem como fortes factores de atracção para quem busca trabalho, segurança e uma vida mais promissora. Dentre esses factores, se destacam:

- **Comércio:** A procura por oportunidades de negócio é apontada como o principal factor de atracção. Muitos imigrantes vêem Moçambique, e em especial Cabo Delgado, como um território fértil para investimentos e crescimento económico. A dinâmica comercial local, marcada por mercados activos e procura por bens e serviços diversificados, oferece espaço para empreendimentos que, muitas vezes, não encontrariam a mesma receptividade nos seus países de origem. Para muitos, estabelecer-se no comércio é, não só, uma estratégia de sobrevivência, mas também um caminho para construir estabilidade financeira e projectar um futuro mais seguro para suas famílias, como se nota nestes depoimentos:

> "[...] Eu não vim da Nigéria para fugir de nada, eu vim para procurar a vida. Para fazer negócios. É por isso que estamos aqui" (RP2)
>
> "Alguns imigrantes vêm também com o objectivo de trabalhar no comércio, como a venda de roupa, produtos de segunda mão, e acabam se estabelecendo aqui permanentemente" (RP4)
>
> "[...]. muitos chegam por causa das oportunidades comerciais" (RP7).

- **Recursos naturais:** A abundância de recursos naturais em Cabo Delgado funciona como um forte polo de atracção para migrantes. A província destaca-se pela presença de rubis, grafite, petróleo e gás, recursos que alimentam tanto a mineração artesanal quanto investimentos de maior escala. Muitos imigrantes encontram no garimpo uma fonte de sustento imediato, enquanto outros se inserem em cadeias de negócios transfronteiriços, explorando oportunidades ligadas à extracção e ao comércio desses minerais. A exploração artesanal de ouro e rubi também é apontada como uma actividade que continua a atrair novos trabalhadores e pequenos investidores. Para grande parte dos migrantes, estas actividades representam não apenas meios de subsistência, mas também uma promessa de ascensão económica, mesmo com os riscos e desafios associados ao trabalho em áreas de mineração, conforme os depoimentos que se seguem:

> "Os principais factores que atraem migrantes para Cabo Delgado são as oportunidades de negócios, empregos nas minas e a possibilidade de aproveitar os recursos naturais da região" (RP6);
>
> "[...] Durante algum tempo, houve uma grande presença de pessoas jovens estrangeiras em busca de trabalhar nas minas. (RP7)
>
> "Com a chegada deles, começou um processo de comércio e negócios, muitos ligados ao sector informal, como a extracção artesanal de recursos do subsolo" (RCm).

- **Proximidade geográfica:** A localização de Cabo Delgado, na fronteira norte de Moçambique, facilita a mobilidade de migrantes, principalmente vindos de Tanzânia. Muitos entrevistados mencionam que a curta distância e a existência de rotas terrestres acessíveis permitem deslocamentos rápidos, reduzindo custos e riscos da jornada. Essa proximidade é fortalecida por redes históricas de comércio transfronteiriço e laços culturais antigos, que sustentam relações sociais e económicas já estabelecidas. Para vários imigrantes, a migração para Cabo Delgado representa uma extensão natural dessas conexões, tornando a província um destino preferencial tanto para negócios como para reencontros familiares, como afirma um imigrante:

> "Há uma migração tradicional, com a Tanzânia, com uma ligação comercial muito forte [...] a migração entre os dois países tem também uma componente cultural, como o casamento entre moçambicanos e tanzanianos" (RP6).

- **Estabilidade social:** Os entrevistados mencionam que Cabo Delgado, de forma geral, oferece um ambiente relativamente seguro e acolhedor, sobretudo quando comparado aos contextos de instabilidade dos países de origem. A ausência de grandes barreiras para circulação, o acolhimento por parte das comunidades locais e a possibilidade de construir uma nova vida sem perseguições ou ameaças tornam a província um destino atraente. A percepção de estabilidade social está associada à busca por paz, oportunidades para famílias e um espaço onde possam desenvolver actividades económicas sem medo de conflitos ou discriminação, conforme os seguintes relatos:

> "Eu acho que eles vêm em busca de oportunidades e uma vida melhor. Eles deixam seus países em busca de um futuro mais estável" (RP3).
>
> "Os imigrantes que escolhem Moçambique e, em particular Cabo Delgado, vêm, em sua maioria, em busca de melhores condições de vida, oportunidades económicas, segurança e estabilidade" (RP8);
>
> "São vários motivos. No caso dos tanzanianos, muitos vêm em busca de uma vida melhor, acreditando que Moçambique oferece melhores condições de sobrevivência e oportunidades no mercado" (RP4)
>
> "Os motivos podem ser vários, mas há um elemento comum. Moçambique é um país acolhedor. Quando eles chegam aqui, encontram um ambiente propício para viver" (RP5).

- **Redes familiares:** As redes familiares desempenham um papel fundamental na decisão de migrar para Cabo Delgado. Alguns imigrantes afirmam que vieram a convite de familiares já estabelecidos no país, o que facilita o processo de chegada e adaptação. Um entrevistado descreveu que sua vinda foi motivada pelo apoio do irmão, que já residia na região, proporcionando-lhe um ponto de partida seguro e orientações iniciais sobre habitação e oportunidades de trabalho. Este padrão é especialmente visível entre grupos como tanzanianos e somalis, que tendem a seguir compatriotas previamente instalados, criando comunidades coesas que funcionam como redes de suporte, fornecendo ajuda material, informação e acolhimento emocional aos recém-chegados, conforme estes depoimentos:

> "Ele é outro, meu irmão me chamou que aqui vamos dar uma oportunidade aqui... Ele fez... Ele conseguiu, ele voltou. Foi tão por eu" (RP1)

> "Sim, tenho um irmão aqui que também está tentando fazer a vida, assim como eu. Eu vi a oportunidade de fazer negócios aqui, então decidi vir" (RP2).

Alguns líderes religiosos também sublinharam a migração missionária e o crescimento de comunidades religiosas estrangeiras na província, fenómeno favorecido pela liberdade de culto em Moçambique:

> "Os [..] vêm, em sua maioria, em busca de melhores condições de vida, oportunidades económicas, segurança e estabilidade. Alguns vêm fugindo de conflitos armados [...] e de dificuldades económicas em seus países de origem. Cabo Delgado tem sido uma região com muitas oportunidades, especialmente devido aos investimentos em gás e outras indústrias que atraem trabalhadores estrangeiros. A beleza natural da região e a proximidade com outros países também influenciam a decisão de imigração" (RP8).

5.4.2 Trajectórias Migratórias

As rotas de chegada a Cabo Delgado revelam-se diversas e dinâmicas, variando de acordo com os motivos que impulsionam a migração e as redes de apoio disponíveis. A maioria dos imigrantes entrevistados não descreveu com detalhe o seu percurso até Moçambique, destacando, contudo, passagens por diferentes países antes da chegada.

Alguns entrevistados relataram experiências de mobilidade complexa, marcadas por múltiplos destinos:

> "Não, na verdade, é o segundo. O primeiro foi a Itália, eu fiquei lá por quase um ano, depois voltei para a Nigéria, e agora estou aqui em Moçambique para fazer negócios" (RP2);
>
> "O outro país, você sabe? Sim, sim, sim. Serra Leoa, eu já vi bem nesse país. Sim." (RP1).

Para parte dos migrantes, a chegada ao país ocorreu por meio de trajectórias directas, como do Nigéria para Moçambique, enquanto outros percorreram longos rotas, com etapas de trânsito em países vizinhos, os que migram por conflitos. Entidades religiosas locais confirmaram a multiplicidade de rotas, apontando Tanzânia e Malawi como os principais corredores migratórios para a província, segundo um líder comunitário de Montepuez:

> "Daqueles com quem tenho contacto, por exemplo, os somalis, eles me disseram que foram impulsionados pela guerra no país deles [...] Quanto aos malianos, muitos fugiram devido à guerra em seu país, que é marcada por conflitos religiosos, e vieram em busca de segurança e melhores condições de vida" (RCm).

Também foram mencionadas rotas com trânsito Zâmbia, Quénia e África do Sul, sobretudo por migrantes oriundos da região dos Grandes Lagos, que optam por caminhos alternativos para evitar áreas de conflito ou barreiras fronteiriças. Entre os percursos descritos, destacam-se:

- Burundi → Tanzânia → Moçambique;
- Congo → Zâmbia → Zimbabwe → Moçambique;

- Congo → Zâmbia → Malawi → Moçambique;
- Nigéria → Serra Leoa → Moçambique;
- Nigéria → Moçambique;
- Ruanda → Burundi → RD Congo → Zâmbia → Malawi → Moçambique;
- Tanzânia → Moçambique.

A presença de redes transfronteiriças é apontada como crucial para o sucesso da mobilidade, permitindo apoio logístico, acesso a recursos básicos e facilitação da travessia. Um número significativo de migrantes chega a Cabo Delgado proveniente de países como Somália, Mali, Nigéria, Burundi e República Democrática do Congo, frequentemente motivados por conflitos armados, perseguições religiosas e busca de melhores condições de vida.Líderes religiosos locais reforçam o peso da diversidade migratória:

> "Na minha igreja, os imigrantes são, principalmente, tanzanianos. Porém, em outras igrejas que pertencem à mesma denominação, também temos imigrantes provenientes de outros países, como os zimbabueanos" (RP4);
>
> "Na minha experiência, aqui em Moçambique, temos um número significativo de imigrantes. Destacam-se os somalis, seguidos pelos malienses e tanzanianos, embora o número de somalis seja maior em comparação aos imigrantes de outros países" (RP5);
>
> "Muitas vezes, as pessoas acabam por chamar todos de 'indianos', mas, na verdade, vêm de várias partes da Ásia" (RP6).

Alguns entrevistados mencionaram dependência de redes de apoio para chegar ao destino, como familiares ou conhecidos já estabelecidos:

> "Alguns enfrentam dificuldades. Isso varia de acordo com a formalidade do processo de entrada. Por exemplo, alguns entram ilegalmente, não sei se por falta de condições para regularizar a sua situação ou por não conhecerem os procedimentos legais" (RP4);
>
> "Esse é um dos principais desafios. Muitos migrantes não têm documentação oficial para permanecer e acabam sendo vulneráveis a abusos" (RP6).
>
> "Na minha igreja, os imigrantes são, principalmente, tanzanianos. Porém, em outras igrejas que pertencem à mesma denominação, também temos imigrantes provenientes de outros países, como os Zimbabueanos" (RP4)
>
> "Na minha experiência, aqui em Moçambique, temos um número significativo de imigrantes. Destacam-se os somalis, seguidos pelos malineses e tanzanianos, embora o número de somalis seja maior em comparação aos imigrantes de outros países" (RP5)

Dom Juliasse descreve a existência de nações provenientes da Ásia, especialmente de pessoas que vêm para os distritos em pequenas quantidades e iniciam negócios:

> "Muitas vezes, as pessoas acabam por chamar todos de "indianos", mas, na verdade, vêm de várias partes da Ásia" (RP6).

As trajectórias migratórias para Cabo Delgado revelam um padrão de mobilidade adaptativa, dependente de redes de apoio e recursos disponíveis, e atravessado por riscos burocráticos e documentais. A rota Tanzânia – Cabo Delgado destaca-se como predominante, mas itinerários via Malawi e Zâmbia são igualmente comuns. Apesar dos desafios, a capacidade de resiliência dos migrantes, associada à busca por segurança e oportunidades,

sustenta o fluxo migratório e a construção de novas vidas na província.

Em relação às dificuldades no percurso migratório, as entrevistas narram que os imigrantes enfrentam vários desafios durante a sua jornada, dentre elas se destacam:

- Barreira linguísticas: muitos falam línguas de seus países de origem e têm dificuldade de se comunicar em português ao chegar:

> "Os imigrantes enfrentam uma série de dificuldades. Primeiramente, a barreira linguística é uma das maiores" (RP8)

- Burocracia e custos: O processo de legalização é caro e burocrático, o que dificulta a regularização de muitos, tanto para sua entrada no país, permanência como para negócios. Há relatos de necessidade de subornos para conseguir documentos legais:

> "Alguns acabam tendo que recorrer à corrupção para regularizar a sua situação, o que os torna susceptíveis a exploração, sendo extorquidos por autoridades corruptas. (RP6)

- Adaptação inicial: existem relatos de que a chegada a Moçambique foi difícil a ponto de alguns desejarem retornar ao país de origem.

5.4.3 Integração Laboral

O processo de integração laboral dos imigrantes em Cabo Delgado apresenta-se fortemente concentrado no sector informal, com destaque para actividades ligadas a actividades comerciais e mineração artesanal. Esta predominância decorre tanto da facilidade de entrada nestas áreas, que exigem menos burocracia e capital inicial, quanto das barreiras estruturais ao emprego formal, como a necessidade de documentação regularizada e reconhecimento de qualificações profissionais obtidas nos países de origem.

Apesar disso, os relatos das entrevistas evidenciam que existem casos de integração em sectores formais, revelando um percurso gradual de inserção económica. Alguns imigrantes, com maior tempo de residência e redes de apoio já consolidadas, conseguiram transitar para empregos estáveis, muitas vezes ligados a serviços, ensino ou comércio organizado. Esta presença, ainda que minoritária, é vista como um indicativo de que a integração laboral formal, embora desafiadora, é possível, como se pode notar nestes depoimentos:

> "Há uma certa integração, mas não uma grande fusão. Tomemos como exemplo a comunidade nigeriana, que está aqui devido às oportunidades de comércio. A maioria deles são comerciantes que abrem lojas e fazem negócios" (RP6)

> "Sim, podemos dizer que estão bem integrados. Eles têm-se adaptado e participado activamente da vida económica do país" (RP5)

> "A integração dos imigrantes tem sido um processo gradual, mas desafiador em vários aspectos" (RP8)

Já no mercado informal, o estudo mostra que a maioria dos imigrantes encontra, no sector informal, a principal via de inserção económica. Este sector, por exigir menor formalização e

investimento inicial, tem-se mostrado a alternativa mais viável para garantir sustento e estabilidade, além de ser o espaço onde muitos relatam alcançar maior prosperidade.

Um dos entrevistados descreve o percurso de adaptação e o papel fundamental da regularização documental nesse processo:

> "Sim, para fazer negócios e trabalhar, precisei de alguns documentos. No começo, a burocracia foi um pouco difícil, mas consegui resolver com o tempo" (RP2).

Este relato demonstra que, embora o início tenha sido marcado por desafios burocráticos, a persistência e o tempo tornaram possível a integração económica e a construção de uma vida mais estável.

Alguns líderes religiosos confirmam esta predominância do comércio informal, ao mesmo tempo em que reconhecem limitações na inserção dos imigrantes em áreas formais do mercado de trabalho:

> "Não, até agora não conheço nenhum imigrante que trabalhe em instituições como escolas ou hospitais. A maioria deles se dedica ao comércio" (RP3).

Apesar dessa limitação, os relatos ressaltam que o comércio informal não apenas sustenta os imigrantes, mas também dinamiza a economia local, ampliando mercados e gerando oportunidades de trabalho, ainda que de maneira informal. Os líderes religiosos entrevistados destacam a presença activa e diversificada desses grupos na vida económica da província:

> "Alguns vêm com recursos para investir, criar empresas e gerar empregos, enquanto outros [...] tentam se estabelecer em Cabo Delgado, atraídos por notícias sobre oportunidades de trabalho, como no garimpo de rubi" (RP7);

> "Com a chegada deles, começou um processo de comércio e negócios, muitos ligados ao sector informal, como a extracção artesanal de recursos do subsolo" (RCm);
>
> "Os congoleses, por exemplo, trabalham muito com costura. Já os malianos são predominantemente comerciantes. Eles se destacam no comércio, são bons em negociar" (RP3).

Essa dinâmica reflecte não apenas a resiliência e a adaptabilidade dos migrantes, mas também o impacto económico positivo que exercem nas comunidades que os acolhem. Através do sector informal, muitos constroem redes de colaboração, diversificam a oferta de produtos e serviços e, gradualmente, conquistam maior estabilidade financeira.

Embora a maioria dos imigrantes encontre no comércio informal a principal via de sustento, os relatos recolhidos evidenciam que também há presença significativa no mercado formal de trabalho em Cabo Delgado, o que demonstra avanços na integração económica desse grupo no país. Muitos imigrantes têm conquistado espaço em áreas regulamentadas, demonstrando capacidade de adaptação e compromisso com a vida laboral moçambicana. Os religiosos de várias partes da província referem:

> "Sim, podemos dizer que estão bem integrados. Eles têm-se adaptado e participado activamente da vida económica do país" (RP5);
>
> "Sim, sim, a maioria está envolvida no comércio. Alguns estão em hospitais e escolas, mas, para trabalhar nessas áreas, é preciso ter as competências necessárias" (RCc);
>
> "Existem aqueles que têm dificuldades para legalizar seus negócios, mas muitos já conseguiram se integrar na vida laboral em Moçambique" (RP3).

A relação de trabalho entre imigrantes e moçambicanos, de modo geral, é descrita como positiva e colaborativa, sem grandes tensões. Ainda assim, surgem relatos pontuais de exploração laboral, especialmente em situações em que imigrantes prosperam economicamente e contratam mão-de-obra local:

> "Sim, há uma grande exploração. Os imigrantes, especialmente os congoleses, contratam moçambicanos e pagam salários muito baixos. Já ouvi várias queixas sobre isso. [...] além de receberem menos, são maltratados" (RCm).

A burocracia e os custos para a obtenção de documentação regular permanecem entre os maiores desafios, constituindo um obstáculo inicial para a plena integração laboral. Esse cenário é reconhecido tanto pelos imigrantes quanto pelos líderes religiosos:

> "Sim, no começo foi um pouco complicado. Houve um problema com o registro de documentos em 2022, mas eu consegui resolver. Como estrangeiro, a burocracia pode ser um desafio, mas, com paciência, conseguimos resolver" (RP2);
>
> "Sim, eles enfrentam dificuldades, especialmente por causa dos interesses das pessoas que estão nos gabinetes responsáveis pela documentação. [...] muitos imigrantes que vêm para o comércio enfrentam dificuldades para legalizar seus negócios e encontrar um espaço adequado" (RCc);
>
> "Sim, principalmente no início. Como não são moçambicanos, precisam obter algumas documentações e autorizações para abrir seus negócios. Mesmo assim, eles enfrentam dificuldades, mas sempre encontram maneiras de superar esses obstáculos. Temos vários estabelecimentos comerciais geridos por estrangeiros, apesar dos desafios. Eles têm persistido, o que é admirável" (RP5).

Este último testemunho evidencia a resiliência e a determinação das comunidades migrantes, que, apesar dos entraves burocráticos, encontram formas de regularizar suas actividades, consolidando sua integração no sistema laboral. Com o tempo, esses avanços não apenas reforçam a estabilidade económica individual e familiar, mas também contribuem para o crescimento e diversificação da economia local.

5.4.4 Integração Social e Cultural

A análise das entrevistas realizadas em Cabo Delgado mostra que, apesar de desafios iniciais, o processo de integração social e cultural dos imigrantes tem avançado de forma consistente, com sinais claros de fortalecimento das redes comunitárias e valorização da diversidade cultural. Este estudo estruturou a análise em três dimensões essenciais: habitação, que aborda o acesso dos imigrantes a moradias nos seus bairros; dinâmicas de convivência com a população local, evidenciando como laços de solidariedade e amizade se consolidam ao longo do tempo; e mecanismos de adaptação cultural, que reflectem a preservação das tradições de origem em diálogo com costumes locais.

Habitação: Conseguir uma casa digna ainda é um grande desafio para muitos imigrantes em Cabo Delgado, principalmente devido aos elevados preços para alugar nas áreas centrais. A falta de ajuda oficial faz com que muitos acabem morando em bairros mais afastados ou dividindo espaço com familiares, criando um cenário inicial de acomodação provisória e solidariedade comunitária. No entanto, essa situação inicial não é definitiva. Conforme as redes de apoio social se fortalecem e a inserção económica avança, observa-se uma clara tendência de melhoria e estabilização das condições habitacionais. A trajectória de superação e autonomia é exemplificada pelas palavras de um dos entrevistados:

> "Sim, quando cheguei, fiquei com meu irmão, mas depois passei a viver aqui sozinho" (RP2).

Esse processo reflecte não apenas a resiliência e a força de adaptação das comunidades migrantes, mas também o desenvolvimento gradual de uma base mais sólida para a construção de uma vida digna e independente em Cabo Delgado. Assim, apesar dos desafios iniciais, os relatos apontam para um panorama de esperança em que o esforço individual e colectivo pavimenta o caminho para a conquista de moradias estáveis e condições de vida mais confortáveis.

Convivência com a população nativa: A interacção social entre imigrantes e comunidades locais apresenta uma evolução gradual, directamente relacionada ao tempo de permanência e à intensidade das interacções quotidianas. Nos estágios iniciais, a convivência tende a ser marcada por certa reserva mútua, influenciada por barreiras linguísticas, diferenças culturais e, ocasionalmente, pela percepção de competição por recursos económicos. Contudo, à medida que se intensificam os contactos, seja em ambientes de trabalho, redes comerciais, práticas religiosas ou na vida comunitária dos bairros, a análise dos relatos evidencia uma convivência predominantemente pacífica, sustentada por respeito mútuo e por formas quotidianas de cooperação. Com o tempo, as interacções entre imigrantes e comunidades locais tendem a consolidar laços de confiança, criando ambientes marcados por estabilidade social e aceitação recíproca.

Os próprios imigrantes expressam percepções positivas sobre a sua integração:

> "Eu conheci pessoas moçambicanas e a relação tem sido boa, não houve nenhum problema. A convivência tem sido tranquila" (RP2); "Não, não há problema nenhum. É tudo tranquilo" (RP2).

Os líderes religiosos corroboram esta tendência de integração gradual, embora observem a persistência de uma segmentação natural, em que cada grupo mantém vínculos mais estreitos dentro da sua própria comunidade:

> "A convivência é boa. Não há grandes conflitos, mas existe uma certa separação, onde cada grupo tende a ficar mais entre si" (RP3);
>
> "A relação entre imigrantes e nativos é, em sua maioria, pacífica, mas existem desafios" (RP8);
>
> "A convivência é boa. Não há grandes conflitos [...] o ambiente tem sido de paz" (RP5);
>
> "Geralmente, não há muitos conflitos. Tanto os muçulmanos quanto os migrantes têm convivido pacificamente" (RP5).

Há também relatos de imigrantes que enfatizam um sentimento de bem-estar e aceitação no contexto social onde estão inseridos, evidenciando que o processo de integração vai além da simples coexistência. Um entrevistado resume essa percepção:

> "Não, não há problema nenhum. É tudo tranquilo" (RP2).

Esse testemunho revela que, em Cabo Delgado, a convivência intercultural não se limita a um convívio tolerante, mas avança para uma vivência marcada por confiança e respeito mútuo. Mesmo com a preservação de fronteiras culturais, as interacções diárias favorecem o fortalecimento de redes de solidariedade, a redução de tensões sociais e a construção de ambientes comunitários mais estáveis e acolhedores. Essa experiência confirma que a diversidade cultural, quando apoiada por práticas de diálogo e cooperação, actua como elemento agregador, promovendo relações sociais mais coesas e harmoniosas.

Adaptação cultural: A análise das entrevistas evidencia que a diversidade cultural, no contexto de Cabo Delgado, é geralmente bem acolhida, transformando-se num espaço fértil para intercâmbios e aprendizagens mútuas. Práticas culturais dos imigrantes, como hábitos alimentares, estilos de vestuário e rituais religiosos, são frequentemente respeitadas pelas comunidades locais. Um líder religioso destaca:

> "cada grupo tende a manter suas tradições, mas há iniciativas que buscam promover a integração" (RP5),

sinalizando um equilíbrio entre preservação das identidades culturais e esforços para construir pontes de convivência. Os próprios imigrantes reconhecem diferenças culturais significativas em relação aos seus países de origem, mas demonstram abertura e valorização do respeito mútuo:

> "Sim, são muito diferentes, mas eu não tenho problema com isso. O que importa é o respeito mútuo, e eu tento aprender e entender a cultura moçambicana" (RP2).

Essa postura reflecte uma tendência de adaptação gradual, em que as diferenças culturais, longe de se configurarem como barreiras intransponíveis, se tornam oportunidades para a aprendizagem e o crescimento pessoal.

Líderes religiosos entrevistados reconhecem que a convivência intercultural também enfrenta tensões, especialmente em práticas locais como ritos de iniciação, alimentação e vestimenta:

> "Sim, há choques culturais, especialmente em relação a ritos de iniciação e outras práticas tradicionais. Muitos imigrantes não compreendem ou não respeitam essas tradições locais, e isso gera tensão" (RCm).

Ao mesmo tempo, sublinham que essas tensões coexistem com espaços de troca e respeito, evidenciados por relatos como

> "Culturalmente, embora existam diferenças, as trocas culturais têm ocorrido, principalmente nas áreas de alimentação e tradições, embora alguns imigrantes ainda preservem suas práticas culturais originais" (RP8).

No que diz respeito ao impacto da diversidade cultural na sociedade local, as percepções mostram-se variadas. Alguns entrevistados afirmam que cada grupo mantém as suas identidades culturais, organizando-se em comunidades próprias:

> "No entanto, cada grupo de imigrantes tende a se organizar em comunidades com pessoas de sua mesma nacionalidade ou origem, o que facilita a convivência entre eles. Ainda assim, existem algumas iniciativas que buscam promover a integração, mas cada grupo cultural tende a manter suas tradições" (RP5).

Outros reconhecem uma influência recíproca entre imigrantes e a população local, sobretudo em áreas como comércio e práticas religiosas:

> "Sim, os imigrantes têm influenciado a forma de vida dos moçambicanos, especialmente no que se refere ao comércio e à religião" (RP3).

A barreira linguística é apontada como um dos principais desafios na integração cultural, interferindo inicialmente na comunicação e na participação em actividades comunitárias. Contudo, relatos demonstram que tal barreira é frequentemente superada por meio do esforço contínuo de aprendizagem do português e, em alguns casos, das línguas locais:

> "Eu entendo um pouco, mas ainda não falo muito bem. Dá para me comunicar um pouco, o que já ajuda" (RP2).

Essa dedicação é amplamente reconhecida pelos líderes religiosos como essencial para fortalecer os vínculos interculturais:

> "Muitos imigrantes fazem um esforço grande para aprender a língua portuguesa, mas a comunicação nem sempre é fácil. [...]. Então, os imigrantes tentam aprender o português para se comunicar, e nós também tentamos aprender um pouco da língua deles..." (RCc).

Outro líder acrescenta:

> "Alguns imigrantes falam português, mas muitos não falam. No entanto, eles se arranjam bem, usando intérpretes ou encontrando maneiras de se comunicar" (RCm).

Os testemunhos reforçam que, mesmo diante de barreiras iniciais, o processo de adaptação cultural em Cabo Delgado vem-se consolidando de forma positiva. A diversidade cultural, ao invés de gerar divisões, contribui para trocas simbólicas e práticas que ampliam o repertório cultural de ambas as partes, favorecendo relações mais abertas e colaborativas. O respeito mútuo, o empenho na aprendizagem da língua e a manutenção das tradições formam os pilares desta convivência, mostrando que a integração, ainda que gradual, é acompanhada por avanços concretos na aceitação social e no sentimento de pertença.

5.4.5 Integração Religiosa

A prática religiosa dos imigrantes em Cabo Delgado mantém-se, em geral, alinhada às crenças trazidas dos países de origem, com destaque para o predomínio do islamismo, especialmente entre os provenientes da Somália, Mali, Tanzânia e Quénia, e para a presença expressiva de comunidades cristãs, oriundas da Nigéria, República Democrática do Congo e Uganda, que preservam as suas tradições. Um líder religioso resume:

> "A avaliação é positiva. Eu percebo que, quando os migrantes chegam, eles se identificam com a religião que professavam em seus países de origem. A liberdade religiosa tem sido um factor importante [...] de modo geral, a maioria segue o islamismo, especialmente os que vêm de países como Somália, Mali e Tanzânia" (RP5).

Outro reforça a longa tradição muçulmana local:

> "Há uma presença significativa de muçulmanos na região, em grande parte devido à longa história do islamismo em Cabo Delgado" (RP7).

Esses relatos confirmam que a liberdade religiosa funciona como factor de atracção, promovendo um ambiente de irmandade e segurança entre os povos:

> "A maioria dos imigrantes da região da África Oriental e países como a Somália e Quénia seguem o Islamismo, o que reflecte uma grande comunidade muçulmana em Cabo Delgado. Contudo, também há presença de cristãos, especialmente entre imigrantes da República Democrática do Congo, Uganda e outros países africanos" (RP8).

No que diz respeito à convivência dentro das comunidades religiosas, os relatos evidenciam um ambiente acolhedor, pacífico e profundamente integrador, onde predomina um sentimento de paz, solidariedade e laços fraternos. Muitos imigrantes descrevem as congregações como espaços seguros que funcionam não só para o exercício da fé, mas também como redes de apoio emocional e social. Um entrevistado resume essa experiência:

> "Sim, fui bem acolhido. As pessoas na igreja são muito amigas e nos tratam como irmãos. Não tive dificuldades para me adaptar" (RP2).

Essa percepção é amplamente confirmada pelos líderes religiosos, que descrevem uma convivência harmoniosa e inclusiva, marcada por cultos partilhados e ausência de divisões:

> "Eles rezam juntos no mesmo local, sem separação. Não há discriminação religiosa [...] os imigrantes participam activamente das actividades da igreja, inclusive na construção de templos" (RP4).

Outro acrescenta:

> "O relacionamento tem sido tranquilo [...] tenho uma experiência positiva com os nigerianos, que partilham suas experiências de fé, enriquecendo-nos mutuamente" (RP5).

Além da prática religiosa, esses espaços funcionam como locais de encontro intercultural, onde imigrantes e nativos trocam experiências, constroem novas amizades e reforçam o sentimento de pertença à comunidade local. Para muitos, a igreja ou a mesquita representa o primeiro ambiente de acolhimento, ajudando na adaptação e reduzindo o impacto inicial da migração. Essa dinâmica fortalece a integração social e contribui para a coexistência pacífica entre diferentes grupos religiosos em Cabo Delgado.

Em alguns locais, essa integração é até mais evidente em celebrações comunitárias:

> "Em Chiúre, a convivência religiosa entre nativos e imigrantes é pacífica. Quando há festas religiosas, como baptizados ou outras celebrações, os imigrantes participam e se envolvem com a comunidade" (RCc).

No entanto, há casos pontuais de isolamento voluntário, atribuídos às diferenças culturais ou ao sentimento de estranhamento:

> "Existe um certo isolamento, mas acredito que isso é natural em qualquer sociedade. Quando alguém se sente diferente ou estranho, acaba se afastando um pouco" (RP4).

Existem relatos também de existência de imigrantes que optam por criar os seus próprios espaços de culto, seja para superar barreiras linguísticas, seja para preservar a identidade cultural:

> "Os nigerianos, por exemplo, mantêm suas tradições religiosas, com suas próprias missas e cultos em inglês. Para eles, é importante manter a sua identidade religiosa, e muitas vezes criam seus próprios espaços de culto. No entanto, também participam em algumas missas católicas ou protestantes, mas a convivência religiosa é muitas vezes separada" (RP6).

Essa dinâmica contribui para o crescimento do número de congregações e mesquitas, como reconhecem os líderes religiosos:

> "Com o aumento da população de imigrantes, houve um crescimento no número de igrejas, especialmente igrejas evangélicas, e também mesquitas. Cada comunidade tenta construir um lugar de culto que atenda às suas necessidades" (RCc).

As instituições religiosas desempenham ainda um papel relevante como redes de solidariedade, oferecendo suporte emocional, prático e promovendo espaços de diálogo inter-religioso, o que fortalece a convivência e reduz tensões.

Em síntese, a integração religiosa em Cabo Delgado caracteriza-se pela manutenção das práticas religiosas de origem, crescimento de congregações ligadas à imigração e convivência pacífica, reforçada pela participação activa dos migrantes na vida espiritual local. Embora persistam desafios, como barreiras linguísticas, o cenário geral demonstra acolhimento, respeito mútuo e a religião como elemento central na integração social.

5.4.6 Acesso a Direitos Sociais

Os relatos dentro deste estudo revelam que o principal desafio enfrentado pelos imigrantes em Cabo Delgado está na aquisição e regularização documental, requisito fundamental para o imigrante usufruir plenamente de vários serviços. A ausência de documentos válidos pode deixá-los em situação de vulnerabilidade, conforme relata um líder religioso:

> "Esse é um dos principais desafios. Muitos migrantes não têm documentação oficial para permanecer e acabam sendo vulneráveis a abusos" (RP6).

Outro acrescenta que esta dificuldade depende, muitas vezes, da forma de entrada no país:

> "Alguns enfrentam dificuldades. Isso varia de acordo com a formalidade do processo de entrada. Por exemplo, alguns entram ilegalmente, não sei se por falta de condições para regularizar a sua situação ou por não conhecerem os procedimentos legais" (RP4).

Apesar disso, as experiências de regularização bem-sucedida demonstram que é possível ultrapassar essas barreiras. Um imigrante compartilha:

> "Sim, no começo foi um pouco complicado. Houve um problema com o registo de documentos em 2022, mas eu consegui resolver. Como estrangeiro, a burocracia pode ser um desafio, mas, com paciência, conseguimos resolver" (RP2).

Este testemunho mostra que, com persistência e cumprimento dos trâmites legais, muitos conseguem garantir estabilidade e acesso aos seus direitos.

Embora existam relatos de episódios de extorsão e discriminação, especialmente durante a fiscalização documental,

> "A falta de documentação adequada e a extorsão frequente por parte da polícia e autoridades de imigração tornam a livre circulação um desafio" (RCc),

os imigrantes têm desenvolvido estratégias criativas de superação. Alguns optam por enfrentar o processo com paciência e dedicação, enquanto outros buscam meios alternativos para regularizar a situação, sempre com o objectivo de garantir uma vida mais segura e integrada.

Aqueles que conseguem a documentação desfrutam de melhor acesso aos serviços públicos. Este progresso fortalece o sentimento de pertença e a autonomia dos imigrantes, evidenciando que a regularização é um passo decisivo para a plena integração social. Apesar das dificuldades, prevalece entre os imigrantes uma atitude de resiliência e esperança, movida pelo desejo de estabilidade e melhores condições de vida. Suas trajectórias revelam que, com esforço e persistência, é possível superar barreiras burocráticas e conquistar um espaço seguro e digno na sociedade moçambicana.

Acesso à Saúde e Educação: Embora as entrevistas não apresentem muitos detalhes, há indícios de boa integração dos imigrantes nos serviços básicos, especialmente na educação. Líderes religiosos relatam que as escolas locais acolhem crianças imigrantes com respeito e sem discriminação, criando um ambiente inclusivo e favorável ao aprendizado:

> "A relação tem sido boa, principalmente no que diz respeito à educação. Os imigrantes têm mandado seus filhos para nossas escolas e nós os acolhemos com respeito, sem discriminação" (RCc).

No que se refere à saúde, mesmo sem relatos específicos, é de se deduzir que, uma vez regularizada a documentação, o acesso aos serviços tende a ser positivo, reforçando o sentimento de segurança e estabilidade. Essas experiências contribuem para o fortalecimento da confiança dos imigrantes nas instituições públicas, além de favorecer a integração social das novas gerações. **Contribuições Sociais**: Apesar de enfrentarem certas barreiras, os imigrantes têm desempenhado um papel activo no desenvolvimento social e económico de Cabo Delgado. Muitos participam na dinamização do comércio, criam redes comunitárias de solidariedade e contribuem directamente para a infra-estrutura religiosa local, como ilustra o relato de um religioso:

> "Eles contribuem de várias formas, inclusive com a construção da igreja. A participação deles é importante para a comunidade" (RP4). Essas iniciativas fortalecem o tecido social, gerando benefícios partilhados entre imigrantes e comunidades anfitriãs.

O acesso aos direitos sociais na província continua condicionado por situação documental, factor que ainda configura ponto de vulnerabilidade. Contudo, as experiências positivas de integração, a contribuição activa dos imigrantes e a presença de redes de apoio locais demonstram um potencial significativo para avanços, promovendo uma convivência cada vez mais harmoniosa e inclusiva.

5.4.7 Similitudes e diferenças entre a imigração as províncias da zona norte

O estudo na zona Norte foi realizado nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Nestas províncias, apesar de todas elas fazerem parte a zona Norte, têm as suas especificidades em termos condições e recursos que, naturalmente, podem influenciar os factores de atracção e expulsão. Nestes termos,

olhando os resultados do estudo, pode-se dizer que existem semelhanças profundas entre as três províncias da região Norte pelo facto de em todas elas o factor atracção estar relacionado, em alguns distritos, com a extracção mineira, em primeiro lugar e, em segundo lugar, por apresentarem, todas as províncias, zonas comerciais onde há maior possibilidade de se abrir algum tipo de empreendimento para desenvolver pequenos negócios. Portanto, grande parte destes imigrantes encontram facilidades na actividade do comércio e na mineração artesanal. Aliam-se os factores de estabilidade política, e paz que se traduzem na serenidade e clima de fraternidade que se configuram elementos comuns nestas três províncias que ao nível sociocultural são considerados elementos determinantes da presença dos imigrantes.

Na parte da integração social, o estudo nos indica que em todas as províncias do Norte fala-se da hospitalidade dos nativos e sobretudo da receptividade que se considera ser um aspecto primordial que facilita os imigrantes a escolherem uma destas províncias como destino, aliado a boa convivência e a integração religiosa que permite que os imigrantes professem a sua religião sem sobressaltos.

As semelhanças profundas nestas províncias manifestam-se quanto às dificuldades de acesso aos documentos de asilo, acesso aos documentos para legalização do seu negócio, e num primeiro momento de sua estadia, à língua de comunicação, sobretudo nos primeiros dias de estadia nessas províncias.

Algumas diferenças se relacionam com a província de Nampula, onde, diferentemente de Niassa e cabo Delgado, as línguas de comunicação não são próximas às dos imigrantes, exigindo deles um grande esforço para a sua aprendizagem, sobretudo para os casos do interior da província de Nampula.

CAPÍTULO VI
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES EM MOÇAMBIQUE

6.1 Causas de migração

Para esta categoria, pretende-se descrever os factores que estão na origem dos movimentos migratórios em algumas regiões de Moçambique.

Assim, os imigrantes entrevistados nestas províncias, Nampula, Niassa e Cabo-Delgado revelam que os principais factores que impulsionam os fluxos migratórios combinam elementos de expulsão dos países de origem e elementos de atracção da realidade moçambicana, como país de destino.

Entre os factores de expulsão, os entrevistados revelaram as situações de conflito armado, perseguições políticas e insegurança generalizada que assolam países República Democrática de Congo, Ruanda e conflitos étnicos-religiosos no Mali. Em suma, compreende-se que os factores de imigração resumem-se em três, sendo: i. factores económicos (desemprego, busca por melhores oportunidades de vida e de trabalho, pobreza extrema e falta de recursos básicos; ii. factores políticos, como os de conflito armado e instabilidade política e perseguições, falta de segurança devido a acções de organizações criminosos; iii. factores Sociais e culturais, migrações forçadas por causa desastres naturais que são determinantes para o movimento dos imigrantes do seu país de origem para os outros países (Oliveira, Peixoto & Gois,2017). Na mesma linha de pensamento, Van Hear (2010) defende que as pessoas que optam em migrar são impelidas por uma série de factores, económicos, melhores condições de vida, rendimentos, políticos, sociais e culturais.

Assim, de acordo com os dados, os factores que atraem os imigrantes a escolher Moçambique como país de destino tem a ver com o facto de Moçambique possuir um ambiente pacífico e seguro, com destaque para a percepção de que se trata de um país estável e acolhedor e acima de tudo, um país com liberdade religiosa. Alguns líderes entrevistados a este respeito disseram

> "O que lhes traz aqui em Moçambique é a convivência pacífica, não há conflitos tribais nem raciais" (RNn); "Eles viram como sítio estável. O nosso país reina paz e é um com muita liberdade" (RNs6); "Principal factor de virem a Moçambique é mesmo por causa de paz" (RNs7).

Outro factor percebido como favorável aos movimentos migratórios é o potencial de exploração de recursos minerais ao nível das províncias e sobretudo a facilidade para desenvolver negócios em várias partes das províncias de destino, em Moçambique (Patrício, 2015)

Estes relatos evidenciam que, além dos conflitos, a busca por um ambiente pacífico, seguro e estável são factores, também, decisivos na escolha de Moçambique como local de destino de vários imigrantes, por um lado. Por outro, Moçambique é amplamente percebido como um país acolhedor, onde reina a paz e a convivência pacífica, livre de conflitos étnicos e raciais. Essa percepção é reforçada pelos líderes religiosos, que sublinham a importância da harmonia social e da ausência de tensões tribais como elementos decisivos na escolha de Moçambique como destino de muitos imigrantes. Por isso, a estabilidade social, a paz e a liberdade surgem como os elementos centrais que tornam as três províncias do Norte do país como locais de refúgio seguro e atractivo para os imigrantes.

Outro elemento que se torna um factor de atracção e recorrente, mencionado pelos entrevistados, tem a ver com a procura de melhores condições de vida e oportunidades de sustento. Moçambique, em particular em alguns distritos, é descrito pelos imigrantes como um espaço com maior capacidade e acessibilidade de se estabelecer actividades comerciais, sobretudo no comércio informal e na mineração artesanal, sectores que exigem documentação menos rigorosa e baixo investimento inicial. Um dos entrevistados afirmou

> "Sim pensei em vir a Moçambique já tinha alguns amigos que

> saíram do nosso país para vir fazer negócios aqui de venda de peças de automóveis e me actualizaram que era um bom sítio para fazer negócio" (RNs4).

A luz deste depoimento, Zanelotto, Salib e Estevam (2004) defendem que existe um outro factor que motiva a migração. Trata-se das redes sociais que, através delas se tornam factores decisórios sobretudo quando existem contactos entre as pessoas que se conhecem e se comunicam, através de redes sociais fornecendo informações sobre as condições e as oportunidades que o país de destino dispõe e com essas informações opta-se por imigração. Como se nota, a este respeito, Salib e Estevam (2004) enfatizam que os convites feitos através das redes sociais (familiares e conterrâneos residentes em Moçambique) têm a ver com oportunidades de emprego, para além de outras razões que podem influenciar a decisão de imigrar para outros países. É desta forma que se percebe que as redes sociais constituem um agente influenciador dos movimentos migratórios dos imigrantes em Moçambique.

Ainda, um outro factor que atrai os imigrantes para a escolha de Moçambique como destino preferido prende-se com o facto de em Moçambique, especificamente em Nampula, ter um Campo de Refugiados de Maratane, onde se concentram muitos refugiados e, vários deles, requerentes de asilo, atraindo aqueles que buscam uma estrutura de acolhimento formal. A este motivo, alia-se o facto de Moçambique ser um país sereno e de paz que favorece uma estadia tranquila.

> "Seria injusto na minha resposta não iniciar que principal factor de virem a Moçambique é mesmo por causa de paz"(RNs7)

A componente religiosa também se destaca como um dos elementos de atracção, pois os imigrantes associam à liberdade de culto e à presença de redes missionárias que facilitam a integração inicial, como referiram alguns entrevistados:

> "Também a prática religiosa é um dos factores visto que num país em Paz é fácil converter as pessoas [...]" (RNs7); "O que lhes atrai aqui em Moçambique [...] é a convivência pacífica [...] e o factor religioso também conta muito" (RNn).

Além da paz e estabilidade, um entrevistado menciona outro factor que influencia a escolha de Nampula como destino, a presença de comunidades imigrantes já estabelecidas. Para este imigrante o facto de ter outros imigrantes no país é um sinal de que escolhendo Moçambique como país de destino pode-se ter um suporte social onde a presença dos conterrâneos pode ser tida como um factor aconchegante.

Esses elementos proporcionam a adaptação e promovem, nas pessoas, um sentimento de pertença, uma vez que os recém-chegados encontram redes de apoio social, cultural e religioso que os ajudam a reconstruir suas vidas. Assim, Moçambique, e particularmente Nampula, tem sido visto, não apenas, como um local seguro, mas também como um espaço onde há convivência harmoniosa e a solidariedade entre comunidades, favorecem a integração dos imigrantes (Park , 2025).

Como factores de expulsão, o estudo apresenta dados que destacam os factores políticos. Nesta componente, a partir dos actores entrevistados, evidenciam-se as guerras, consideradas instabilidades políticas como sendo determinantes na criação de situações e ambientes de insegurança, tornando-se motivos suficientes para a movimentação das pessoas de um país para outro a procura de um destino seguro e ambiente de paz. É desta forma que se sublinha a violência e a instabilidade política como os factores que continuam a marcar os locais de origem dos imigrantes, tornando inviável o regresso depois que os imigrantes optem por movimentar-se para outros países.

Na base dos diferentes posicionamentos dos vários actores acima descritos, pode-se compreender que este estudo revelou que os movimentos migratórios têm a sua origem em dois grandes campos de factores que são os de atracção e os de expulsão.

Sobre os factores de atracção, a partir dos actores entrevistados, compreende-se que, por um lado, se relacionam com o ambiente sociopolítico e económico que se vive em Moçambique e sobretudo a facilidade que este país tem de receber os imigrantes e acomoda-los em espaços seguros (paz) e, por outro lado, entende-se que as oportunidades de exploração de recursos naturais, com destaque para a extracção mineira que se verificam nas províncias visitadas, a facilidade de investir em algum negócio, seja ele informal ou mesmo formal constituem um elemento forte para eclosão dos movimentos migratórios. Ainda, nas atracções destacam-se, os laços e sentimento de irmandade que existem entre os países dos imigrantes e Moçambique, em termos de cultura, sobretudo quanto a similaridade de religiões por eles professadas como sendo determinantes na imigração. Desta forma, Patrício (2015), falando dos factores de imigração, refere que,

> "em relação ao factor económico, destaca as facilidades de negócio encontradas no terreno, resultantes da abertura ` a economia de mercado, que favorece o ambiente de negócios. O factor político corresponde `a crise política- militar e humanitária que assola, por exemplo, a Somália que leva a que muitos indivíduos abandonem o país e se dirijam para outros mais estáveis como Moçambique. O último factor cultural e religioso resulta do acto de a irmandade religiosa permitir a solidariedade muçulmana" (p.155).

A este respeito, Park (2015) refere que o refugiado se desloca em busca de alguma condição de vida que acha melhor.

Assim, na base destas ideias conjugadas entre os actores entrevistados e as diferentes literaturas, entende-se que os factores de

atracção dos movimentos migratórios se relacionam com a facilidade, acesso, e oportunidade de sobrevivência que se aliam, não apenas a componente económica, como também, a cultural que tem sido determinante, como é o caso da profissão religiosa entre os dois povos.

Nos factores de expulsão destaca-se, a situação de instabilidade nos países e origem que desestabilizam as pessoas que, por conseguinte, fogem para outros países mencionando os casos de conflitos armados, conflitos étnicos. Com os actores entrevistados consegue-se perceber que as migrações acontecem por causa das guerras, situações de insegurança e o défice que existe de grandes oportunidades de sobrevivência no país de origem. E, por estes e outros motivos relacionados, os imigrantes vêem-se obrigados a escolher outros países onde se acha que existe segurança, protecção e com uma vida estável. Para tal, Nogueira (2019) defende que os factores que estão na origem dos movimentos migratórios, em alguns países, têm a ver com os problemas como

> "desigualdade social e económica, economia, desemprego, fracas oportunidades de acesso profissional, perseguição política, ausência de liberdade religiosa" (p. 26).

Como se destacou anteriormente, a falta de oportunidade de sobrevivência no país de origem é, também, a razão que provoca nas pessoas as desigualdades sociais e, de certa forma, aparecem as incertezas na vida, colocando todo aquele que experimenta este tipo de vida, numa situação de vulnerabilidade.

Por sua vez, Cebolo (2018), falando da nova onda de imigrante, sublinha que

> " o país é hoje caracterizado pela intimidação, violência e emergência humanitária devido à falta de todos bens de primeira necessidade e ao desaparecimento da própria moeda nacional" (p. 30).

Como se nota, a partir dos depoimentos dos actores entrevistados e na base da visão dos diferentes os autores consultados, compreende-se que os movimentos migratórios não acontecem ao acaso, pois eles são determinados pelos factores de atracção e repulsão entre eles políticos, socioculturais e económicos.

Em relação às trajectórias dos refugiados, requerentes de asilo, refugiados e imigrantes económicos que vivem em Moçambique, deve-se dizer, mediante os resultados do estudo, que enfrentam muitas dificuldades durante o percurso, principalmente por falta de autorização para cruzar as fronteiras.

6.2 Integração laboral

A partir dos anos 1990, Moçambique começa a receber vagas de refugiados e requerentes de asilo, de modo particular de origem de Grandes Lagos e do Corno de África (Miambo, 2017, p. 525). Os resultados da pesquisa demonstraram que os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, na zona sul dedicam-se, de modo preferente, ao comércio informal.

Entre as principais actividades comerciais está a venda de géneros alimentícios e bebidas (em geral ruandeses e burundeses), outros com a venda de peças de carros (é uma actividade associada aos nigerianos), etc. Porém, outros dedicam-se também à farmácia e aos transportes. Ainda, há caso de outros que se dedicam à agricultura. Também, há casos de imigrantes que têm empregos formais, como médicos e professores.

Uma investigação na qual participaram refugiados e requerentes de asilo vivendo no Distrito de Boane confirma que a integração destas pessoas neste distrito foi através do trabalho. Neste sentido, afirma Sambo (2022):

> "uma das formas de integração dos refugiados na Vila Municipal de Boane foi através do envolvimento em actividades comerciais (p. 73).

Como se sabe, o trabalho ou uma actividade económica é essencial para a integração, porque assegura a autonomia pessoal. Desta forma, Sambo (2022) sublinha que

> "inicialmente os refugiados começaram com a venda de sapatos e roupas usadas conhecidas por calamidade" (p. 73).

Essas pequenas vendas propiciaram, depois, a abertura de lojas para venda de produtos alimentícios de primeira necessidade.

Também a mesma investigação confirma que outras actividades de formação profissional, na área de educação,

> "principalmente congoleses, são professores em algumas universidades, leccionando cadeiras de inglês e francês, reconhecidos pela sua qualidade no âmbito da sua formação técnica" (Sambo, 2022, p. 75).

A pesquisa do campo, além das actividades que descritas na literatura sobre a integração laboral, indica a restauração e a venda de material de construção como uma actividade presente entre os imigrantes.

A outra actividade económica que se apurou através das entrevistas foi a agricultura. Uma reportagem das Nações Unidas confirma esta actividade entre os refugiados. Nesta linha podemos ler:

> "Baraka Patrice conta que em 2011 desistiu do comércio de produtos alimentares de primeira necessidade para se dedicar a agricultura".

Como se assinala nesta reportagem da Nações Unidas,

> "muitos outros refugiados buscaram na agricultura uma alternativa para prover renda e sustentar a família". (ONU, 2022).

A situação da integração laboral no Sul e no Centro do país não é muito distinta. Em geral, os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos dedicam-se ao comércio informal de produtos alimentares e/ou bebidas alcoólicas, roupas, acessórios de viaturas e material de construção, embora no Centro do país haja alguns que praticam agricultura no Distrito de Angónia, onde produzem feijão e a milho (Angónia 1).

Como se notou na apresentação dos resultados, o comércio informal é o comum entres os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, mas alguns, apesar de serem poucos, se encontram no sector formal, fundamentalmente na educação e na saúde. A particularidade da região Norte de Moçambique é a prática da agricultura com certo destaque e a mineração como algo diferente do Sul e do Centro do país. Os refugiados e requerentes de asilo albergados no Centro de Maratane, dedicam-se à agricultura para fortalecerem a cadeia de produção e ganhar robustez na segurança alimentar (ACNUR, 2021a).

A mineração artesanal é um chamariz dos imigrantes económicos para Moçambique, por isso na região Centro e Norte de Moçambique encontram-se refugiados e requerentes de asilo que também se envolvem em actividades de mineração. A este respeito, um relatório sobre o perfil demográficos e Migratório dos Mineiros Artesanais indica que os locais de mineração artesanais são um íman para os migrantes, porque neles há esperança de vida melhor ainda que mínima (Zemeyi, 2024).

Como disse a OIM, esta mineração artesanal em Moçambique tem servido de um atractivo para um fluxo constante de migrantes nas

zonas onde há recursos. De modo particular, Cabo Delgado não escapa de ser este atractivo, visto que há presença de presença de rubis, grafite, petróleo e gás, recursos que alimentam tanto a mineração artesanal quanto investimentos de maior escala, faz com que alguns imigrantes aproveitem a oportunidade tanto no garimpo artesanal ou na exploração económica de negócios que tenham a ver com a extracção dos recursos.

O cenário do garimpo artesanal não afecta apenas a Província de Cabo Delgado, é notória também em Nampula,

> "concretamente nos distritos de Mogovolas e Moma, onde a extracção se faz em zonas amplas levemente escavadas, há ainda um fornecedor dos instrumentos de trabalho (pás, picaretas, eventualmente botas e luvas) e alimentação, que adquire o minério a um preço por si definido" (Feijó & Ibraimo, 2017).

A partir dos resultados da pesquisa do campo e da bibliografia consultada, pode-se concluir que o comércio informal, a agricultura de subsistência e a mineração artesanal são os sectores nos quais os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos se enquadram.

Ainda em relação ao aspecto laboral, deve-se sublinhar que, em Moçambique, relativamente ao acesso ao emprego, ao refugiado, é dado o mesmo tratamento concedido ao estrangeiro; visto que o Estado Moçambique ratificou

> "a convenção de Genebra de 1951 e o seu Protocolo de 1967 e a Convenção da OUA relativa aos Aspectos Específicos dos Refugiados Africanos de 10 de Setembro de 1969" (Mhula, 2024, p. 47)

Estudos como o de Mhula (2024) revela uma informalidade significativa no mercado de trabalho dos refugiados. Os entraves

que estão na origem desta informalidade são a discriminação, dificuldades de acesso a formação académica, e dificuldades em ingressar no sector público, o que leva muitos destes a optar por exercer actividades por conta própria (Mhula, 2024, p. 57).

Também é mister sublinhar que um dos principais entraves para aceder ao mercado laboral seja a falta de documentação, tanto o documento de identificação como os certificados de estudos. Nesta assertiva, alguns autores sublinham que há dificuldades na obtenção dos documentos para refugiados e requerentes de asilo porque

> "existe falsa percepção de que os refugiados têm muito dinheiro e, por isso, na procura destes documentos, em muitos casos, eles são cobrados elevadas somas de dinheiro. Por tanto, a ausência de um acompanhamento efectivo dos refugiados propicia também um ambiente de corrupção e extorsão contra os refugiados" (Chauso, 2022: p. 90).

Comparativamente aos refugiados, os requerentes de asilo enfrentam mais dificuldade para se integrar no mercado de trabalho, visto que não podem aceder plenamente aos serviços bancários, nem podem tratar passaporte para ir a outro país. Desde logo, não podem aceder ao crédito para o exercício de actividades económicas que requerem investimento, nem ir a outros países para comprar mercadorias para a venda, como fazem muitos comerciantes em Moçambique.

Em relação ainda à documentação, importa referir que os procedimentos quotidianos são contrários à lei; visto que a Lei 21/91, no seu art. 5, entre os direitos dos refugiados elenca o direito à documentação.

Em relação ao documento de viagem para outros países, a Convenção de Genebra de 1951 no seu artigo 28, conjugada com o

artigo 6 da Convenção da OUA de 1969, preconiza que os Estados signatários devem fornecer documentos de viagem aos refugiados, salvo se a concessão puder constituir perigo para a segurança nacional.

Assim, pode-se concluir que a falta de documentos ou a morosidade na sua obtenção constitui um empecilho para a integração laboral dos refugiados, em particular dos requerentes de asilo.

Há autores que expressam esta dificuldade a partir da categoria de situação administrativa, para designar que a falta de documento é um entrave para conseguir emprego. Ainda, pode-se incluir as dificuldades linguísticas como influenciadoras na integração laboral.

6.3 Integração social e cultural

Na região sul do país, em relação ao aspecto social, na apresentação de resultados, estudou-se dois aspectos. O primeiro prende-se com a habitação. Viu-se que nos primeiros momentos de sua chegada, os imigrantes optam por arrendar a casa e só depois constroem a sua. Ademais, em alguns casos, sublinhou-se que preferem viver próximo dos seus conterrâneos.

Apesar de não estar muito presente a precariedade residencial, alguns passam por ela, dado que os locatários subiam a renda ou pediam de volta casa, por motivos que não ficaram claros nas entrevistas. Um dos refugiados expressou-se nestes termos:

> "mas quando pensávamos que estamos já bem instalados na casa, depois de reabilitar a casa, o dono disse que precisava da sua casa e que devíamos sair e arranjar outra casa para nela vivermos. Tivemos que deixar a casa e procurar outra. Quando nos aconteceu isso pela terceira vez, preferimos buscar um

> terreno e construir nossa própria casa. Chegámos aqui quando era mato, os outros vizinhos chegaram depois" (MC 40).

Há investigações que, estudando o mesmo fenómeno, chegaram a conclusões similares que se encontra no trecho que se cita a seguir:

> "a sua habitação, na sua maioria vivem em casas arrendadas aos nativos e apenas 13 vivem em casas próprias adquiridas aos nativos e outras construídas por suas iniciativas. O refugiado, uma vez autorizado a circular em Moçambique e através de outros que já habitavam em Moçambique, procura pessoalmente uma casa para arrendar ou para comprar." (Chauso, 2022: p. 80).

O segundo elemento que se estudou foi a convivência com os nativos, esta foi vista como positiva. Não há relatos de clivagens sociais entre refugiados, requerentes de asilo e os nacionais. A convivência foi descrita como pacífica por todos os informantes. Um pesquisador, que fez um estudo partindo de entrevistas, fala desta convivência salutar nestes termos:

> "não temos problemas com moçambicanos. Eles vendem connosco, são nossos clientes e até há irmãos burundeses que têm estabelecimentos de comércio fora dos mercados, nos bairros e até alugadas nas casas de moçambicanos para fazer comércio (Chauso, 2022: p. 82).

Em termos de habitação, no Centro do país, a dinâmica é muito similar ao sul do país. A na sua maioria opta por alugar a casa onde vive. Por um lado, pelos custos de construção que são altos; mas, por outro, pelo facto de não terem documentos para a regularização do terreno. Na sua maioria chegaram aos bairros de sua residência actual ajudados pelos conterrâneos ou amigos moçambicanos. O que chamou atenção nesta pesquisa é que alguns disseram que vivem no mesmo local do negócio, por não terem residência além do seu estabelecimento comercial.

Em relação ao acesso à vivenda, a maioria dos refugiados e migrantes conseguiu chegar ao bairro onde está a morar por orientação e ajuda de familiares e conterrâneos, e socialização com nativos. E todos responderam que não foi difícil conseguir uma residência no bairro onde vivem. No entanto, muitos deles responderam que as casas onde vivem são de arrendamento, porque encontra dificuldades financeiras quando se trata de construir a própria casa.

No Norte do país, a situação apresenta algumas diferenças dado que os refugiados e requerentes de asilo receberam do Estado Moçambicano terrenos onde constroem suas casas e fazem machambas. Nesta região, a grande dificuldade foi encontrar recursos para a construção, segundo afirmaram os entrevistados. A precariedade residencial tem que ver com o tipo de residência construída e não com o arrendamento, como acontece no Sul e Centro.

No que concerne às línguas, no Sul do país, os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos aprendem, na sua maioria, a língua portuguesa. No Centro do país, estes colectivos preferem aprender as línguas nacionais, por, em certos casos, haver uma semelhança entre as suas línguas e as faladas. Na região Norte do país, aprendem-se tanto o português, como as línguas locais.

Nesta linha, foram feitas algumas pesquisas que chegaram às mesmas conclusões com o estudo feito no campo. Um dos estudos afirma o mesmo conteúdo nestes termos:

> a língua "é um dos aspectos que os refugiados procuram aprender quando chegam no local de acolhimento como veículo para se comunicar com outros indivíduos e meio de inserção no local. No caso do Distrito de Boane procuraram aprender Ronga, Changana e Português" (Sambo, 2021: p. 75).

As estratégias para a aprendizagem da língua, como já se indicou mais acima, são várias e ligadas aos diversos contextos, como trabalho, relações de vizinhança e eventos familiares. Sambo (2021) apresentou o seguinte cenário:

> "o aprendizado da língua local aconteceu por intermédio da população, principalmente durante a compra de produtos em estabelecimentos comerciais dos refugiados, da interacção com indivíduos que se mostravam disponíveis para ajudar e através de formadores profissionais contratados para o efeito, caso de alguns docentes da língua portuguesa" (p. 76).

Como sabemos, a língua é um veículo da cultura. A sua aprendizagem vai unida a expressão de uma certa cultura. Por isso, deve-se sublinhar que à medida que eles aprendiam a língua também apreendiam a cultura. Visto que devido ao uso frequente dessas línguas, os refugiados ficaram "moçambicanizados". Ou seja, apreenderam a cultura dos moçambicanos, passando por um processo de aculturação. (Sambo, 2021, p. 77)

No que toca aos hábitos culturais, em todas as regiões, onde se fez a investigação, ficou evidente que os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos conseguem integrar-se culturalmente. Eles aceitam e aprendem os hábitos e valores das culturas moçambicanas, embora haja excepções de casos em que estranham alguns comportamentos ou hábitos e até certas danças, como se pode confirmar na alocução de uma pessoa refugiada:

> "Gosto sim dos hábitos de Nampula [...]. Aqui as pessoas se respeitam apesar de terem várias culturas, no meu país saberem que você vem do Norte ou oeste já é um problema, lá te consideram como se não tivesses estudado" (RNs3).

Em relação a este facto de manter os hábitos e costumes dos sues países de origem, ressalta-se que durante as entrevistas

percebemos que se sentem à-vontade nas suas práticas culturais, mesmo porque o Estado não proíbe todos os hábitos e costumes que não estejam contra a moral e o bom senso. Na mesma linha, encontra-se o respeito à sua indumentária, gastronomia e os aspectos relacionados com as crenças e vida espiritual dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos.

Não obstante o afirmado acima, os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos encontram espaço para a expressão da sua cultura, não abandonando, por essa via, os seus costumes, como explicou uma refugiada, em relação às cerimónias do lobolo, nós seguimos os nossos costumes de vestir as nossas roupas, não misturamos mesmo" (MC 32).

Como ilustra Sambo (2021), os refugiados conseguiram inserir-se na realidade moçambicana e adaptar-se naquilo que são os valores, os hábitos e costumes partilhados entre os indivíduos. Porém, deve-se realçar que não foi um processo simples, mas em certos casos complexo e que dependeu em grande medida da comunidade acolhedora, porque, como Sambo (2021, p.78) refere "alguns refugiados reconhecem que o processo de adaptação não é fácil. Pois em primeiro lugar implica um processo de familiarizar-se com o outro "desconhecido" em segundo buscar confiança e entender os seus hábitos e costumes. Tendo para o efeito contribuído a abertura e humildade dos moçambicanos".

A abertura e a hospitalidade dos moçambicanos, como se referiu nos factores de atracção, constituem alicerces culturais que tornam a convivência mais harmoniosa. Por via disso, existem amizades entre os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes e os nativos. A maioria dos entrevistados sublinhou que gosta da cultura moçambicana e que entre seus amigos alguns são nativos de Moçambique. Outros casaram-se com os nacionais.

6.4 Integração religiosa

A pesquisa de campo demonstrou que a maior parte dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos pratica a mesma religião que tinha na sua terra de origem. São poucos os que mudaram de igreja ou religião. Os casos de mudança devem-se à contingência social e à influência externa. A reflexão tem sido um recurso importante na integração, pois os irmãos da igreja apoiam os recém-chegados, pois "a igreja ajuda para o alimento da família, da criança para educar melhor" (MC 48).

A pertença a uma certa igreja por nacionalidade, apesar de ser um fenómeno reduzido, existe, no entanto nem todos estão de acordo. Para alguns, a proliferação de igrejas por nacionalidades cria problemas sociais. Foi neste sentido que um refugiado sustentou que

> "quando é uma igreja de ruandeses sozinhos sempre acabam por criar confusão entre eles. Já houve casos de problemas que foram até ao tribunal" (MC 57).

Esta frase consubstancia que há igrejas formadas só por nacionalidade, com pastores daquela origem e utilizam também a língua do mesmo país.

Relacionando esta pesquisa do campo com outras investigações, encontra-se similaridades, pois outros investigadores também apoiam a tese de que eles continuam com a mesma religião que professavam nos seus países. Um dos investigadores falando exclusivamente da integração religiosa e perguntando se eles praticavam alguma religião, escreve:

> "e quase todos responderam afirmativamente, porém quase todos estavam em igrejas de comunidades dos seus países,

> os respectivos pastores também dos seus países" (Chauso, 2022: p. 79).

O autor citado traz à discussão um aspecto que esta pesquisa também apurou sobre a formação de igrejas por proveniência, ou por grupos linguísticos de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos. Ele chamou a isso separatismo religioso, e o caracterizou desta forma:

> "os moçambicanos temem fazer parte das comunidades religiosas dos refugiados porque acham que nelas há práticas mágico-religiosas alheias a eles. Não acreditam que se reza ao mesmo Deus. A demais, a questão linguística não ajuda aos moçambicanos a perceberem os cultos. Também, os refugiados não cultuam nas igrejas locais devido a questões linguísticas" (Chauco, 2022: p. 80).

Porém, deve-se chamar atenção ao facto de este aspecto não ser linear entre os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos porque uma boa parte se junta, sim, aos moçambicanos e frequentam com elas as igrejas.

6.5 Acesso aos Direitos Sociais

Em relação aos direitos sociais, o Estado Moçambicano concede direitos iguais aos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos. A pesquisa de campo não revelou diferenças no acesso a educação e saúde, como sublinhou uma refugiada em relação à educação,

> "tenho três crianças, elas estudam numa escola pública. Não me exigiram outras condições por ser estrangeira (MC 30).

No que concerne ao acesso à saúde, uma refugiada partilhou:

> "basta ir ao hospital a pessoa é atendida. Não fazem diferença entre nacionais e estrangeiros. Quando vai ao hospital, forma bicha como outros. O ser estrangeiro não é motivo para não ser atendido" (MC 35).

Nas três regiões estudadas, a maioria manda os seus filhos para as escolas públicas, havendo também aqueles que, por motivos de preferência, matriculam os seus filhos em escolas privadas, de modo particular, num currículo em inglês. Este procedimento acontece com um refugiado entrevistado que disse:

> "eu decidi escolher uma escola privada para os meus filhos, não porque na pública fossem tratados diferentemente dos nacionais, mas por simples preferência" (MC 31).

Não há, portanto, relatos de discriminação pelo facto de a criança ser estrangeira. As entrevistas aos informantes imigrantes transparecem um clima de satisfação em relação ao acesso a educação por parte dos seus filhos. Um dos entrevistados em Cabo Delgado disse:

> "A relação tem sido boa, principalmente no que diz respeito à educação. Os imigrantes têm mandado seus filhos para nossas escolas e nós os acolhemos com respeito, sem discriminação" (RCc).

Do anterior exposto, pode-se entender que a nacionalidade ou a situação migratória não constitui uma barreira para o acesso aos direitos sociais. No entanto, o problema da falta de documento, ou documentos caducados, pode provocar medo de ir ao hospital. Acerca deste aspecto alguém se pronunciou nestes termos:

> "aquando da minha chegada, fiquei um ano sem documento. Embora grávida, tinha medo de ir ao hospital por falta de documento. Só tive documento quando deu parto" (MC 35).

Em suma, o acesso aos direitos sociais está garantido pelo Estado Moçambique, o entrave é a falta de documentos por parte dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos. O não ter documentos significará evitar qualquer contacto com instituições por medo de ser descoberto e deportado para o seu país de origem.

Os achados no campo coincidem com autores como Mhula (2024) que diz que Moçambique dá acesso à saúde através de programas conjuntos realizados em parceria com as autoridades de Saúde Nacionais. Os refugiados e seus filhos são admitidos nas escolas moçambicanas a todos os níveis. Os refugiados têm acesso ao trabalho tanto ao assalariado como ao auto-emprego.

Por sua vez, Chauso (2022), no seu estudo sobre a integração dos refugidos, conclui:

Moçambique respeita os direitos de refugiados, pois, além de acomodação, emprego, educação e saúde, os refugiados têm acesso à justiça, tem liberdade de circulação pelo país todo, gozam de liberdade religiosa tendo afirmado que têm igrejas e alguns até são pastores e exercem actividades económicas como venda de produtos alimentares, têm ferragens e demais actividades económicas em pé de igualdade com o cidadão nacional (p. 81).

Conceder direitos sociais aos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos é para o Estado uma obrigação, porque estes direitos, apesar de serem de prestações económicas, têm que ver com a natureza da pessoa humana e não com a nacionalidade. Moçambique, como Estado acolhedor, não faz nenhum

favor ao permitir que estes colectivos humanos tenham direito a educação, saúde, trabalho, etc.

O direito à educação e à saúde, em particular, são direitos, que em Moçambique, são financiados via impostos. Neste sentido, os refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, pela sua actividade económica comparticipam para a sua materialização, através do pagamento de impostos. E como se demonstrou através da pesquisa de campo, eles exercem actividades económicos que implicam pagar imposto ao Estado, mas também criam empregos para muitos moçambicanos e impulsionam o desenvolvimento do país. Ademais, quando compram qualquer produto ou pagam algum serviço contribuem com o IVA para os cofres do Estado.

Sobre a contribuição económica dos imigrantes, Fumo (2017), no contexto espanhola, demonstrou que os movimentos migratórios são catalisadores do desenvolvimento de vários países. E que o aumento da imigração num país gera mais benefícios económicos. O mesmo autor afirma que, em certos casos, o crescimento económico pode coincidir com o aumento dos fluxos migratórios.

Ainda que não se tenha feito uma análise estatística, pode-se dizer que desde o fim da guerra civil e com a chegada de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos, Moçambique registou um crescimento económico, graças, em parte, aos movimentos migratórios. Logicamente, este crescimento económico devia ser acompanhado por uma melhor gestão de documentos para estes colectivos humanos.

Dito de outro modo, o Estado, através das suas instituições que tratam da questão da imigração, devia tornar o processo de aquisição e renovação dos documentos dos refugiados mais céleres e isento de viciação ou corrupção, pois estas pessoas contribuem significativamente para a manutenção do Estado de bem-estar.

Esta simplificação do processo na tramitação dos documentos iria significar muito na integração laboral, social e cultural destes colectivos humanos, uma vez que o estudo demonstrou que a questão dos documentos torna impossível uma integração efectiva dos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes no país.

A situação actual, na qual muitos refugiados se queixam de ter documentos fora de prazo ou encontrar dificuldades no momento de renovação, não ajuda no processo de integração pleno das pessoas. A falta de documentos viola a direitos humanos básicos como a livre circulação porque eles não podem deslocar-se para outras províncias, mas também constituem um grande entrave para o negócio já que não pode ter acesso ao crédito bancário, nem a viagens de negócios. Só a obtenção de documentos permitirá aos refugiados, requerentes de asilo e imigrantes económicos uma plena integração na sociedade Moçambique.

Não obstante a problemática dos documentos, todos os refugiados, requerentes de asilo e imigrante económicos entrevistados afirmaram sentirem-se integrados na sociedade moçambicana. Ademais, eles referiram que, se conseguissem sanar o problema de documentação, a integração seria plena.

CONCLUSÃO

Em relação aos factores que influenciam nos movimentos migratórios em Moçambique, destacam-se a segurança, a paz, o ambiente pacífico, a população acolhedora em termos sociais e sobretudo com a qual facilmente se pode criar um ambiente de relacionamento social interactivo, gerando um clima desejável para convivência. Ao nível económico, os dados mostram, através dos actores entrevistados, que, em Moçambique, com muita facilidade é possível empreender, abrir um negócio mesmo que seja informal. Ainda, falando do aspecto económico, os actores entrevistados referem que o ambiente de negócio flui com muita facilidade, o que, de certa forma, ajuda a criar e a gerar empregos. Ao nível cultural, verifica-se que em Moçambique se professam muitas religiões, sendo parte delas as mesmas ou similares as dos imigrantes, o que cria uma facilidade para sua integração. Em geral, pode-se dizer que a receptividade e hospitalidade do povo moçambicano acomoda os imigrantes que revelam se sentirem em casa porque encontram um ambiente de interacção, com um clima de relacionamento de muito respeito, harmonioso, criando, por isso, um sentimento de pertença.

Um outro aspecto mencionado, que permite a decisão de escolher Moçambique como país de destino, prende-se com o facto de este ser próximo aos países de origem, onde a sua trajectória oferece muita segurança durante a movimentação. A partir dos entrevistados, percebe-se que as rotas usadas pelos imigrantes até chegar a Moçambique oferecem segurança e tranquilidade e permitem o alcance dos destinos definidos.

Em suma, apesar dos pontos positivos que o estudo revelou, o processo de integração, apresenta vários desafios que se relacionam em todos âmbitos. No âmbito social, o estudo refere que quando os imigrantes entram para Moçambique enfrentam, inicialmente, algumas dificuldades, como por exemplo de língua, o que lhes limita na convivência, pois a comunicação tem sido muito limitada, mas, passados longos dias, a inserção social dos imigrantes nas comunidades moçambicanas passa a tomar outro rumo, com tendência a melhoria. Por isso, verifica-se uma aproximação, convivência entre Moçambicanos e imigrantes.

No âmbito da integração religiosa, o estudo revela que muitas confissões religiosas existentes em Moçambique são similares as dos migrantes e, por isso, facilmente tem havido uma socialização rápida e existe uma convivência desejável no seio das comunidades. Os imigrantes conseguem integrar-se ao nível religioso e criam com facilidade os laços de sociabilidade no seio das comunidades. Existe uma adaptação cultural muito forte marcada por uma participação efectiva dos imigrantes em todas as actividades religiosas que incluem a integração nas responsabilidades e liderança em alguns ministérios ao nível das igrejas.

Na componente de acesso aos direitos sociais, o estudo mostra alguns depoimentos que conduzem a uma percepção de que este é dependente da documentação pessoal dos imigrantes, mas que o processo aquisição e/ou renovação leva muito tempo. Enquanto o imigrante não tiver documento em Moçambique, enfrenta muitas dificuldades para gozar deste direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. (2021). La Historia detrás de las cifras. Informe global. Genebra: ACNUR. Acesso em https://www.acnur.org/sites/default/files/legacy-pdf/63caf27dd.pdf.

_____ (2021a). Os refugiados de Maratane precisam de mais terras agrícolas. Mozagri. Vol 4, nº 3, Outubro / Novembro / Dezembro.

_____ (2022).Informe Global de ACNUR, Genebra: ACNUR.

Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados (1951) Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Acesso em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

Álvarez, F. (2018). Migración y seguridad perspectivas de Europa. In: Boletín IEEE, nº 12 (Octubre - diciembre).

Arango, J. (1985). Las "Leys de las migraciones". De E. G. Ravenstein cien años después. Em: Revista Española de Investigaciones sociológicas - REIS, nº 32. Pp, 7-26.

AULP (2011). Novos Espaços de Cooperação: Espaços de Convergência nos Países Lusófonos. XXI Encontro das Universidades de Língua Portuguesa. Bragança: AULP.

Barreto, M.C; Simões, M. C. et Serafim, M. P. (2018). Migrações e Direitos Humanos no Mercosul: Breve Análise. Em: Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 8, N.2, p. 111-129.

Becker, G. S. (1993). Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education (3rd ed.). Chicago: University of Chicago Press.

Carlassare, A. L.; Mendieta & M. I., Jacinto, L. G. (2021). Análisis y descripción de las dificultades percibidas por las personas inmigrantes en

Málaga. Documentos de Trabajo Social · nº64 · ISSN 1133-6552 / ISSN Electrónico 2173-8246, 2021)

Cebola, T. P. (2018). Nova onda de Imigrantes em Tete- Mocambique-caso dos Zimbabweanos (2007-2016). Faculdade de ciências económicas- UFMG, Brasil: UFMG.

Chauso, H. A. (2022). Integração dos refugiados em Moçambique. Universidade Eduardo Mondlane. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos.

Feijó, J.; Ibraimo, M. (2017). Mineração artesanal em Moçambique – cenário Far West e propostas de mudança. Observatório do Meio Rural. Destaque Rural nº 26. Acesso em https://omrmz.org/wp-content/uploads/Destaque-Rural-26.pdf (16.12.2025).

Fumo, F. V. (2017). Los flujos migratorios en la crisis económica en España. Revista de Economía ICE Información Comercial Española. Noviembre-Diciembre. N.º 899.

Gil, C. A. (2014). Métodos e Técnicas de pesquisa social (6a. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Gońda, M.; Pachocka, M. et Podgórska, K. (2020). Measuring the Cultural Dimension of Migrant Integration and Integration Policy in the European Context: Dilemmas and Discussions. Em: OIM, International Migration: Volume 59, Issue.

Hollifield, J. F. (2000). Introduction in Migration Theory: Talking Across. Em: Brettel, C. B.; New York, Hollifield, J. F. (ed), Routledge.

Lobo, S., & Marcelino, C. . (2025). Imigração ilegal, violência e direitos humanos em Moçambique. ALBA - ISFIC Research and Science Journal, 1(6), 123–132. Obtido de https://alba.ac.mz/index.php/alba/article/view/311

Massey, D. et al. (1993), Theories of international migration: a review and appraisal. Em: Population and Development Review, 19 (3): 431-466.

Mestriner, M. L. (2008). Estado entre a Filantropia e assistencia Social. Sao Paulo, Brasil: Cortez.

Mhula, A. I.C. (2024). O Regime Jurídico-Laboral dos Refugiados no Ordenamento Jurídico Moçambicano no Exercício de Uma Actividade Profissional Assalariada. Universidade Eduardo Mondlane. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos.

Miambo, A.A. (2017). A problemática dos refugiados e as modalidades de acesso ao direito de asilo em Moçambique (1975- 2017), Paris, França.

Nogueira, G. G. (2019). Factores de atração e Repolsão de imigração Brasileira para o canada. Fortaleza, Brasil: universidade Federal de Caera.

OIM (2008). Internal Migration and development: A global Perspective. Geneva: OIM.

_____ (2019). La Migración internacional y el desarrollo. Perspectivas e experiencias de la OIM. Geneva: OIM.

OIM Moçambique (2021). Estratégia de Moçambique 2021-2023.Maputo: Organização Internacional para as Migrações.

Oliveira, C., Peixoto, J., & Gois, P. (2017). A nova crise de refugiados na europa; o modelo de repolsão-atrção revisitado e desafios para as políticas migratórias . R.bras.pop.Belo Horizonte, V.34, 73-98.

ONU (2022). Em Moçambique, refugiados apostam na agricultura para prover renda e subsistência. Perspectiva Global Reportagens Humanas, acesso em https://news.un.org/pt/story/2022/06/1793072 (16.12.25)

Park, J. (2025). Europe's Migration Crisis. New York: Council of Foreign Relations. p. 311-325.

Patricio, G. (2015). Migraçao Internacional e Processo de desenvolvimento na regiao norte de Moçambique- Estudo de caso da Provincia de Nampula. Lisboa, Portugal: Universidade de Liboa.

Peixoto J. (2004), As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Socius, 2004 (SOCIUS Working Papers, n. 11).

Pumares Fernández, P.; Iborra Rubio, J. F. (2008). Población extranjera y política de inmigración en Andalucía, Em: Política y Sociedad, Vol. 45 Núm. 1: 41-60

Raimundo, I. (2011). Causas, Consequências e Padrões de Migração Internacional de Moçambique: Questões emergentes no espaço da lusofonia. Revista Internacional de Língua Portuguesa, Migrações, AULP, III série, no. 24.

Raymond L. C. (2009). Mass Migration Under Sail: European Immigration to the Antebellum United States, Cambridge University Press: Cambridge.

Richardson, R. (2017). Pesquisa social: métodos e técnicas. (4º ed.). São Paulo, Brasil : Atlas

Sambo, D. F. (2022). Contributo dos Refugiados da Região dos Grandes Lagos de África nas Transformações Sociais e Organização Produtiva do Distrito de Boane. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane. Dissertação de Mestrado.

Silva C. A. (org.) (2012). Direitos Humanos e Refugiados. Gráfica e Editora De Liz..

Silva, C. A. (2021). O processo de Cartagena de 1984 e os fluxos migratórios venezuelanos. Em: Revista Brasileira de Hisyrias e Ciencias sociais, V.13 nr 26, 1-23.

Silva. C. A. (2011), Integração dos Refugiados envolvendo experiências de Gestores Organizacionais. Rio de Janeiro: UFC.

Souza, D. (2019). Narrativas de Vida em fuga na autobiografiade um refugiado Sirio. Glauks- Revista de letras e artes, 1-13.

Taguieff, P.-A., & Weil, P. (1990). « Immigration », fait national et « citoyenneté ». Esprit (1940-), (161 (5)), 87–102.

Valigy, I. (2006). The problem of migration in the lusophone community - the Mozambican perspective. Lisbon: 11th Metropolis International Conference, october, 5th.

Van Hear, N. (2010). 'Migration'. Em: Knott, K. and McLoughlin, S. (eds.), Diasporas: Concepts, Intersections, Identities, London: Zed Books, 34-38.

Vilelas, J. (2009). Investigação - o processo de construção do conhecimento. Lisboa: Edições Silabo.

Wetimane, F. (2012). A imigração ilegal em Moçambique: O caso dos migrantes Somalis. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta

Zanelotto, J. h., Salib, g. R., & Estevam, D. D. (2024). Motivacões para migrar: redes sociais e o processo decisório dos migrantes contemporâneos. Interaçoes, campo grande, MS: V.25, nr.3, 1-13

Zimeyi. L. (2024). Procurando respostas: revelando a vida dos mineiros artesanais de Moçambique. Em: Mozambique Mining Journal. Acesso em https://mozambiqueminingjournal.com/procurando-respostas-revelando--a-vida-dos-mineiros-artesanais-de-mocambique/?lang=pt-pt (16.12.2025).

Bonifácio da Piedade, PhD

É um Doutor em Ciências de Educação com especialidade em Pedagogia Social pela Universidade Católica Portuguesa (Porto). Professor Associado na Universidade Católica de Moçambique (UCM) e docente e investigador na Faculdade de Educação e Comunicação.

Foi director da Faculdade de Educação e Comunicação, em Nampula, Dirctor Adjunto Pedagógico da Faculdade de Gestão de Turismo e Informática, em Pemba, Cabo Delgado.

Coordenou os departamentos de Educação de Adultos, departamento de Educação e Gestão Institucional. Foi administrador do Centro de Pesquisa e coordenador da área de formação, investigador principal na pesquisa sobre reinserção dos ex-reclusos nas comunidades, em parceria com a organização denominada PROGETTO MONDO, uma organização Italiana.

Atualmente, é docente efectivo nos programas de Doutoramento e Mestrado da Faculdade de Educação e Comunicação, revisor de artigos na REID, coordena o projecto de investigação sobre a relação da população da zona Tampão e o Parque Nacional de Gilé, no departamento de investigação em Desenvolvimento Comunitário da Faculdade de Educação e Comunicação.

Colaborou como ponto focal da zona norte na pesquisa sobre a integração dos imigrantes africanos, o caso de refugiados e requerentes de asilo.

Tem várias publicações de livros, artigos em revistas nacionais e internacionais.

Os migrantes africanos que chegam a Moçambique vêm de contextos muito diversos. Os entrevistados são originários principalmente do Burundi, da Nigéria, da República Democrática do Congo, do Ruanda e da Costa de Marfim. Cada um carrega consigo histórias, expectativas e desafios específicos do seu país de origem. No entanto, todos partilham a experiência comum de atravessar fronteiras internacionais em busca de segurança, emprego e um futuro mais promissor. A forma como estes migrantes são acolhidos e integrados na sociedade moçambicana revela os valores e a capacidade de adaptação não apenas da população moçambicana, bem como das estruturas institucionais do país. Por conseguinte, para além dos estrangeiros, foram também entrevistados cidadãos nacionais. A maioria dos cidadãos nacionais entrevistados trabalha em instituições públicas e religiosas que lidam com a população migrante. Os testemunhos e as narrativas descritas tanto pelos nacionais como pelos estrangeiros evidenciam a cultura de acolhimento e de adaptação mútua.

Pe. Avelino Chico, SJ

9 789893 660522

Cemirde Comissão Episcopal para Migrantes, Refugiados e Deslocados
CCFD TERRE SOLIDAIRE
MISEREOR IHR HILFSWERK